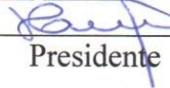


APROVADA EM 1ª VOTAÇÃO
Em, 08/02/2022, às 18:16 horas.

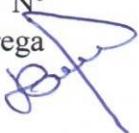

Presidente



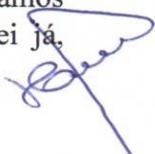
ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA

ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 18ª LEGISLATURA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO
DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA.

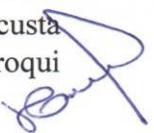
Aos catorze dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um, com início às dezoito horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, de forma híbrida, em razão da pandemia do Coronavírus, Covid-19, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, e secretariada pelos vereadores: Emanuel Rodrigues de Araújo, 1º Secretário, e Marco César Sousa Siqueira, 2º Secretário. O 2º Secretário procedeu à chamada regimental, comparecendo os vereadores: Cicera Bezerra Leite Batista (SOLIDARIEDADE), David Carneiro Maia (DC), Decilânio Cândido da Silva (SOLIDARIEDADE), Emanuel Rodrigues de Araújo (SOLIDARIEDADE), Fernando Rodrigues Batista (AVANTE), Francisco de Sales Mendes Junior (REPUBLICANOS/Líder do Governo), Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro (PL), João Carlos Patrian Junior (REDE), José Gonçalves da Silva Filho (PT), José Italo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Josmá Oliveira da Nóbrega (PATRIOTA), Kleber Ramon da Silva Araújo (PSL), Marco Cesar Sousa Siqueira (PSC), Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes (REPUBLICANOS), Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes (REPUBLICANOS) e Valtide Paulino Santos (PSL), em um total de dezesseis vereadores. O Vereador Willami Alves de Lucena (PROS) não compareceu à Sessão, cuja ausência foi justificada. Os Vereadores: José Gonçalves da Silva Filho, João Carlos Patrian Júnior, Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro, Francisco de Sales Mendes Junior e Josmá Oliveira da Nóbrega, nessa ordem, fizeram inscrição para o uso da palavra durante o Grande Expediente. A Senhora Presidente declarou aberta a Sessão: “Havendo número regimental, invocando a proteção de DEUS e de Nossa Senhora da Guia, Padroeira de nossa cidade, e em nome do povo patoense, declaro iniciados os nossos trabalhos.” Em seguida, passou ao PEQUENO EXPEDIENTE. Com a palavra, o 1º Secretário fez a leitura das matérias, iniciando pela Atas da 37ª e 38ª Sessões Ordinárias do 2º Período da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Patos, Estado da Paraíba, realizadas nos dias sete e nove de dezembro do corrente ano. Colocadas em votação, as referidas Atas foram aprovadas por unanimidade. Deram entrada em pauta para leitura os Projetos de Lei: PROJETO DE LEI Nº 44/2021 – DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 3º, DA LEI Nº 5.340/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega



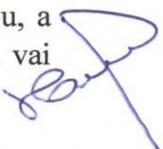
Filho – Prefeito Constitucional. “PATOS POVO COMPETENTE PREFEITURA DA GENTE. Patos-PB, 14 de dezembro de 2021. OFÍCIO N 167 320/2021-GABINETE DO PREFEITO. Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara do Município de Patos/PB Valtide Paulino Santos. ASSUNTO: Encaminha – Projeto de Lei nº 44/2021. Ao tempo que renovo os votos de apreço, venho, por meio deste, usando das atribuições e competências legais, mui respeitosamente, encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Lei em anexo, conforme abaixo: Projeto de Lei nº 44/2021-PE – Dispõe sobre a alteração do Art. 3º da Lei Nº 5.340/2021, e dá outras providências. Esclareço que o referido Projeto de Lei necessita ser votado em caráter de urgência urgentíssima, em razão do início do recesso dessa Câmara Municipal. Por oportuno, segue em anexo, ainda a Mensagem e Justificativa para apreciação dessa Casa Legislativa, a qual solicito que, após leitura e análise, seja por intermédio de Vossa Excelência enviado a Plenária para deliberação e, por conseguinte, aprovação. Sem mais para o presente momento, renovo os votos de estima e consideração. Atenciosamente, Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional.” “ESTADO DA PARAÍBA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS. GABINETE DO PREFEITO. A Sua Excelência VALTIDE PAULINO SANTOS Vereadora Presidente da Casa Juvenal Lúcio de Sousa. Patos/PB. Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Temos a honra de submeter à deliberação dessa Egrégia Casa o incluso Projeto de Lei que tem por finalidade dispor sobre o repasse realizado a título de patrocínio a empresa privada responsável pela realização do Evento São João de Patos. Desde já, colocamos toda a nossa assessoria à disposição dos nobres representantes do Poder Legislativo Municipal de Patos/PB para que possa ser esclarecida qualquer dúvida que, por ventura, venha a pairar, de modo a possibilitar uma aferição cada vez maior e melhor da legalidade e necessidade do presente Projeto de Lei para o nosso município. Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração. Gabinete do Prefeito Constitucional, Patos/PB, em 14 de dezembro de 2021. NABOR WANDERLEY DA NÓBREGA FILHO – PREFEITO CONSTITUCIONAL.” JUSTIFICATIVA. O presente Projeto de Lei se justifica devido a importância do Evento São João de Patos para a economia local, bem como para a alta estima e lazer dos patoense, devendo destacar que o nosso Evento é o maior do sertão paraibano e um dos maiores do Brasil. O São João de Patos faz parte da nossa cultura e é marca registrada de nossa cidade atrair milhares de turistas durante a realização do Evento. Os investimentos realizados no Evento são devolvidos das mais variadas formas, seja em especial com a arrecadação de impostos, devido o fluxo de turistas e o aquecimento do comércio, também propiciando alegria, felicidade e diversão a população de nossa cidade. O valor previsto para o patrocínio, copatrocínio ao Evento, apresenta-se como forma de economia, visto o grande custo para a realização direta do Evento. Conforme análise, a última edição, como podemos verificar abaixo.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “O governo manda essa matéria a esta Casa por alguns motivos. E um é porque nós sabemos que se faz necessário o planejamento do maior evento que nós temos no nosso Sertão, um dos maiores do nosso Nordeste, onde aquece a nossa economia e o nosso comércio. O último evento foi realizado em dois mil e dezoito, orçado em R\$ 3.466.000,00 (três milhões quatrocentos e sessenta e seis mil reais) como especifica o detalhamento que foi apresentado nas despesas do Evento do último ano. E todos sabem da dificuldade que o município de Patos, o Brasil e o mundo vêm tendo para realizar os eventos. Agora, no momento de pós pandemia, onde estamos numa fase de recuperar a nossa economia, aquecer o comércio, temos uma Lei já,



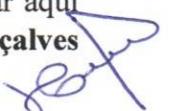
Vereadora Fofa, votada e aprovada, que é a lei que autoriza R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), que, na época, que o Prefeito Ivanes mandou para esta Casa, e nós aprovamos. Ivanes, na perspectiva de realizar o evento no ano de dois mil e vinte, mas, infelizmente, não foi possível, justamente por conta da pandemia. Em dois mil e dezenove, todos sabem que nós assumimos a Prefeitura, Vereador Nandinho, em um dia, praticamente, com quarenta dias para frente já era para se fazer o São João de Patos. E a Lei que existia, que nos autorizava o São João, era de duzentos mil reais. Então, praticamente, tornava-se inviável gente planejar e realizar um evento dessa magnitude. A modalidade em que o Projeto está aqui sendo apresentada para realização do Evento é justamente na modalidade que vem sendo realizado, de terceirização. Então, hoje, um evento do porte do tamanho que Patos vem realizando está orçado em quatro milhões e meio a cinco milhões de reais. A Prefeitura de Patos, com autorização legislativa, já temos uma Lei de um milhão e meio. A ideia é de aprovarmos a autorização de dois milhões para que possamos garantir a realização do evento no ano de dois mil e vinte e dois. O restante dos valores que serão carreados, será por conta da empresa que irá vencer o processo licitatório e realizar o evento do porte que Patos vinha realizando nos últimos anos. Então o Prefeito manda para cá essa proposta justamente para nós podermos autoriza-lo a iniciar o planejamento do São João de Patos. Eu acho que é um evento cultural, onde o povo de Patos, do nosso Nordeste e no Brasil aguardam, que já faz aí três anos. E a ideia é que no ano de dois mil e vinte e dois possa ter um dos maiores São João já realizados no nosso município de Patos. Eu acho que é uma forma do município de Patos potencializar a retomada da nossa economia num ritmo mais forte, e buscar melhorar o aquecimento do nosso comércio: hotelaria, restaurantes, hotéis, lanchonetes, tudo o que for possível, onde todos possam sair ganhando. Sem contar com o retorno do maior evento cultural que nós temos no nosso município, e que traz aí, como a própria matéria diz, milhares de pessoas que frequentam esse evento, que vem deixar, de certa forma, uma contribuição no nosso município. Então a proposta chega, e como a Câmara entra em recesso após o dia desse, esse é um dos motivos do pedido de urgência para nós podermos deliberar e o governo começar a planejar o São João. Eu acho que tem que ter um planejamento para poder executar, e aí o governo manda essa matéria para nós deliberar. Obrigado.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “O mérito do valor do São João e a importância dele à frente discutiremos. Eu concordo em gênero, número e grau ao líder falar da importância do evento. Não se discute. O que se discute é a sua forma de financiamento. O que se discute é que, aí eu uso uma palavra utilizada pelo líder, dificuldade. Foi falado em dificuldade em volta de pandemia. Numa volta de pandemia, numa dificuldade, eu pergunto: qual o valor do São João de Patos 2022? Não se sabe o valor. Só se sabe que quer aumentar o valor que a Prefeitura repassa. No Projeto já tem o último São João orçado em R\$ 3.466.000,00 (três milhões quatrocentos e sessenta e seis reais), a Prefeitura quer entrar com dois milhões. A Prefeitura quer pedir autorização para incrementar quinhentos mil a mais, de um milhão e meio que já tinha. Então que dobremos pois o valor do São João, quatro milhões. O Governo de Francisca Motta se vangloriava, gastara apenas duzentos mil reais para se fazer o São João. O Deputado Federal Hugo Motta sempre disse e sempre apregou, que conseguia sempre viabilizar o São João, batiam no peito para dizer que não gastavam dinheiro público. Então numa volta de pandemia já aumentar o valor sem nem saber quanto custa o São João, eu acho cedo a discussão dessa matéria. Nem pré-programarão, nem croqui



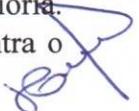
de quanto custaria o São João, pelo o que eu vislumbrei no Projeto, não tem. Então pede o dinheiro, pede quinhentos mil a mais, mas não sabe como, quando e onde vai gastar, e como é. Será que a marca São João de Patos não arrecadava dois milhões de reais? O mesmo governo, que outrora só gastava duzentos mil, não consegue mais viabilizar? Nós estamos aqui tratando de recursos públicos, e aqui não é fala contra São João, porque eu já vivi épocas em que o próprio PROCON do município patrocinou o São João de em trezentos mil. Eu vi a cota máster do São João de Patos por quatrocentos mil, por quinhentos mil. Então eu acho que o primeiro ponto, antes de querer alocar recursos públicos para a festa, entendo que toda dificuldade da realização do evento numa pós pandemia, mas eu acho que a primeira exaustão do governo deveria ser a viabilização, primeiro com Emendas, com facilitação via deputado federal, porque outrora, há três, quatro anos atrás: 'Não, só se gasta duzentos mil no São João'. Agora querem gastar dez vezes esse valor, duzentos mil reais. E aí o Prefeito Nabor Wanderley, dando a devida vénia, ele tem know-how, e ele dá segurança de quem fez oito grandes eventos. Oito grandes eventos! Coloque mais quatro na conta da Ex-Prefeita Francisca Motta. Então o grupo que está no poder realizou doze eventos, um maior do que o outro. O primeiro foi menor que o décimo segundo. A Prefeita Francisca Motta não foi afastada da Prefeitura em nove de setembro de dois mil e dezesseis? No final do último ano do mandato. Fizeram doze eventos, gastando, no mínimo, duzentos mil. Agora volta querendo dois milhões. Já era discrepante milhão e meio para o evento. Então o São João ainda pode acontecer, visto um planejamento. Não tem programação, não tem quanto vai gastar, não tem como vai ser, não tem no Projeto quantos dias. Eu estou falando não no escopo, eu estou falando na justificativa. Então nós voltamos do recesso no dia cinco de fevereiro, dá tempo até lá ter um estudo. Até lá o Prefeito Nabor Wanderley botando na rede social da Prefeitura que vai ter São João em Patos, ninguém duvida, porque Nabor faz, Nabor fez. A diferença é que fez com duzentos, agora quer fazer com dois milhões. No ano eleitoral, no ano em que o filho do prefeito é candidato a deputado federal, no ano em que a ex-sogra do Prefeito é candidata a deputada estadual. Então eu chamo a atenção à cidade de Patos no que estamos votando. Vereadores estão dando cheque de dois milhões para o Prefeito fazer o São João. O cheque está assinado, a gente só não sabe a nota fiscal, vai ser comprado o que com esse cheque? Então eu chamo a atenção. Eu acho interessante, que essa semana foi que souberam que vão fazer São João, na semana de recesso, pedindo urgência urgentíssima. Tem tanta gente do Gabinete que não trabalha, aí à véspera do recesso. Se for matéria importante, eu fico aqui, cancelo as minhas férias. Inclusive, eu sou favorável ao vereador ter trinta dias de férias, igual a qualquer servidor desta Casa. Trinta dias de férias somente. Se depender de mim, assim será. Agora assinar um cheque de dois milhões sem saber o que é que nós vamos comprar, aí fica complicado. Então que nós pudéssemos suspender esse regime de urgência urgentíssima. O Prefeito tem até cinco de fevereiro para fazer um levantamento: 'vou gastar tanto no São João'. Já imaginou se ele chega aqui dizendo: 'nós não vamos precisar nem de dinheiro no mundo, vamos precisar dos mesmos duzentos que eu usei'? Então atentai para a assinatura do cheque. Atentai, cidade de Patos. Muito obrigado, Senhora Presidente." Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Saúdo a todos que acompanham aqui no auditório. Sejam todos bem vindos. Presidente, eu estava escutando atenciosamente a fala do Vereador Sales. Eu concordo, Vereador Sales, que Vossa Excelência falou, a questão da economia. São pontos que a gente converge. Eu creio que esta Casa vai



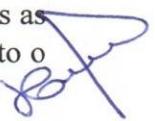
convergir de forma unânime. Uma das minhas bandeiras é a liberdade. Eu sempre defendi, no começo da pandemia, o isolamento vertical. E a cidade de Patos sofreu muito com o cancelamento de eventos, com essa coisa de lockdown, fecha tudo, fecha as empresas, fecha esses seguimentos. O pessoal que sobrevive da área de eventos foi o mais prejudicado, todo o comércio foi prejudicado, na verdade. Eu sou totalmente a favor, porém eu acredito que nós devemos sentar e analisar alguns pontos em relação a isso, porque nós estamos ainda em uma pandemia, ou no fim da pandemia, e a gente não sabe nem como é que vai ser daqui a três meses. Pode ser até que eu morra, tomara que não! Mas pode ser que eu morra. Ninguém consegue prever isso diante dessa situação. No aspecto econômico, eu concordo cem por cento com o que o Vereador Sales falou; eu não concordo com a urgência, porque veja bem, senhores, eu queria essa mesma urgência para nós resolvemos a volta às aulas presenciais. Eu queria essa urgência. Se não pode voltar para a sala de aula, não tem urgência para isso, qual é a urgência para ir dançar forró? É meio contraditório. As crianças estão tendo um prejuízo enorme. A gente precisa tratar isso com urgência. Então eu queria que viesse para esta Casa urgência urgentíssima quando é que vai voltar às aulas. Estou preocupado com isso. Não estão vacinados? A maioria não está vacinada? Isso é uma preocupação. Isso é uma preocupação urgência urgentíssima, porque dois anos para uma criança que está em formação, o seu intelecto está em construção, isso é um problema gravíssimo. Outro ponto relacionado à urgência urgentíssima, é que o problema dos cachorros das ruas fosse tratado com urgência urgentíssima também. E não está sendo. São pontos que a nossa cidade está precisando resolver com urgência urgentíssima, para ontem, não é urgência urgentíssima para amanhã, não. Eu sou totalmente a favor do São João, Vereador Sales, mas que a gente possa sentar Presidente, e discutir isso com tranquilidade. Por quê? Porque a gente precisa calcular todos os passos daqui para frente. Lá na Europa está tendo fechamento de tudo, de novo. Então eu acho que é mais correto nós sentarmos e analisarmos mensalmente esse caso. Eu sugiro Presidente, que seja até formada uma comissão aqui na Casa para a gente acompanhar isso. E que garanta o espaço também da oposição, do Ministério Público, da sociedade civil organizada, para a gente acompanhar isso. Porque, veja bem, senhores, com todo respeito, a economia sempre é prioridade, e eu sempre fui contra fechar os comércios, como vocês sabem. Tinha vereador que queria lockdown em Patos, aí é meio contraditório chegar aqui agora e tratar com urgência urgentíssima o São João. Gosto muito, sou totalmente a favor, eu sei Vereador Sales, que o São João de Patos movimenta mais de vinte milhões na cidade, eu sou totalmente a favor nesse aspecto, mas que a gente possa discutir e alinhar um planejamento correto, que não possa prejudicar as outras áreas. E que a gente também não deixe de priorizar outras áreas. Sou totalmente a favor, mas eu quero que seja declarado urgência urgentíssima para saúde, para os problemas da cidade, outros problemas. Festa é bom, senhores, mas têm outras prioridades. Então eu não entendo essa urgência urgentíssima, pode ser que aumentem aí os casos de novo e a gente estar votando aqui uma coisa precipitada com urgência urgentíssima que não vai ter referência nenhuma. Eu tenho esse entendimento, senhores. Eu respeito todo mundo aqui. E que a gente possa discutir. Eu não concordo com essa urgência urgentíssima, eu acho que nós temos outras prioridades, com todo respeito, mas no aspecto econômico, Vereador Sales, eu concordo cem por cento com Vossa Excelência, e quero escutar os demais pares para que a gente possa somar aqui um entendimento. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador José Gonçalves**



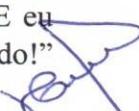
disse: “Boa noite a todos e a todas, os que estão aqui no Plenário, a todos os vereadores e vereadoras. Primeiro, eu estava esperando uma urgência urgentíssima para o rateio do FUNDEB dos professores de Patos, que até o momento o Prefeito silenciou, a Secretaria de Educação também silenciou e o Presidente do Conselho do FUNDEB também silenciou.” A Senhora Presidente advertiu: “Vereador Zé Gonçalves, nós estamos discutindo a urgência.” O Vereador José Gonçalves respondeu: “Exatamente. Se estiver garantida a minha palavras, senão, porque para estar dizendo o que eu devo dizer ou que não devo, não tem condições uma coisa dessas. Eu tenho que fazer uma avaliação. Se for para dizer urgência urgentíssima, então bote em votação logo e não abra discussão. Acho que tem que assegurar o direito, e a gente tem que ter o parâmetro aqui para discussão, não é ‘sim ou não’, eu não sou vereador lagartixa. Então, veja bem, eu espero aqui e ainda estou esperando urgente urgentíssimo para que o Prefeito mande o Projeto de rateio do FUNDEB 70% (setenta por cento). Eu estou esperando urgente urgentíssima para a questão da moradia em nosso município. Eu estou esperando urgente urgente urgentíssima para a situação das galerias, da falta de calçamento, do desemprego que tem aqui em nosso município. Aí são Projetos interessantes. Agora, gente, em plena pandemia, com mais uma variante, onde em nosso país até agora 65% (sessenta e cinco por cento) da população está imunizada, nem toda a população está imunizada, já se pensar no São João no próximo ano como se fosse a coisa mais importante para a população de Patos, não tem justificativa. Está aumentando aqui, os senhores e senhoras que estão assistindo, estão escutando, mil por cento, de duzentos mil vai pra dois milhões. Aí diz que a Prefeitura não tem dinheiro. Não tem dinheiro para saúde, para educação, para moradia, mas tem dinheiro para fazer o São João, dois milhões. E não tem cronograma, não tem organograma, não tem organização, não tem dados para que a gente possa avaliar aqui. Então esse Projeto, lamentavelmente, na última semana dos trabalhos na Casa Juvenal Lúcio de Sousa vem essa bomba. Então, sinceramente, eu não vejo urgência urgentíssima, a não ser as melhorias para o nosso povo, até porque dois milhões, gente, é dinheiro para queimar caleira. Daria muito bem para atender as necessidades aqui do nosso povo. Agora não vão sair por aí dizendo: ‘José Gonçalves é a favor ou contra o São João’. Eu sou favorável ao São João, desde que a Prefeitura não invista dois milhões, enquanto o povo está passando fome em nosso município. Por isso que eu não vejo nenhuma necessidade dessa urgência urgentíssima, até porque o São João ainda acontecerá no próximo ano, têm coisas mais importantes, mais urgentes aqui para discutir. Muito obrigado.” Pela Ordem, o **Vereador Emanuel Araújo** disse: “O pedido de dois milhões não quer dizer que o Prefeito vai utilizar os dois milhões. Pode ser trezentos mil, pode ser quatrocentos mil. Nós já temos autorização de um milhão e meio, então não quer dizer que a Prefeitura vá utilizar os dois milhões de reais. E para fazer um evento dessa magnitude, todos nós sabemos que precisa de planejamento. Não se organiza um São João de Patos, com a magnitude que é o ao João de Patos, o segundo maior da Paraíba, não se organiza em quarenta dias, cinquenta dias. Bandas têm que ser contratadas com vários tempos de antes. Então eu voto a favor da urgência urgentíssima. Boa noite.” Pela Ordem, o **Vereador Fernando Rodrigues** disse: “Senhora Presidente, eu gostaria que fosse retirada de Ata a minha Emenda Modificativa nº 07.” A Senhora Presidente disse: “Que conste em Ata a retirada da Emenda Modificativa Nº 07 ao Projeto de Lei nº 35/2021-PE. Colocado em votação, o pedido de Urgência urgentíssima foi aprovado por maioria. Os Vereadores Josmá Oliveira, Jamerson Ferreira e José Gonçalves votaram contra o



referido pedido, os demais Vereadores voaram a favor. Diante desse resultado, a Senhora Presidente disse: “Já convoco de imediato as Comissões: CCJ e finanças, para darem os seus devidos pareceres amanhã neste Projeto, a partir das oito da manhã.” Em questão de Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Presidente, antes de continuar a sessão, eu gostaria de obter a leitura dos artigos 124, questão de ordem, 125, 126 e 127 do Regimento Interno desta Casa, por gentileza.” O 1º Secretário procedeu a devida leitura: “Artigo 124 do Regimento Interno: Discussão é o debate em plenário sobre matéria sujeita à deliberação. Parágrafo Único: Somente serão objeto de discussão as proposições constantes da ordem do dia, salvo quanto aos requerimentos às hipóteses previstas nesse Regimento. Artigo 125: Em ambos os turnos a discussão versará sobre o conjunto da proposição e Emenda, se houver. Parágrafo 1º: Contendo o Projeto um número considerável de artigos, a Câmara poderá decidir, a requerimento de qualquer vereador, que a discussão se faça por títulos, capítulos ou sessões. Parágrafo 2º: Tornando-se difícil o pronunciamento imediato da Câmara pelo número e importância das Emendas oferecidas, qualquer vereador poderá requerer a remessa dos mesmos à comissão competente para apreciar-lhes o mérito, a qual pronunciar-se-á em 48 horas, voltando à proposição a discussão na sessão imediata após a publicação do parecer. Artigo 126: O adiamento da discussão dar-se-á a poder da liberação do plenário a requerimento de qualquer vereador, apresentado antes de seu encerramento. Parágrafo 1º: O adiamento será proposto por tempo determinado. Parágrafo 2º: Aprovado o adiamento da discussão, poderá o vereador requerer vistas do Projeto por prazo não superior ao adiamento, o que será imediatamente deferido pela presidência, salvo quando o adiamento destinar-se-á audiência de comissão. Parágrafo 3º: Não se admitirá adiamento de discussão para os Projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável, considerando-se o prazo final. Artigo 127: A proposição que não tiver sua discussão encerrada na mesma sessão será apreciada na sessão imediata.” O **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Presidente, eu levanto essa questão de ordem para saber qual critério usado na discussão. Se nós temos dos artigo 124 ao 128 que versam sobre a discussão, por que é que sanamos sempre a discussão após o primeiro rodízio? É a pergunta que encaminho para esta presidência.” A Senhora Presidente disse: “Eu não entendi.” O Vereador Jamerson Ferreira repetiu: “Se os artigos 124 e 125 asseguram a discussão até a exaustão, até não tiver mais oradores para falar, ou até no mínimo cinco, por que é que nós estamos fazendo em forma de rodízio? Eu falo, José fala, Josmá fala, depois a gente não pode falar. Baseado em que a decisão da Mesa traz essa forma de discussão?” A Senhora Presidente disse: “Porque fomos nós que decidimos assim, Vereador. Se Vossa Excelência não lembra, nós tivemos aqui uma consulta em Plenário que a nossa discussão iria não ter réplica, nem tréplica. Agora, assim, o vereador teria o tempo necessário que achasse para fazer sua discussão, independentemente do tempo que lhe conviesse. Foi o Plenário que decidiu.” O Vereador Jamerson Ferreira indagou: “Resguardado em que artigo?” A Senhora Presidente respondeu: “Foi um acordo entre nós. E esse é um pedido de urgência urgentíssima. Vossa Excelência, como todos os demais, tiveram o tempo necessário que bem lhe conviesse.” O **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Caminhemos com a sessão, daqui a pouquinho voltamos a essa parte.” Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Presidente, só um encaminhamento, Presidente. Para sanar essa colocação do Vereador Jamerson, vamos seguir o Regimento. As discussões de todas as matérias desta Casa, seguirão o Regimento. As discussões serão exaustivas. Enquanto o



Vereador tiver argumento, ele estará falando. Eu estou só sugerindo, Vereador David, para não ficar um vereador se sentindo prejudicado em relação ao outro. Quem quiser falar, fale; quem não quiser, não tem problema. O direito de todos será garantido. É só um encaminhamento, Presidente. Porque, assim, eu acho que como o Prefeito tem maioria, se for fazer um acordo para ser tendencioso para o lado do Prefeito, o Regimento vai ser desrespeitado. Então, na dúvida vamos ficar com o Regimento. Obrigado, Presidente.” A Senhora Presidente disse: “Vereador, todos aqui são testemunhas que foi um pedido da coletividade, porque nós tínhamos discussão, tinha réplica, tinha tréplica, e o que foi acordado entre nós? Que o vereador teria o tempo necessário para fazer sua discussão, porém ele não teria nem réplica e nem tréplica.” O **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Na verdade, eu não me lembro nem de acordo. Eu me lembro de uma decisão da senhora.” A Senhora Presidente disse: “Nós fizemos esse acordo sim.” O **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Então solicite a Ata e que a senhora leia em sessão a Ata desse acordo.” A Senhora Presidente disse: “Eu pergunto aos demais vereadores: nós não fizemos esse acordo?” O **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “A senhora fez uma decisão, a senhora não fez uma pergunta.” A Senhora Presidente disse: “Pois, então, nós vamos fazer agora. Vamos fazer agora novamente?” O **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Não. Vamos fazer novamente para a gente seguir o Regimento. O Regimento Interno da Casa que garante nos artigos 124 ao 128. Acordo, Senhora Presidente, não está no Regimento. Diga a palavra acordo aqui no regimento, eu quero que a senhora me diga. O Advogado que está ali, de braços cruzados, olhando para a senhora, em qual artigo tem a palavra ‘acordo’ no Regimento Interno da Câmara Municipal de Patos? A palavra ‘acordo’ tem onde aqui? Aqui não é no grito, aqui é no Regimento, advogado.” A Senhora Presidente disse: “A assessoria aqui está nos orientando que Vossa Excelência pode fazer um Requerimento, solicitando para fazer o recurso. Pelo seguinte, porque se nós fizermos um acordo e nem nós cumprirmos, então não tem acordo nenhum.” O **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Não tem acordo quando se tem Regimento. Nós derrubamos a fala do líder, por último.” A Senhora Presidente disse: “Mas Vossa Excelência desejava o que?” O **Vereador Jamerson Ferreira** respondeu: “Não. Eu solicito que seja aplicado o Regimento, porque nós derrubamos um acordo onde o líder falava por último. Nós derrubamos um acordo porque não existe acordo, existe Lei. A senhora é escrava do Regimento, a senhora não é escrava de acordo. Aqui não é no grito, não adianta botar para a votação.” A Senhora Presidente disse: “Tudo bem, vamos seguir o Regimento, porém quando Vossas Excelências questionarem quem tem réplica ou tréplica, eu já tenho resposta na ponta da língua.” O **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Que seja garantido como tem no Regimento o tempo da inscrição, pode virar a noite, a sessão.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “Para a gente poder cumprir realmente, na íntegra, então nós precisamos não acordar mais que seja lido o resumo da Ata. A Ata tem que ser lida na íntegra. Nós temos que acabar o acordo de votar matéria em bloco, as matérias têm que ser votadas individuais. O que eu estou falando aqui é porque a discussão, no início da legislatura, estava sendo regimentalmente, então isso não foi imposto pela Presidente. Estava tendo a fala, a réplica, a tréplica. Eu não estou falando que era o mau ou o bom debate, o que eu estou dizendo é o Plenário, nós fomos quem pedimos à Presidente.” O **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Pois peça a Ata. Leia a sessão da Ata que alguém pediu aqui. Não! A Presidente chegou e determinou. E eu solicito a leitura da Ata. A Presidente determinou. Não teve acordo! Não teve acordo!”



O Vereador Sales Junior disse: Vossa Excelência está descumprindo o Regimento Interno, porque a palavra está comigo, Vereador. A palavra está comigo, e Jamerson está descumprindo o Regimento Interno, tomando a minha palavra. Eu estou só dizendo que a Presidente passou a palavra para mim, e Vossa Excelência está descumprindo o Regimento Interno, tomando a minha palavra. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador David Maia** disse: “Presidente, eu lembra agora que foi feita essa discussão em uma sessão remota, que estava tendo até réplica. E foi a própria Presidente quem propôs a todos, e ficou acertado que só falaria uma vez. Eu me lembro que até eu falava e Ramon contestava, e a Presidente botou para votação. Foi colocado para a votação, você votou favorável, Josmá. Você quer que eu descubra o dia? Ora, se você votou e não lembra, eu vou lembrar?” Pela Ordem, o **Vereador Fernando Rodrigues** disse: “Presidente, eu suponho que esse acordo entre os pares desta Casa foi feito no período em que eu estava doente, sem dúvida. E na minha opinião, que seja cumprido o Regimento. A minha posição é essa.” A Senhora Presidente disse: “Queremos registrar a presença dos organizadores da Associação das Quadrilhas Juninas de Patos – AQJP, como também a presença de Marcelo Lima.” Com a palavra, o 1º Secretário deu continuidade a leitura das matérias: PROJETO Nº 255/2021 – CONCEDE TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO PATOENSE AO SENHOR MATHEUS DINIZ DANTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Josmá Oliveira da Nóbrega. PROJETO Nº 256/2021 – CONCEDE TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO PATOENSE AO SENHOR NOALYSSON FERNANDES ROCHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Josmá Oliveira da Nóbrega. Os Projetos de Lei destinados para leitura foram encaminhados às Comissões competentes para os devidos Pareceres. Deram entrada em pauta para 1ª votação, as seguinte matérias: PL Nº 34/2021-PE, PL Nº 35/2021-PE, PL Nº 40/2021-PE, PL Nº 41/2021-PE, PL Nº 42/2021-PE, PL Nº 43/2021-PE, EMENDA MODIFICATIVA Nº 07/2021-PL, EMENDA MODIFICATIVA Nº 08/2021-PL, VETO Nº 09/2021, VETO Nº 10/2021, PL Nº 202/2021-PL, PL Nº 232/2021-PL, PL Nº 246/2021-PL, PL Nº 248/2021-PL, PL Nº 249/2021-PL, PL Nº 250/2021-PL, PL Nº 251/2021-PL, PL Nº 253/2021-PL, PL Nº 254/2021-PL. Emendas Impositivas à LOA Nº 01/2021-PL a de Nº 33/2021-PL, Emendas Impositivas à LOA Nº 35/2021-PL à 93/2021. Deu entrada em pauta para 2ª votação o Projeto de Lei Nº 244/2021-PL. Deram entrada em pauta para votação os Requerimentos: REQUERIMENTO Nº 2056/2021 – SOLICITA DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR NA CIDADE DE PATOS E OS EFEITOS DA CRISE SOCIAL SOBRE A VIDA DO POVO PATOENSE. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2057/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICIAIS PARA OS TÉCNICOS EM FARMÁCIA DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2058/2021 – SOLICITA DA PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, VALTIDE PAULINO DOS SANTOS, QUE APÓS AUDIÊNCIA COM O SINFEMP E SERVIDORES, ENCAMINHE PROJETO DE LEI REESTRUTURANDO O ATUAL PCCS COM CONCESSÃO DE AUMENTO



SALARIAL PARA TODOS OS SERVIDORES DA CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2059/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS AUXILIARES DE SAÚDE BUCAL DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2060/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS FONOaudióLOGOS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2061/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS FISIOTERAPEUTAS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2062/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS FARMACÉUTICOS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2063/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2064/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS BIOQUÍMICOS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2065/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS TÉCNICOS EM LABORATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2066/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS RECEPCIONISTAS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2067/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA

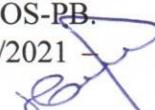


MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS NUTRICIONISTAS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2068/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS ENFERMEIROS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2069/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2070/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS EDUCADORES FÍSICOS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2071/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS CONDUTORES SOCORRISTAS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2072/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS DENTISTAS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2073/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, AUMENTO SALARIAL E IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS PARA OS INSPECTORES SANITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2074/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, PROJETO DE LEI QUE TRATE DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS, COMO TAMBÉM AUMENTO SALARIAL PARA OS FISCAIS DE URBANISMO E OBRAS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2075/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, PROJETO DE LEI QUE TRATE DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS, COMO TAMBÉM AUMENTO SALARIAL PARA OS FISCAIS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE



PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2076/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, PROJETO DE LEI QUE TRATE DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS, COMO TAMBÉM AUMENTO SALARIAL PARA OS OPERADORES DE MÁQUINA DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2077/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, PROJETO DE LEI QUE TRATE DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS, COMO TAMBÉM AUMENTO SALARIAL PARA ENCANADORES DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2078/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, PROJETO DE LEI QUE TRATE DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS, COMO TAMBÉM AUMENTO SALARIAL PARA OS JARDINEIROS E OUTROS SERVIDORES QUE TRABALHAM EM PRAÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2079/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, PROJETO DE LEI QUE TRATE DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS, COMO TAMBÉM AUMENTO SALARIAL PARA OS COVEIROS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2080/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, PROJETO DE LEI QUE TRATE DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS, COMO TAMBÉM AUMENTO SALARIAL PARA PINTORES DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2081/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, PROJETO DE LEI QUE TRATE DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS, COMO TAMBÉM AUMENTO SALARIAL PARA OS ELETRICISTAS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2082/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, PROJETO DE LEI QUE TRATE DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS, COMO TAMBÉM AUMENTO SALARIAL PARA OS SERVENTES DE PEDREIRO DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2083/2021 – SOLICITA DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY, QUE ENCAMINHE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, DEPOIS DE AUDIÊNCIA COM O SINFEMP, PROJETO DE LEI QUE TRATE DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS, COMO TAMBÉM AUMENTO SALARIAL PARA OS PEDREIROS DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB.

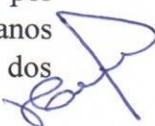
Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2084/2021



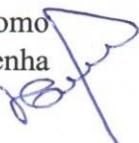
SOLICITA DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, VOTO DE APLAUSO A ASSOCIAÇÃO DOS MOTOCICLISTAS DE PATOS (AMOPATOS) PELA REALIZAÇÃO DE MAIS UM “PATOS MOTO FEST” EM 2021. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 2085/2021 – SOLICITA DO SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO A LIMPEZA DO CANAL DO NOÉ TRAJANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Josmá Oliveira. REQUERIMENTO Nº 2086/2021 – SOLICITA DO SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS UM COLETOR DE LIXO NA RUA PEDRO PEIXOTO, JARDIM QUEIROZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Josmá Oliveira. REQUERIMENTO Nº 2087/2021 – SOLICITA DO PREFEITO NABOR WANDERLEY A INSTALAÇÃO DE CORRIMÃOS NAS PASSARELAS DO CANAL DO NOÉ TRAJANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Josmá Oliveira. REQUERIMENTO Nº 2088/2021 – SOLICITA DO PROCON DE PATOS, PARA, JUNTAMENTE COM O INMETRO, FAZEREM UMA AFERIÇÃO, POR AMOSTRAGEM, NOS HIDRÔMETROS INSTALADOS EM NOSSA CIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Josmá Oliveira. REQUERIMENTO Nº 2089/2021 – SOLICITAÇÃO AO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO, NO SENTIDO DE REALIZAR, A ABERTURA DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO CALÇADISTA DE PATOS-PB. Autor: Vereador João Carlos Patrian Júnior. REQUERIMENTO Nº 2090/2021 – SOLICITA AO PREFEITO NABOR WANDERLEY, NO SENTIDO DE REALIZAR A DEMARCAÇÃO DA PRAÇA COM MEIO FIO, QUE FICA NA RUA PORTUGUESA, COM A DIVISA ENTRE OS LOTEAMENTOS ALTIPLANO BELA VISTA E TAMBÍÁ, NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB. Autor: Vereador João Carlos Patrian Júnior. REQUERIMENTO Nº 2091/2021 – SOLICITA AO PREFEITO NABOR WANDERLEY, NO SENTIDO DE REALIZAR A IDENTIFICAÇÃO DE TODAS ÁREAS VERDES E TERRENOS NÃO CONSTRUÍDOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE PATOS, E QUE SEJA ENVIADO UM MAPA QUE MOSTRE TODOS OS LOCAIS ONDA HÁ ESSAS ÁREAS MUNICIPAIS NÃO CONSTUÍDAS. Autor: Vereador João Carlos Patrian Júnior. REQUERIMENTO Nº 2092/2021 – SOLICITA AO SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, JOSIMAR DE AZEVEDO, NO SENTIDO DE REALIZAR O SERVIÇO DE LIMPEZA DA RUA PROJETADA 05 NO LOTEAMENTO TAMBÍÁ (CONJUNTO DOS PORTUGUESES), NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB. Autor: Vereador João Carlos Patrian Júnior. CORRESPONDÊNCIA: “ESTADO DA PARAÍBA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS PB. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Habitação. Centro Administrativo Aderbal Martins, Rua Horácio Nóbrega, S/N, Bairro Belo Horizonte. Ofício nº 277/2021. SEDEHA. Patos-PB, 13 de dezembro de 2021. A Vossa Excelência, Valtide Paulino Santos - Presidente. Patos-PB. Excelentíssima, Com os cumprimentos iniciais, venho através do presente instrumento, solicitar de Vossa Excelência, que sejam entregues foderes aos vereadores que compõem a Casa Juvenal Lúcio de Sousa, das ações desenvolvidas no 2º semestre de gestão, que compreende Julho à Dezembro de 2021, bem como o relatório anual ao ano de 2021, e o calendário das ações que serão desenvolvidas no ano de 2022. Sem mais no momento, votos de elevada estima e consideração. Atenciosamente, Josemila Maria Guedes da Nóbrega Candeia - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.” A Senhora Presidente passou para o GRANDE



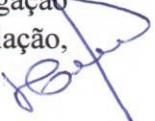
EXPEDIENTE. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador José Gonçalves da Silva Filho**: “Boa noite a todos os companheiros e companheiras. Em nome da Presidente Tide Eduardo saudar a todos os vereadores e vereadoras aqui presentes, e os que estão aí de forma remota. Em nome do companheiro, o Professor Judas Tadeu, e também do nosso árbitro de futebol, o Biza, saudar a todos os companheiros e companheiras que estão no auditório desta Casa, a todos os companheiros da imprensa, povo de Patos. Vocês observem que se justifica o comportamento do povo brasileiro em relação aos políticos, porque os políticos, em sua maioria, contribuem para serem desgastados. Eles não contribuem para saírem da situação que estamos vivendo no momento. A descrença num político já está carimbada, mas o pior é a descrença na política quando ela passa a ser trocada por politicagem. E é o que tem ocorrido e acontecido aqui no município de Patos. Uma cidade que não tem planejamento, uma cidade que não se prioriza as demandas do povo, uma cidade que não se preocupa no tocante à questão da saúde, da educação, da moradia, da cultura e assim por diante. Inclusive, há pouco tempo, nós tivemos aqui uma denúncia do companheiro Chico de Miron, que está aqui, onde não foi dada oportunidade, garantindo transporte para o seu time disputar uma partida lá em Caicó-RN. E o time está na final. E só depois da nossa fala foi que decidiram contribuir com alguma coisa. Isso acontece porque não tem planejamento. A gestão municipal não tem planejamento nem para encaminhar os Projetos aqui para a Câmara Municipal de Patos, por isso que chegam essas aberrações ‘urgência urgentíssima’, para um São João que talvez nem aconteça em dois mil e vinte e dois. Mas não tem urgência urgentíssima para colocar as Unidades Básicas de Saúde para funcionarem, mas não tem ‘urgência urgentíssima para mandar, Professor Tadeu, aqui para a Casa o rateio do FUNDEB para mais de oitocentos professores e profissionais do magistério. Mas não tem urgência urgentíssima para assegurar a revisão salarial e aumento salarial para os todos os servidores e servidoras, incluindo os aposentados que estão com os seus salários atrasados há seis anos, aqui no município de Patos. A ‘urgência urgentíssima’ também não acontece quando é para pequenas coisas, como foi aí o caso do Patos Moto Fest. Dez mil reais para realizar uma atividade daquela. É uma vergonha para uma Prefeitura que recebe em média dezesseis milhões por mês, quatro milhões por semana. Dez mil reais para o amigo Misael realizar aquela grande atividade, porque as coisas pequenas, na visão da gestão, não devem receber esse apoio, somente as coisas grandes, como é esse São João, que o cantor que vem lá de fora leva quinhentos mil, e o daqui recebe mil reais, e ainda tem que lutar para receber o dinheiro. É assim que funciona a política em Patos. Portanto, o povo está realmente desacreditado nos políticos, porque os próprios políticos contribuem com essa situação. É triste a gente ter uma Câmara Municipal com dezessete vereadores e vereadoras, um Prefeito e um Vice-Prefeito no Executivo, vários secretários, e a gente aqui indagar, perguntar ao povo de Patos: o que mudou na vida do nosso povo, do dia primeiro de janeiro para cá? O que mudou no bairro? O que mudou lá dentro do Mercado Darcilo Wanderley? O que mudou lá dentro do Mercado Juvino Lilioso? O que mudou na vida das pessoas que pagam aluguel? O que mudou na vida das pessoas que não têm como fazer a sua feira porque estão desempregados ou desempregadas? O que mudou na vida do povo? Porque na do político mudou, não tenha dúvida! São os melhores salários, conforto e por aí vai. Mas o que mudou, por exemplo, na vida dos sem teto lá dos Sapateiros, que tem gente ali morando há seis anos dentro de um barraco, debaixo de um barraco daqueles? O que mudou na vida dos



companheiros e companheiras que estão lá nos sem teto do Serrote Liso? Inclusive, eu estive hoje pela manhã. Então, veja bem, a política só serve se for para mudar a vida do povo, não apenas a vida dos políticos. Mas é isso que a gente tem presenciado. Então por isso que nós ocupamos esse espaço aqui na Câmara, não é para fazer oposição irresponsável, e nem tampouco ser lagartixa de Prefeito. Eu não tenho nenhum empregado nessa Prefeitura, e não quero! Justamente para manter a minha independência, para vir aqui e falar o que o povo está querendo ouvir. Eu acho que o comportamento tem que ser esse, de sair daqui de cabeça erguida, de dizer aqui na Tribuna o que eu possa dizer também na rádio, numa reunião da Associação, numa reunião do Sindicato, na conversa com as pessoas. Porque essa imunidade aqui não vale para José Gonçalves. Alguns usam isso aqui de forma covarde, diz aqui, mas quando chega ali não tem coragem de dizer nada. O que eu digo aqui, eu digo em todo canto, porque eu digo documentado, com o pé no chão, com tranquilidade, com conhecimento. Então eu quero fazer essa fala hoje justamente para o povo se conscientizar que tipo de político nós temos no poder. E o que mudou na sua vida? Na zona urbana? No Distrito de Santa Gertrudes? E na zona rural? Daqui a pouco vão chegar aqui na Tribuna e dizer que mudou tudo. Que é costume aqui, que fez isso e aquilo, mas na prática, o que mudou na vida dessas pessoas? É isso que me interessa aqui. Eu apresento na noite de hoje vários requerimentos, como eu não posso apresentar ‘urgência urgentíssima’, e se apresentar ‘urgência urgentíssima’, se tivesse constitucionalidade, talvez fosse derrotado, porque eu não sou base do Prefeito, mas eu apresentei vários requerimentos, solicitando que o Prefeito, que se tem dois milhões para gasta com o São João, vamos assegurar o direito dos servidores e das servidoras, vamos implantar as progressões horizontais e verticais, vamos conceder aumento salarial, vamos dar condições dignas de trabalho para esses companheiros e companheiras. Então por isso que na noite de hoje eu trouxe requerimentos para aumento salarial, plano de cargo, carreira e salário, implantações das progressões horizontais e verticais, para diversas categorias: para os pedreiros, para os serventes de pedreiro, para os eletricistas, para os pintores, para os coveiros, para os jardineiros, encanadores, operadores de máquinas, fiscais ambientais, fiscais de urbanismo e obras, inspetores sanitários, dentistas, condutores socorristas, educadores físicos, técnicos de enfermagem, enfermeiros, nutricionistas, recepcionistas, técnicos em laboratórios, bioquímicos, terapeutas ocupacionais, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, auxiliares de saúde bucal, técnicos em farmácia. E também trouxe na noite de hoje um requerimento para a gente discutir a situação dos servidores aqui da Casa Juvenal Lúcio de Sousa. Os servidores aqui da Casa não tiveram aumento nem em 2017, nem em 2019, nem em 2020 e nem em 2021. Estão com o plano de cargo, carreira e salário atrasadíssimo. Nós realizamos uma reunião aqui, na última sexta-feira, e vamos reunir na próxima sexta-feira para apresentar uma proposta de um plano de cargo, carreira e salários, e também isonomia salarial, porque tem servidor aqui na Casa que assume a mesma função, mas que o salário é diferente. Por exemplo, um ganha mil e cem, outro ganha mil e quinhentos. Mas não é a mesma função? É para ganhar igual. Então nós queremos essa isonomia. E nós esperamos, como também dizem aqui que aqui é a Casa do povo, a Casa do trabalhador e da trabalhadora, então nós vamos começar aqui a organizar essa questão salarial dos servidores aqui da Casa Juvenal Lúcio de Sousa. Eu tenho certeza que a Presidente Tide vai realmente encaminhar essa proposta do plano de cargo, carreira e salários, como também o aumento salarial para todos os servidores e servidoras, mesmo que tenha

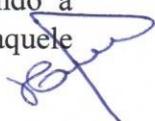


diminuir o salário dos vereadores e vereadoras. Mas eu acho que a gente tem que garantir aqui melhoria salarial para todos esses companheiros e companheiras, porque são eles que estão aqui no dia a dia, são servidores efetivos, são auxiliares. E as condições de trabalho, gente. Os companheiros aqui que preparam essas atas, o local de trabalho é terrível, fica do outro lado aí, passa um carro de som atrapalha, passa os carros normalmente e também atrapalha, é muito barulho. Então tem que ter condições dignas de trabalho e também de salário. Então nós apresentamos esse requerimento com esse sentido. Na próxima sexta-feira estaremos reunidos, e, futuramente, com a Presidente da Casa, para que a gente possa avançar nessa pauta dos servidores e servidoras. Porque aqui também, eu, inclusive, eu escutei de muitos servidores, de chegar e dizer: 'Não, Zé Gonçalves, a gente foi falando isso, mas ficam empurrando com a barriga e não encaminha'. Eu disse: Eu vou dizer uma coisa aqui a vocês, a gente pode não conseguir, mas você pode contar que nós vamos fazer a luta juntos. Inclusive, eu vou me pronunciar na tribuna. E é isso que eu estou fazendo aqui. Aqui não tem bicho papão a gente tem que melhorar na verdade o salário da Câmara Municipal de Patos no tocante aos servidores e servidoras, e também espero que o Prefeito Nabor encaminhe Projetos Plano de Cargos Carreira e Salários para melhorar o salário dos trabalhadores e trabalhadoras dos demais servidores e servidoras. Mas já está vindo aí um Projeto de Lei escancarando as contratações sem concurso público, sem concurso público! Nós temos mais de cinco mil classificados no último concurso público de Patos que não foram chamados, que não foram convidados, que não tomaram posse, têm cargos pra todas as funções, mas não, a Prefeitura agora quer fazer uma seleção pública! E tem um artigo dizendo que talvez não seja necessário nem fazer essa seleção pública, pra inchar ainda mais a gestão pública municipal com contratados e comissionados. Enquanto sindicalista, enquanto Vice-Presidente do SINFEMP eu defendo a realização de concurso público, porque através do concurso público nós eliminamos o apadrinhamento político de somente os aliados e as aliadas da gestão municipal colocarem os seus, em detrimento dos outros. Nós defendemos o concurso público porque é a forma mais correta do ingresso do trabalhador e da trabalhadora no serviço público no município, no estado e no governo federal. E, aqui, companheiros e companheiras, seria muito fácil eu chegar aqui e dizer: 'Está bom vamos fazer seleção pública mesmo. Prefeito, vamos contratar, vamos comissionar, bote esse povo aqui da minha família, da minha parentada aqui. É muito fácil! Difícil é você vim aqui condenar seleção pública, contratação sem concurso público e defender o concurso público. É isso que nós defendemos desde o início aqui, porque é a forma mais correta e mais transparente do ingresso do serviço público em nosso país. Fica aqui o nosso recado e, ao mesmo tempo, a nossa solicitação na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do município de Patos e do seu povo. Muito obrigado.' Atendendo convite da Senhora Presidente fez uso da palavra o **Vereador João Carlos Patrian Júnior**: "Boa noite a todos. Boa noite aos que nos acompanham nas redes sociais, boa noite a todos que se fazem presentes, a todos da quadrilha, as pessoas que estão presentes do Esporte, os juízes e os atletas. Então, hoje eu vou começar a minha fala parabenizando o Prefeito de Cajazeiras, José Aldemir e a sua esposa, a Deputada Estadual Doutora Paula. Parabéns! Vocês merecem o meu aplauso e de todos os protetores da Paraíba. Cajazeiras uma cidade que eu não sei se é a metade da população da cidade de Patos, eu acho que a Câmara lá deve ter nove ou dez vereadores. Eu não estou comparando que a obrigação seja da Câmara, mas eu estou dizendo com relação ao número de eleitores e população,

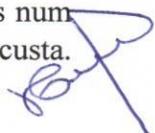


ontem ganhou um castra móvel. Você vai falar um castra móvel é importante? É importante porque nós vamos conseguir controlar a natalidade dos animais de nossa cidade, animais esse que estão aí passando fome e sede, estão doentes. Todo dia eu recebo ligação, todo dia pessoas me ligam reclamando com questões de mordedores. Inclusive, eu tenho foto, que eu acabei de receber, que uma pessoa foi mordida em frente a Caixa Econômica. E quero dizer também que a culpa não é deles não. Não são dos animais, não, são seres irracionais. Eu os defendo aqui. Claro que defendo a população, mas a culpa do que está acontecendo é uma má gestão em relação a saúde pública com os animais. Estão deixando pra depois, pra depois, tudo é uma desculpa, castrações reduzidas ao máximo que pode ser. Então isso é um meio impróprio de se controlar, de conseguir, não digo sanar, porque sanar a gente vai levar mais um tempo, eu acho que uns quatro a cinco anos pra que a gente possa ver a cidade sem qualquer animal de rua, sem sofrimento dos animais. É uma luta muito importante que a população cajazeirense vinha travando, e eles conseguiram a vitória. A politicagem lá não reinou, diferente daqui, que quando você apresenta algo alguém sempre atravessa o seu caminho, mas não está me atrapalhando não. A mim não está não, porque eu estou vereador hoje e, amanhã, caso eu não consiga a minha reeleição, se não for a vontade de Deus, eu tenho o meu emprego, eu sou policial, então não está me atrapalhando. Estou aqui lutando pela população pra trazer melhorias, questão de saúde pública. Quando alguém tenta atrapalhar alguma coisa que vem em benefício da população, você não está atrapalhando o Vereador Sargento Patrian, não, você está atrapalhando a população. Então, que acabe essa questão política, vamos trabalhar pela causa. E parabéns mais um a vez Prefeito José Aldemir, eu vou até Cajazeiras conhecer o seu castra móvel e lhe conhecer. Vai também não é Zé? Como nós estamos na penúltima sessão, eu trouxe mais uma vez aqui o número de requerimentos, isso aqui foram os enviados, não atendidos. Total de cento e sete não atendidos, quatorze atendidos, então faz cento e vinte e um. Foram cento e vinte e um requerimentos enviados, e apenas quatorze foram atendidos. É como eu digo, o Vereador Sargento Patrian não está pedindo pra ele não, nem estou pedindo pra ninguém da minha família não, eu estou pedindo pra população. Ficam aqui os requerimentos, vamos visitar setor por setor, local por local. Vamos entrar de férias aqui, porque é um direito de todos entrar de férias, é claro, mas eu vou continuar na área externa, visitando todos os requerimentos que estão aqui. Irei passar pelos cento e sete que não foram atendidos, e irei mostrar à população que o vereador está trabalhando, caso não venha a conseguir benefício para população, a culpa não é da gente não. Igual a todo mundo aqui, eu acho que eu sou o vereador que tem menos, mas a maioria também tem duzentos; acho que já chegou vereador aqui com trezentos, e quatro cinco atendidos. Isso é uma vergonha! Nós trazemos aqui os problemas da cidade, e nós esperamos que sejam resolvidos, não pra que a gente possa se vangloriar que foi a gente que conseguiu, que foi o vereador que conseguiu, mas que nós possamos ficar felizes pela população em ter conseguido aquela luta que ela já buscava a anos, a tempos.” **Em aparte, o Vereador Fernando Rodrigues** disse: “Primeiramente, boa noite. E obrigado por me conceder a fala. Quero parabenizar Vossa Excelência pela sua fala e por essa vitória da cidade de Cajazeiras, que eu sei que alega muito o coração do senhor vereador. É muito importante o que o senhor traz aqui, quando o senhor mostra a quantidade de requerimentos, que é pra que muitos cidadãos, que não vou generalizar, dizer que são todos, alguns dizem assim: ‘O vereador não faz nada! Vereador não trabalha!’ Mas eu costumo dizer Vereador Patrian, que o vereador ele é igual ao para-

choque de um carro, ele é quem primeiro recebe a primeira pancada. E esta Câmara é diferente, eu acho que ultrapassou os dois mil e duzentos requerimentos que nós colocamos esse ano. Porém, se não foram atendidos, mas a gente está cobrando para que a população fique ciente do quanto a gente está trabalhando. O ano que vem a gente vai continuar cobrando mais, e cada vez mais. Muito obrigado, Vereador.” O **Vereador Patrian Júnior** retornou à sua fala: “É verdade, o vereador trabalha sim. O vereador desse mandato, dessa gestão 2021/2024, com certeza, está fazendo o que pode, mas quem executa não somos nós. Nós apresentamos os problemas, trazemos através de requerimento, até de ofícios, mas quem executa é o Executivo. Já se fala: executar, Executivo. Mas vamos continuar cobrando, sendo base ou sendo oposição, porque eu fui eleito pra isso, eu fui eleito pra cobrar, pra apresentar e justificar aqueles quatrocentos e noventa votos que me colocaram aqui. Então eu continuarei lutando, eu vou lutar, eu vou cobrar sendo base ou sendo oposição. A população de Patos pode contar com o Vereador Sargento Patrian, porque eu não abro um milímetro. E pra traz, nem pra pegar impulso. Então é dessa forma. Não vou me alongar muito, nós temos algumas votações que vão ser um pouco acaloradas, mas dentro do respeito, é claro. Então eu encerro e parabenizo mais uma vez o Prefeito. E cobro das autoridades, deputado federal, deputado estadual aqui da nossa cidade. Quero lembrar que a polícia militar, a segurança pública sofreu uma derrota, graças a alguns deputados os quais nos representam. Representam não, porque quando você luta contra a segurança pública, você está lutando contra a população. Então se você não traz um benefício para aquele homem que está colocando a vida dele ao risco de morrer no seu lugar, porque os profissionais que mais têm de ser valorizados são os médicos, o professor, que é o mestre, e os policiais. Eu digo os médicos representando a saúde, o policial representando toda a categoria de segurança pública. Então, hoje, foi uma derrota, não foi aprovada a questão da equiparação. O policial militar vai continuar na peleja do seu trabalho, trabalhando hoje, graças a uma Emenda, cinco anos a mais, e trazendo no seu contracheque uma perca de 40% (quarenta por cento) após a sua aposentadoria. Então fica aqui a triste notícia dada aos policiais militares que nos acompanham, fomos derrotados, mas não iremos desistir. Os deputados estaduais da nossa região aqui votaram contra a gente. Vamos lembrar isso na campanha que está chegando, e vamos dá a resposta, porque eles nos representam e nós representamos vocês. Eu garanto que quando algo que nós levamos traz prejuízo pra população, nós estamos trazendo prejuízo pra todos. Fica aqui o meu voto de repúdio em relação aos deputados que votaram contra a segurança pública do nosso Estado da Paraíba.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro**: “Muito boa noite a todos e a todas. Saudar os nossos amigos aqui da QJP, sempre presentes; saudar nossos amigos da imprensa, os colegas pares vereadores, saudar a todo público que nos acompanham. Acompanhe a sessão da Câmara de Vereadores pelo YouTube. Você que tem smart tv acompanhe pelo YouTube, saiba o que cada um vereador, cada uma vereadora está ou não está fazendo pela sua cidade. Acompanhe as redes sociais, busque informação, o vereador que você votou você segue ele no instagram? Ele te seguiu a procura do seu voto. Você segue ele? Siga ele, olhe o que ele faz. É importante! Quando eu me decidi por me candidatar, confesso que depois de dezoito anos de movimento estudantil, eu comecei lá no Grêmio do CEPA, molecote, movimento estudantil, ali na casa dos doze treze anos de idade, acompanhando a formação do Grêmio, acompanhando a escola que cá me trouxe, há muito daquele

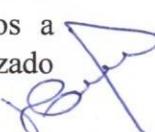


movimento, a melhor escola, ele não saiu de dentro de mim. Então vim para a Câmara Municipal de Patos não para ser mais o mesmo, porque aqui na Câmara nós temos dois caminhos: ajoelhar-se ao poder ou ficar de pé de frente para os problemas e encará-los junto à população. Daqui a pouco, quem ficar a acompanhar toda essa sessão, vai saber do que eu estou falando. Vai saber que você apresenta um Projeto de nº 143/2021, que quer fazer o bem, que quer receber doação de medicamentos para repassar, o Prefeito, por razão política, veta. Com raiva do favor que fiz a ele, ele veta. Ele não pensa em um remédio, minha amiga Dilva, que você poderia comprar um losartana, um captoril, você não vai usar mais, está lá guardado, você vai na Farmácia Básica, entrega ao agente comunitário de saúde, que repassa pra Farmácia Básica, ela guardaria junto aos demais e entregaria a quem está precisando. Porque muitas das vezes, uma vereadora me disse agora: ‘não, eu deixo ficar lá na minha casa, deixo ficar velho’. Eu recebo tanta gente me pedindo medicamento ali no Bairro Vitória, na Vila Cavalcante. Essa semana uma mulher me pediu uma cartela de dipirona, eu acho que custa três reais, porque estava com dor de cabeça, e não tinha na farmácia do município. E por raiva, que eu chamei o Prefeito de Sassá Mutema, com raiva, porque eu disse que ele foi frouxo, e eu estava certo. O Prefeito Nabor Wanderley foi frouxo com a empresa zona azul, a Rizzo Park, a empresa sapateou da cara do Prefeito. Fez o Prefeito ir para a Arapuã mentir. O Prefeito ir pra Radio Itatiunga mentir. Lá ele sempre mentiu, mas fez mentir de novo. Fez ele ir para Rádio Espinharas mentir, dizer que não seria cobrado dez minutos. A Empresa marcou, alguém que trabalha na empresa me disse: ‘Jamerson, daqui a dois meses vão cobrar de moto. Espera pra tu ver’. Essa pessoa sempre me deu informações. Estão com raiva, muitas vezes, dos alertas que nós fazemos, o Prefeito manda vetar. E o Projeto talvez seja derrotado, talvez seja vetado, talvez os mesmos colegas vereadores que aprovaram, que entendiam que o Projeto era bom, agora entendem que o Projeto não é bom, porque o Prefeito usa de razões políticas, políticas. O meu Projeto é o mesmo do Vereador Décio, só muda de remédio pra ração animal. Só muda, não cria um centavo de despesa. Agora o Vereador Décio vota em tudo o que o Prefeito manda, sempre diz sim, só balança a cabeça. Eu não. Eu não voto, eu tenho a minha opinião. Eu fiz a escolha: eu me ajoelho diante do Prefeito ou eu fico de pé diante da população? Sábado passado eu fui ao mercado, a última vez que eu recebi o calor humano no mercado foi quando eu fui pedir voto. Eu fui atrás do povo. E como me dá prazer voltar ao mercado e o povo vim atrás de mim. Sábado, o povo me parava: ‘Vereador, o senhor está certo, essa zona azul não dá certo. O Prefeito fez uma pesquisa interna, mas de trinta perguntas: ‘Você é a favor da zona azul? Você é a favor da operação da zona azul?’ E a terceira pergunta envolvendo a zona azul: ‘Você foi favorável a ação do Prefeito em acabar com a zona azul?’ Os agentes mais próximos do Prefeito eles têm esses números, sabem que o Prefeito saiu bem avaliado quando cancelou. Mas quando olha o número da zona azul, a turma não é favorável. E eu estava certo, o Prefeito Nabor Wanderley vai responder por improbidade administrativa, uma empresa não poderia contratar com o poder público, e ela contratou. Isso é crime, isso é maior do que o afastamento de Dinaldinho. Por muito menos Dinaldinho saiu da Prefeitura, por muito menos. O Prefeito usando da maioria que tem, já tem um milhão e quinhentos de um cheque do São João. O São João que eles mesmos demonstram que não sabem quanto é que vão gastar. Um São João que ele mesmo realizara com apenas duzentos mil, ele agora quer mudar o cheque, quer colocar um dois, dois milhões num evento que ele nem sabe se vai ter; num evento que ele não sabe nem quanto custa.

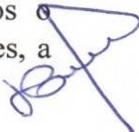


Quem não é favorável ao São João ou é doido ou não gosta de Patos. Eu sou favorável ao bom uso do recurso público. Por que urgência urgentíssima em uma ano pré-eleitoral em que a primeira banda é contratada lá pra março, abril? Eu já trabalhei com isso, eu sei que as bandas são contratadas depois do carnaval, e eu sei que o último São João de Francisca Motta, contratou-se banda em maio. Então, em ano eleitoral, o Prefeito que tem um filho que é deputado, e que é candidato, que tem a sogra, alguém do seu afeto, candidato a deputado, quer cheques e cheques em branco. Eu fiz um juramento sentado aqui, botei de pé e mostrei o juramento, dizendo que iria fiscalizar. E vou! Alguém soprava esta semana: ‘ali só vai ter um mandato’. Eu não quero ter dez mandatos não. Mandato feito lagartixa eu não quero dez não. Quando eu vou pra o Armazém Paraíba preencher um cadastro, eu não boto vereador não, eu boto jornalista. Sábado agora eu estarei viajando com o meu som, mas se eu quisesse ao fim do mês, um abono de cinco mil, era só me ajoelhar. Se eu quisesse deixar o meu som parado e cinco mil voando aparecer no meu gabinete, eu me ajoelhava. Mas eu não quero isso, não foi isso que quem votou em mim me escutava fazer na Rádio Arapuã, me escutava fazer isso. Foi isso aqui que me botou aqui. ‘Ah! Deixa ele voltar pra campanha!’ Essa história já existe. Não quero dez mandatos, não quero ser recordista de mandatos, bater quando o prefeito é oposição, babá quando o prefeito é meu prefeito. Eu fico com o meu povo, eu cobro as quadrilhas juninas. Eu me envergonho dos dez mil que a Prefeitura deu, e gastou quase seis para o buffet do Ministro. Para vim um Ministro gastou quase seis num buffet. Pra vim um Ministro daquela qualidade aqui pra cidade de Patos. Aí num vento importante como o Patos Moto Fest dá dez mil, segurando o dinheiro, porque foi briga pra dá o dez mil. Mas evento apadrinhado por vereador dá os mesmo dez, que não tem um por cento da repercussão do Patos Moto Fest. Então a vida é feita de escolhas. Eu nunca escolhi o caminho mais fácil, é o mais difícil. Não estou pensando em voto. Pior, aqui tem gente que já está querendo comprar voto de outro vereador. Aqui já tem gente que já tá botando preço em cabo eleitoral de outro vereador. Aqui já tem gente que já está indo por trás dá emprego a gente de outro vereador. Vereador consegue o emprego com o Prefeito, chega um por trás e diz: ‘Não, fui eu que consegui’. Não foi assim que eu fiz na rádio, não foi assim que eu cheguei aqui. Tem gente aqui que o mais inocente viu a mãe tomar banho. Eu não vim aqui pra isso. Não foi pra isso que eu vim pra política. É difícil sentar ali e ver todo mundo ir pra o lado da facilidade, e você ficar do lado do povo. Em dezesseis de março eu chamava atenção, o empresário Siduca da Renault recebeu um terreno, que corrigido hoje vale um milhão de reais. Diga que ele não dá por um milhão? Trocou numa ambulância, ninguém abriu a boca aqui. O Vereador Jamerson Ferreira entrou no Ministério Público, e o secretário não teve a cordialidade de me informar hoje que ambulância foi entregue. Eu fiquei sabendo pelo próprio Ministério Público, quando eu fui olhar o meu e-mail estava a mensagem lá, que a ambulância já tinha sido entregue. A ambulância que Siduca entregou hoje desde dois mil e dezenove que esta Câmara aprovou. E só entregou hoje por causa de um ação de Jamerson Ferreira. Agora eu poderia me render as facilidades que eu ouvi ao pé do ouvido. Mas repito, não foi assim que cheguei. E eu saio uma vez por semana, hoje eu estou rouco, porque eu sai de manhã e sai de tarde com o carro de som na rua, fazendo pergunta ao povo. Zé Roberto, minha joia, já me ouviu passar lá pela sua casa, Lana. Eu dando satisfação do meu mandato, dando a cara a bater. Não passei na campanha a mesma cara, e volto pra dar não, e volto pra fazer igual eu fiz na campanha, porque na minha campanha a minha esposa andando comigo, eu dizia, olhando pra ela, que ela não

iria assumir nada na Prefeitura. E ela, de pronto, respondera: ‘A primeira a não querer sou eu’. Não tenho ninguém empregado na Prefeitura, porque se tivesse já tinham vazado aí. A questão do São João é um cheque em branco que o Prefeito quer. A questão também das Emendas que nós vamos apresentar daqui a pouquinho. Então, daqui a pouquinho, tem outro Projeto de Jamerson Ferreira, aí eu vou pedir aos vereadores, por favor, derrotem hoje, votem contra, não me exponham mais ao ridículo. Eu tenho um Projeto aqui que é pra dá transparência as obras paradas, votem contra, derrotem. Deixem só eu Patrian Zé e Josmá votarmos a favor. Derrotem, porque vocês aprovam o Prefeito veta, vocês voltam e balançam a cabeça. Foi assim no Projeto da farmácia: ‘Você sabe, eu sou base. Você sabe, eu sou base’. As melhores pisas que eu levei da minha mãe foram as que me fizeram ser o homem que eu sou. As maiores lapadas que o Prefeito vem levando da oposição vem mostrando que nós estávamos certo. O Prefeito Nabor Wanderley queria licitar quatrocentos mil reais para iluminação pública, pau aqui na Câmara, hoje nós gastamos cento e cinquenta mil. Pau na zona azul, o Prefeito voltou atrás, e hoje ficam com cara de tacho quem nos criticavam. Então eu tenho um Projeto hoje aqui, que pede que seja colocado no site da Prefeitura as obras paradas e o motivo porque elas estão paradas. O Prefeito não quer que matérias desse tipo passem. Derrotem, derrotem, fiquem à vontade. Agora não me rendo, não me prendo e não me vendo. Não foi isso que me fez chegar aqui. Não quero dez, três, quatro mandatos de vereador, eu quero um com vergonha. E o povo de Patos já me deu. E pra encerrar, batendo no peito, de graça. Patos pode mais.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador Francisco de Sales Mendes Júnior**: “Senhora Presidente Vereadora Tide Eduardo, em nome de Vossa Excelência cumprimento os demais vereadores aqui presentes. Quero cumprimentar a Vereadora Fatinha, Nadir, Ítalo e Ramon, que nos acompanham pela plataforma a digital, remotamente; a imprensa aqui presente, público que nos acompanham, pessoal que representam as quadrilhas juninas aqui no nosso município o nosso boa noite também. Senhoras e senhores, o que nos traz a tribuna na noite de hoje é justamente o orçamento do município que nós estaremos votando, juntamente com as Emendas Impositivas que nós apresentamos para que fossem contempladas diversas propostas nossas para a cidade de Patos. Todos os vereadores apresentaram. Sendo solicitados e procurados por instituições, por associações; outros por meio de alguma visita que fez a alguma comunidade, ao bairro, e viu a necessidade, e hoje estaremos proporcionando e fazendo a apreciação de todas essas Emendas Impositivas, e no orçamento que estaremos votando na noite de hoje. Sabemos que a peça orçamentária é o maior Projeto que um Poder Legislativo pode autorizar para a execução do ano subsequente. Todas as secretarias são contempladas com ações, com os programas que são promovidos pela Prefeitura Municipal de Patos. Aí estão todas as previsões orçamentárias de cada secretaria, por meio do orçamento participativo. As prioridades foram elencadas, e estão na peça orçamentária. Isso mostra também que houve uma participação importante da sociedade e do Poder Legislativo diante daquilo que está sendo discutido e será aprovado na noite de hoje. Falamos também, Senhora Presidente, a respeito da Secretaria Municipal de Saúde, Nega Fofa, aonde as ações que vêm sendo realizadas por meio das cirurgias, todo final de semana, vêm sendo dado sequência. E isso tem contribuído, tem ajudado na vida de muitas pessoas, aonde nós sabemos que muitas famílias tinham alguém em sua residência, em sua casa, aguardando há anos a realização de um procedimento cirúrgico de uma cirurgia eletiva. E hoje sendo realizado

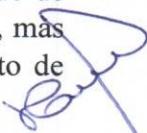


pela Prefeitura Municipal de Patos, sendo pagas pela Prefeitura Municipal de Patos não só cirurgias, mas também exames de ressonâncias, tomografias, ultrassonografias, mamografias e diversos tipos de cirurgias, a exemplo, de hérnia, catarata, pterígio, hysterectomia, vasectomia, hemorroidas, vesícula e tantas outras. Como é bom nós vermos o testemunho de tantas pessoas que estão sendo atendidas através do programa de saúde que foi disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Patos. Mil e quinhentas cirurgias já foram iniciadas, e que eram realizadas pelo nosso município, com recursos carreados pelo Deputado Federal Hugo Motta, garantindo a realização desses procedimentos, que nós só víamos serem realizados pelo governo do Estado. Quantas vezes aqui, em outras legislaturas, nós não ficávamos solicitando do governo do Estado, do Hospital Regional, do Hospital Infantil! Quantos pacientes não foram transferidos para outras cidades, Secretaria Poliana, para fazer um procedimento cirúrgico, como Alexandria, Taperoá, Campina Grande, João Pessoa! Uma ressonância magnética, uma ultrassonografia, se fazia a regulação aqui na secretaria e tinha que ir fazer em João Pessoa ou em Campina Grande. E hoje, por meio desse programa, são realizados na cidade de Patos, custeados pela Prefeitura Municipal de Patos. Esse é apenas um de diversos outros programas de ações que a Prefeitura Municipal de Patos vem realizando. Estivemos hoje, participando do momento de cerimônia de entrega de mais um veículo, de mais uma ambulância para o nosso município, por meio de uma parceria com o empresário Siduca, proprietário da Via Leste, que foi motivo de discussão, Ministério Público, todo o processo de investigação daquilo que foi apresentado à época. E hoje se finaliza, se conclui todo esse processo, a Prefeitura Municipal de Patos já emitindo o Decreto, autorizando a Empresa Via Leste poder ir ao cartório escriturar a área, e, em contrapartida, aprovado por esta Casa Legislativa a autorização de uma ambulância totalmente equipada com os equipamentos mais modernos que existem: cilindro de oxigênio com todos os seus conectores, farmácia, ar condicionado, maca da mais moderna que existe, enfim. Mais uma ambulância que vai atender a população de Patos, que vai atender o nosso povo. Temos duas ambulâncias novas que chegaram e estão na sede da Secretaria de Saúde, outra, Vereadora Fofa, que chega pra cidade de Patos, e mais uma outra que está pra chegar, acredito que nesses próximos quinze dias, totalizando quatro novas ambulâncias pra o município de Patos. Ambulâncias essas também que tiveram a participação do Deputado Érico Djan, participação, na época, do Deputado estadual Nabor Wanderley. Então nós entendemos que além dessas ações que nós citamos aqui, tantas outras que vêm sendo promovidas e realizadas pela Prefeitura Municipal de Patos. Os desafios existem, os desafios estão à frente, mas nós sabemos que muito ainda tem pra fazer na nossa cidade. E só quem sabe dos resultados é quem vem sendo atendido, é quem vem sendo recebido com esses tipos de atendimentos ou de programas, a exemplo do Programa PAI, que vem atendendo de perto àquelas pessoas e àquelas famílias que mais precisam. Então, Senhora Presidente, eram apenas essas falas que nós tínhamos pra fazer na noite de hoje. As matérias importantes que nós estaremos discutindo e votando na noite de hoje, e nós temos a certeza de que não apenas por meio das proposições, requerimentos e Projetos de Lei que foram apresentados aqui por tantos vereadores, esses que foram aprovados, uns atendidos, outros que foram encaminhados, aguardando atendimento, mas eu acho que o que nos destaca aqui é justamente a dinâmica do Poder Legislativo e a atuação parlamentar de cada um. Eu me orgulho Décio do meu mandato ou dos meus mandatos, porque nós sabemos o compromisso que temos com a cidade de Patos, votando aqui matérias importantes, a



exemplo do empreendimento Atacadão que existe hoje no nosso município, gerando mais de trezentos empregos diretos pra cidade de Patos; o Hiper Queiroz, que foi uma matéria discutida aqui nesta Casa, que teve o apoio e a votação favorável do Vereador Sales; cento e trinta e cinco ruas que foram pavimentadas no nosso município na penúltima legislatura, da Prefeita Francisca Motta, aonde nós éramos oposição ao governo, Vereador Marcos César, mas na hora das pautas e das discussões de matérias e Projetos importantes pra cidade de Patos, como por exemplo, o Bairro Novo Horizonte e tantos outros bairros do nosso município que receberam um número de pavimentações importantes em paralelepípedos e em asfalto, porque nós sabíamos que eram obras e ações importantes; Projetos que eram discutidos aqui nesta Casa de grande relevância, independente do seu posicionamento político. Nós precisamos entender que acima de tudo e, sobretudo, estão realmente as matérias importantes que vão ao encontro do nosso povo. Obrigado, Presidente, e a todos pela atenção.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador Josmá Oliveira da Nóbrega**: “Muito boa noite a todos. Saúdo a Presidente e demais pares desta Casa, os senhores e as senhoras sejam todos bem vindos a vossa Casa. É um grande privilégio sempre ver pessoas, cidadãos pagadores de impostos, nossos patrões, aqui no nosso auditório. Agradecer a Deus pelo dom da vida e pelo privilégio de ser autoridade e representar o povo de Patos. Para dar início na minha oportunidade de hoje, eu gostaria de mais uma vez expressar o meu voto de pesar pelo falecimento do nosso colega Klébio, gerente do Banco do Nordeste, irmão do meu colega Isaac, que participa conosco do grupo da Maternidade. Klebio partiu numa ida muito precoce, uma pessoa de quarenta e dois, muito saudável, e deixa saudades para seus amigos e seus familiares e colegas de trabalho. Fica aqui o nosso lamento. Senhores, aproveitar a oportunidade para discutir as pautas e reclamações do povo. Eu sempre trago pautas e reclamações do povo. Eu estava acompanhando o programa jornalístico do Jornalista Marcos Oliveira e Hugo de Figueiredo, aonde vários cidadãos, nesses últimos dias, estavam reclamando pela falta de sinalização em algumas ruas aqui da cidade de Patos. E eu gostaria de pontuar aqui especificamente a Rua Enaldo Torres com a Severino Dutra. Na Severino Dutra tem um poste irregular, colocado pela Empresa ENERGISA, que dificulta a visibilidade dos carros e das motos, dos motoristas, e está causando acidentes. E até agora o pessoal da STTRANS, o Superintendente não viu. Temos também um problema seríssimo no Bairro Monte Castelo, nas Ruas Solon Medeiros com a José Crispim, e também no cruzamento da José Crispim com a Renan Aires, que estão acontecendo acidentes ali. De ontem para hoje aconteceram dois acidentes no mesmo local. Então, precisa-se de uma atenção por parte da STTRANS, sinalizar se for o caso, colocar um semáforo, enfim, que faça alguma coisa pra evitar esse tipo de acidente. As pessoas estão cobrando e a gente está trazendo essa demanda que foi publicizada nos veículos de comunicação aqui da cidade de Patos. Não só ficar pintando faixinhas, como se fossem amarelinhas de crianças, eu acho que as prioridades do trânsito são outras. Fechar também esse retorno do cemitério. Eu acho que é menos importante do que resolver essa sinalização, Vereador Nandinho, desses outros bairros que estão acontecendo acidentes. Eu acho que a gente deve priorizar o que o povo está mais precisando. Fica aqui essa cobrança em relação a STTRANS: ‘bora trabalhar senhor Elucinaldo, que eu estou de olho no senhor faz tempo, viu’. Outro ponto que eu trago senhores, eu gostaria muito que o Prefeito Nabor tratasse com urgência urgentíssima a regularização dos atendimentos odontológicos nas UBS. Eu gostaria muito que isso fosse tratado como urgência

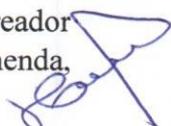
urgentíssima, porque, infelizmente, parece que é o último plano. Tenho andado em todas as UBS. Peguei uma briga, essa semana, numa UBS, porque não queriam deixar eu entrar lá, queriam atrapalhar o meu trabalho. Mas eu vou brigar mesmo. E volto a dizer o meu slogan de campanha era: ‘Coragem e Liberdade’, eu não tenho medo de certas bobagens. Eu queria também que fosse urgência urgentíssima a contratação de médicos para as UBS. A Alexandra Kollontai vai entrar pra o quarto mês sem médico. Mas urgente urgentíssimo é o São João de Patos. Eu sou a favor do São João, mas hoje aqui, hoje são quatorze de dezembro, o que deve ser discutido hoje, o São que vai acontecer daqui a seis meses ou a falta de médico e atendimento odontológico nas UBS? Eu faço esse questionamento para os senhores e para as senhoras que nos acompanham. Quem é vereador, que paga plano de saúde e tem dinheiro pra pagar consulta e dentista particular, tudo bem, e pra o cidadão menos favorecido, que não tem esse dinheiro pra pagar, e chega na UBS e não tem o dentista e não tem o médico, como é que fica? Fica aqui esse questionamento. A gente sempre vai trazer esses questionamentos para a tribuna. Senhores, eu trago alguns requerimentos que estarei apresentando aqui. Eu trago mais um requerimento para o Senhor Secretário de Serviços Josimar Barbosa. Conversei com o Vereador Sales, no corredor, tem um pacote de requerimentos dos cidadãos patoense, que apresentaram através do meu gabinete, à Secretaria de Serviços Públicos, e, de forma política, o Secretário Josimar Barbosa, da Secretaria de Serviços, não atende a esses requerimentos. Eu disse ao Vereador Sales: sempre eu sou do diálogo. Eu tenho um pacote de denúncias da Secretaria de Serviços Públicos, a última denúncia que eu fiz no TCE foi no mês de março, e ainda está rendendo por aí. E uma delas foi sobre a iluminação pública que o prefeito de Patos vai ter que devolver quase meio milhão de reais. Eu até falei aqui educadamente sobre a iluminação pública, mas me levaram a pagode, e eu tive que formalizar as denúncias. Mais uma vez eu venho de forma honesta e transparente oferecer essa diplomacia política: resolva os problemas do povo, se não eu vou ter que abrir denúncias. Eu tenho lá um pacotão de denúncias, se os requerimentos não forem atendidos, eu vou começar a disparar todas elas, eu não estou nem aí. E essas são piores do que a da iluminação pública. Então, Secretário, vamos começar a trabalhar, porque a Secretaria não é sua. Esqueça política, o senhor perdeu as eleições do ano passado, daqui a três ou quatro anos o senhor tenta de novo. Outra solicitação que eu trago é a instalação de corrimões e passarelas no Canal do Noé Trajano. Tem mais lixo dentro do Canal do Noé Trajano do que no lixão de Patos. Já cobrei do Secretário, mas o mesmo Secretário está se fazendo de surdo, e não está indo atender as necessidades dos moradores do Bairro Noé Trajano. Não é só do Bairro Noé Trajano, porque o Secretário fica brincando de caçar Pokémons. O Prefeito já disse isso, ao invés de estar trabalhando. E nem interessa inventar desculpas, se ele der o gás nos feriados, nos finais de semana, ele consegue tirar o atraso na cidade de Patos; se não, ele peça licença pra ir no banheiro, e saia, entregue a pasta a outra pessoa que queira trabalhar. Eu trago também uma demanda de um cidadão, que solicito do PROCON, espero que o PROCON trabalhe, que só faz coisas estranhas aqui na cidade de Patos, juntamente com o IMETRO, pra fazerem aferição nos hidrômetros instalados em nossa cidade. Os moradores têm alegado que a metragem da água não tem sido coerente com a taxa que eles vêm pagando do consumo de água. As pessoas estão com desconfiança, então esses órgãos têm que vim medir os hidrômetros da CAGEPA aqui na cidade de Patos, porque quando é pra ir numa empresa privada fazer aferição, é bem rápido, mas quando é uma empresa estatal parece que não vão. E o cidadão ele tem o direito de



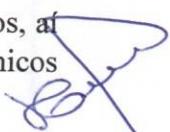
cobrar isso, se ele está com desconfiança, tem que ser aferido aquele instrumento pra saber se está roubando ou não o cidadão. A empresa traz o hidrômetro já lacrado, quem me garante que aquele hidrômetro ali não está roubando pra empresa? Ninguém me garante, então a dúvida é válida. Enquanto não se prova o contraditório, o consumidor tem esse respaldo jurídico do direito ao questionamento e a dúvida, que deve ser sanado pelo prestador de serviço ou do produto. Senhores, eu trago aqui uma frase só pra reforçar, mais uma vez, educadamente, que diz o seguinte: ‘Quem prefere não falar nada para evitar conflito, entra em conflito justamente com seus valores e suas convicções’. Esqueçam esse negócio: ‘Ah! Eu não vou reclamar disso porque fulano não vai gostar’. Quando você deixa de expressar o que você pensa, você está deixando de agradar a si mesmo para agradar os próximos. E as coisas não são assim. O politicamente correto, desculpem-me senhores, é uma merda, o politicamente correto inibe a liberdade de expressão. E nós devemos garantir a liberdade de expressão do próximo, por mais absurda que seja a ideia ou a fala da pessoa que está a sua frente, mas ela tem que ter o direito de falar aquilo que ela acredita, e nós devemos garantir isso. Então, o politicamente correto vem pra suprimir as liberdades individuais das pessoas, e eu detesto isso. Infelizmente, a educação brasileira precisa passar por uma reforma drástica, para que, assim, a gente possa um dia salvar esta Nação. O que nós vivemos, como diz o professor Olavo, uma imbecilidade coletiva, aonde os pensamentos individuais estão sendo suprimidos, estão sendo colocados capacetes quadrados nas cabeças das pessoas, aonde as pessoas estão sendo inibidas de ter o seu pensamento crítico, e passar a sair repetindo coisas de grupos políticos que se impregnaram na educação brasileira, tirando a liberdade de pensamento, o censo crítico e o questionamento dos alunos. E, hoje, nós temos pessoas com nível superior que são semianalfabetos, não sabem nem escrever direito. É triste a situação da educação brasileira. Eu tenho me preocupado muito com isso. E mais uma vez questiono também por que é que a educação na cidade de Patos não é tratada com urgência. Sabe por que, senhores? Porque quando a sociedade brasileira for educada e tiver censo crítico e cada um pensar da sua forma, muitas pessoas que estão hoje na política não serão mais eleitos. É isso. Quanto menos inteligente a sociedade, mais fácil de ela ser escravizada. E isso vem sendo implantado no Brasil nos últimos trinta anos. Isso é uma responsabilidade nossa, principalmente em nós que temos conhecimento, nós devemos trabalhar para libertar os outros nossos amigos e irmãos que estão presos nessa bolha de vidro, onde não consegue enxergar dois metros na sua frente. A discussão dos assuntos e dos temas, eu aproveitarei no momento da discussão das matérias, e aí assim sim a gente vai discutir de forma separada. As demandas são essas, por hoje. Eu estava apreciando aqui, mais uma vez, as matérias, para que a gente possa discutir. E eu estou aqui para trabalhar pelo povo de Patos, se for pra sair amanhã de seis horas da manhã, eu estou pronto pra isso, porque eu já enchi meu bucho, ali na sala do lanche, os cachorros quentes, e eu não tenho pressa pra sair daqui, viu Presidente. Inclusive, já liguei até para minha mamãe, e disse: mamãe, não me espere, não se preocupe comigo, que eu só vou sair daqui da Câmara amanhã de madrugada. Então conto o preço dos demais pares, e vamos pra discussão, Presidente. Obrigado. Deus, Pátria e Família!” A Senhora Presidente passou a ORDEM DO DIA, e colocou em discussão e 1ª votação A EMENDA MODIFICATIVA Nº 08/2021 - MODIFICA REDAÇÃO DO ART. 2º DO PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO 35/2021. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. Acompanhada de seus devidos Pareceres. Pela Ordem, o



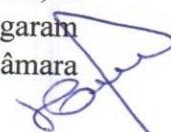
Vereador Jamerson Ferreira disse: “Senhora Presidente, com vossa permissa, a Ementa do Projeto de nº 35 versa sobre o seguinte: ‘Autoriza remanejamento total ou parcial de dotações orçamentárias para o Exercício de 2022, e dá outras providências’. Estamos a falar do orçamento das dotações orçamentárias que o Prefeito mandara pra cá. O orçamento que tem a rubrica do Prefeito, que tem a cara, que tem o planejamento. Então está se pedindo para que até o limite do inciso 1, do artigo 7º seja remanejado. Esse limite é de 50% (cinquenta por cento). Aqui não fala em LOA não. A Emenda é ao Projeto. O texto do artigo 2º diz: ‘Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou transferência de recurso de uma categoria de programação para outra, ou de órgão para outro, de dotações vinculadas a despesas obrigatória de caráter continuada, como definidas no artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal’. Atentai-vos! Até o limite previsto no inciso 1 do artigo 7º da despesa fixada no Projeto de Lei Orçamentária Anual. Aqui não está se falando de LOA. A nossa Emenda não tem nada a ver com LOA, a nossa Emenda modifica o que eu acabara de ler, para onde tem até o limite, 10% (dez por cento) do limite. O limite que o Prefeito quer remanejar é de 50% (cinquenta por cento), nós estamos dando 10% (dez por cento). Se amanhã ele quiser mais dez, mais dez. Agora o Prefeito quer remanejar 50% (cinquenta por cento) do real que ele nem utilizou. ‘Não, mas vai faltar dinheiro’. Faltar dinheiro pra que, que não gastou?” O orçamento é de trezentos e poucos milhões, as receitas advindas das taxas, de transferências, tal. Nós não estamos falando de LOA, eu estou falando do Projeto, o Prefeito está pedindo uma autorização de até 50% (cinquenta por cento), nós estamos propondo uma de dez. Nada a ver com LOA, até porque nós não estamos emendando LOA, nós estamos propondo emendar o remanejamento. Repito, nada a ver com LOA, muda apenas a palavra do pedido de remanejamento do Prefeito até o limite previsto para 10% (dez por cento) do limite previsto. O limite previsto é de 50% (cinquenta por cento), nós estaríamos dando uma autorização de 10% (dez por cento). De quê? Do Projeto de remanejamento. Isso aqui não mexe em uma vírgula com LOA. O pedido de remanejamento pede 50% (cinquenta por cento) da LOA, do recurso que não foi usado um real se quer. Então como é que se explica o remanejamento de algo que ainda não foi usado. O Prefeito tem maioria, a prova, e eu votaria favorável se convencido fossem das razões pelas quais. Inclusive, com o meu voto eu aprovei o remanejamento. Fui convencido que precisava de suplementação. Então nós fomos convencidos. Então para repetir bem didaticamente, bem pedagogicamente, o Prefeito faz um pedido de até 50% (cinquenta por cento). Lá na Lei diz até 50% (cinquenta por cento). Nós estamos propondo 10% (dez por cento). Em Fevereiro o Prefeito precisa de mais dez, ele pede dez. Agora, mais uma vez, se quer dinheiro quando nem se gastado o dinheiro tem. É essa a proposta que nós estamos Senhora Presidente, a apresentar na noite de hoje, num afã. Não que amanhã esta Casa não aprove, se amanhã precisar de um novo remanejamento, tendo respaldo para tanto, pode fazê-lo. Agora, dar-se uma autorização pra algo que o primeiro real não foi gasto aí fica muito complicado, e a Câmara não exerceu o seu papel maior, de fiscalizar o erário. O Prefeito é o piloto do avião, ele quer fazer uma pírueta duplo carpado twist no avião. Eu estou dizendo: faça só assim, por sua segurança. Está aqui ao apreço de Vossas Excelências.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “Senhora Presidente, o Vereador Jamerson coloca muito bem quando ele diz que a Emenda não tem nada a ver com o orçamento, tem a ver com o Projeto. Só pra deixar claro pra os nobres vereadores que no Projeto ao qual o Vereador apresenta a Emenda, não trata de percentual. Como é que se apresenta uma Emenda,



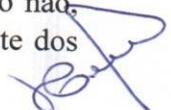
colocando 10% (dez por cento), onde no Projeto não trata de percentual. Trata-se de percentual na LOA, não é no Projeto de remanejamento. A Emenda teria que ser a LOA e não ao Projeto do remanejamento. Aqui no Projeto de Lei 35/2021, diz que autoriza o remanejamento total ou parcial das dotações orçamentárias para o Exercício de 2022. No artigo 1º trata dos orçamentos fiscais e da seguridade social. No artigo 2º das despesas obrigatórias de caráter contínuo. A peça orçamentária todos nós sabemos que ela é cem por cento). No próprio Projeto do orçamento do município diz no seu artigo 7º, parágrafo 1º estipula o limite de até 50% (cinquenta por cento) do total das despesas fixadas. Então os 10% (dez por cento) que o Vereador propõe ele deveria ser no orçamento do município, e não no Projeto Remanejamento. Eu tenho certeza, Presidente, que houve um equívoco do setor jurídico, da Comissão, quando atestou esse parecer dessa Emenda do Vereador Jamerson. A ideia é viável, de reduzir de 50% (cinquenta por cento) do orçamento pra 10% (dez por cento). Aí se nós formos pra o cálculo, 10% (dez por cento) de 50% (cinquenta por cento) dar em média de quatorze, quinze milhões de reais. Se isso fosse realmente aplicado, a Emenda da forma correta, ao orçamento do município, você faz a folha de pagamento do município, custeio da saúde, custeio da educação, praticamente quatorze, quinze milhões de reais. E as outras secretarias, os programas, serviços públicos, infraestrutura, ação social como que funciona? Eu estou falando se fosse aplicada a Emenda, Vereador Jamerson, da forma correta. A intenção eu entendo, poderia ser 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), 20% (vinte por cento), mas tinha que ser ao orçamento do município, e não ao Projeto do Remanejamento. O Projeto do Remanejamento ele apenas autoriza o remanejamento total ou parcial das dotações que estão previstas. Você autoriza ou você não autoriza, mas em relação aos percentuais, eles têm que ser propostos a modificação na LOA, e não no Projeto de Remanejamento. Então é importante fazer essa colocação. Tentamos ligar pra doutor Gustavo, hoje à tarde, e até agora a noite, ali no nosso gabinete, e não conseguimos, mas que houve um equívoco no direcionamento da Emenda, Presidente. Então nós entendemos que a Emenda não se sustenta porque ela não foi direcionada na peça correta, porque ela deveria ser inserida na LOA, na Lei Orçamentária, que trata das dotações orçamentárias e dos percentuais, e não no Projeto do Remanejamento. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Eu estava prestando atenção aqui, Sales, eu sempre tento ser bem didático, para que o senhor e a senhora que nos acompanham de casa possa entender. Senhores, eu entendi o que o Vereador Jamerson tenta formalizar aqui, que é basicamente o seguinte, pra o povo de casa entender: a Dotação Orçamentária é como se fosse um orçamento de quanto você vai gastar na sua casa, que você separa: ‘nossa previsão é gastar isso com comida, isso com aluguel, isso com energia, isso tudo’. E, de repente, chega o marido, e diz pra sua esposa: ‘não, você vai me autorizar a mudar esses números que a gente tinha combinado pra eu poder remanejar essa dotação aqui nossa pra eu gastar dessa outra maneira’. Em resumo, é basicamente isso. Eu tive acompanhando Presidente, nós já votamos aqui alguns meses atrás outro remanejamento, e, dizia-se aqui que era pra resolver problemas da cidade, era pra UPA, era pra melhorar isso. E não aconteceu na cidade de Patos, eu não percebi nada de melhoria. E aqui diz o seguinte: ‘Autorizo remanejamento total ou parcial’. Isso aqui é um operador lógico, é uma coisa ou é outra. Quando a gente diz total, é praticamente um cheque em branco. E é bom a gente meter freios nisso, porque como eu disse antes, nós já autorizamos outros remanejamentos, ai nós vamos ficar votando aqui dotações orçamentárias com planejamentos econômicos



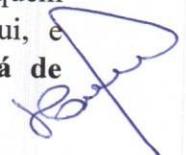
de gastos pra depois voltar atrás, e dizer; ‘Ei, eu preciso da autorização de vocês pra remanejar tudo isso de novo’. Como que é isso? Eu não estou entendendo nada, ou está sendo mal feito quando está vindo pra esta Casa, não está tendo planejamento, ou tem alguma coisa errada nisso aqui. Eu queria ver também que fosse assim: ‘nós pedimos aos senhores vereadores o remanejamento do orçamento tal, tal pra saúde, pra resolver o problema dos médicos’. Mas não vem dessa maneira. ‘Nós pedimos aos Excelentíssimos Vereadores o remanejamento da dotação tal, tal, assim, das contas tais, tais’, especificando, senhores, ‘vai sair daqui e vai para ali’. Bem especificado, como se fosse uma criança de quatro anos entender. ‘Vamos remanejar isso aqui pra resolver o problema dos cachorros nas ruas, dos animais, dos jumentos que estão pra cima e pra baixo’. Uma hora dessas devem estar passando cavalo, jumento, bode, porco aqui em frente à Câmara. Eu queria ver isso. Agora fica esse negócio: remanejamento de cento e cinquenta milhões pra cá, bubu, bubu, mais trezentos milhões pra lá bubu, bubu. Esse dinheiro está indo pra onde? Eu não vou assinar cheque em branco, senhores, quem quiser assinar assine, E olhe que quando vem pra cá orçamento, essas coisas, eu voto. O Prefeito dizendo: ‘vamos aprovar isso’, eu voto na hora. Aí depois vem com outro Projeto, pedindo pra remanejar. Então vem pedido depois errado, não tem planejamento. Eu não entendo mais nada, a confusão que está se gerando aqui. No meu entendimento, a Emenda do Vereador Jamerson é correta. Não, Prefeito, o senhor não vai transferir os recursos aí que o senhor quer não, vai ficar limitado a tanto. Eu acho bem razoável. Se precisar de mais dinheiro, venha de novo para esta Casa: ‘Senhores, eu preciso de mais dinheiro pra isso’. Isso é transparência pública, senhores, isso é responsabilidade com o dinheiro do povo. Eu não posso entregar o meu dinheiro, é só um exemplo hipotético, a minha mulher, pra ela ir fazer uma compra no supermercado, e ela comprar o que quiser. Não, ela vai comprar o que está dentro do nosso orçamento, da nossa lista de compras. Aí ela diz: ‘Deixe eu separar aqui esse, era pra comprar isso, mas eu vou comprar outras coisas, autorize pra mim’. Não pode ser assim! A gente tem que prezar pela transparência pública pelo limite no gasto do dinheiro público. Não pode ser assim, porque Patos tem prioridades, e a gente não pode dizer: ‘gaste do jeito que você quer’. A gente não pode está autorizando, nós temos problemas crônicos pra resolver na saúde, infraestrutura, educação. ‘Ah! Estou mandando para a Câmara mais uma vez, remanejamento de tanto pra isso especificamente, pra sanar esse problema’. Aí sim isso eu acho bem justo. Mas eu entendo a Emenda do Vereador Jamerson, sou favorável, porque eu não vou assinar um negócio pra o cabra remanejar totalmente. Se está ali parcial ou total, o Prefeito vai remanejar total. É uma ou é a outra, ai às vezes não adianta a, mas esta total, mais ele não vai fazer total. Eu acho que se está precisando de 10% (dez por cento), bota 10% (dez por cento); se está precisando de 15% (quinze por cento), bota de 15% (quinze por cento), vem o Prefeito e pede 15% (quinze por cento). Agora quer pedir logo total. Então, senhores, eu me posiciono favorável à Emenda do Vereador Jamerson, peço o apreço dos demais pares. Eu acho muito mais justo do que está mandando cheque em branco. Eu acho que quem votar na Emenda não tem nada a ver ser da base ou não, eu acho que isso é de forma natural o Poder Legislativo vai determinando esses pontos para que, assim, a gente possa evitar problemas depois. E prestem atenção no que vota, senhores, pra depois não ter problema e ver peso de consciência, esse tipo de coisa, porque tudo isso vai ser analisado. Presidente, a princípio é isso.” Pela Ordem, o **Vereador José Gonçalves** disse: “Olha já chegaram aqui diversos remanejamentos nessa gestão. Eu acho que foi o ano que esta Câmara



remanejou mais. E a esses remanejamentos eu sempre me posicionei contrário, alguns favoráveis, até com a expectativa de resolver o pagamento em dia dos servidores da saúde. Lembram, que na gestão anterior Ivanés também conseguiu um remanejamento aqui. Agora continua a mesma situação. E, na verdade, o remanejamento, subtende-se que se faltar recursos em determinada área esse valor possa ser remanejado pra outra, sem provocar improbidade administrativa. Ou seja, o gestor esta resguardado de alguma punição por parte dos órgãos fiscalizadores. Mas as coisas não estão acontecendo da maneira que nós estamos pensando. Por exemplo, os servidores da saúde aqui de Patos, a semana passada foi feita uma reunião onde o Secretário colocou: ‘ou paga o previne Brasil’, que já chegou recurso desde o primeiro quadrimestre, a cada quatro meses chega dinheiro, ‘ou paga o salário’. Então foi feita a assembleia dos sindicatos, decidiram pagar o salário, que é maior. Atrasar o salário pra pagar o PREVINE, tem servidor que vai receber cento e quarenta reais. Então é lógico a decisão da categoria foi justamente esta. O que a gente vem observando aqui, pra o povo entender. Ora, se a gente vota PPA, vota LOA, vota LDO, tudo isso vai passar, se tem um orçamento a partir do dia primeiro de janeiro de 2022, e já está pedindo remanejamento agora, está com a moléstia dos cachorros! Não tem sentido uma coisa dessas! Então, por isso, inclusive, na Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização eu fui voto contrário a esse remanejamento, e vou manter minha posição aqui, votando favorável a essa Emenda do Vereador Jamerson.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “É bem rápido, não vou me alongar. Só pra mais uma vez dizer que não entro na narrativa apresentada pelo Vereador Sales. Vossa Excelência quer construir uma narrativa, e lhe adianto, não adiantara de nada se o senhor conseguir falar com o doutor Gustavo, a Comissão é soberana, não ia mudar nada. Vossa Excelência ia gastar seu tempo, porque a gente não tem costume de estar mudando Parecer que foi dado. Essa mesma pergunta ele fez, e nós deixamos claro: ‘nós não estamos emendando a LOA. Chegou um Projeto: ‘eu quero remanejar, transferir daqui pra lá tanto’, a gente está dizendo no Projeto que está pedindo: ‘não até tanto’. Somente. Se tiver outro motivo para querer reprovar a nossa Emenda, nós vamos aceitar. Daqui a pouquinho vai ter a votação, quem quer levantar, levanta; quem quer ficar sentado, fica, mas não confunda. Nós não vamos emendar a LOA, porque a LOA fala que pode se remanejar até cinquenta. Como é que eu vou tentar modificar uma coisa que já está autorizando até tanto? O que nós estamos tentando diminuir é o pedido pra remanejar até tanto. Isso aqui está claro, nua e crua. Então não vamos aqui construir narrativas, o Projeto está claro, a Ementa do Projeto, vou ler: ‘Autoriza remanejamento total ou parcial’. Nós estamos dando em 10% (dez por cento), não tem nada a ver alhos com bugalhos; não confunda Frei Damião com freio de caminhão apenas amônios, não tem nada a ver. Mas, enfim, Senhora Presidente, não nos alonguemos muito, por mim, votemos.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “Eu vou parafrasear o Vereador Jamerson: ‘não vamos confundir Frei Damião com frei de caminhão’, ‘até tanto’. Esse até tanto não está citado no Projeto do remanejamento não, esse até tanto está citado na peça orçamentária. Esse percentual de total ou parcial, se você continuar lendo o artigo primeiro ele aponta lá, na penúltima linha, diz: ‘No inciso 1º, do artigo 7º’. Aonde é que está o inciso I do artigo 7º? Está na LOA. Aonde é que cita o percentual? Justamente na LOA. Aqui não cita percentual, o percentual está sendo citado lá na LOA. Então quando aqui fala do Projeto de remanejamento total ou parcial, não é total do orçamento não, gente, é total do limite dos 50% (cinquenta por cento). Aonde é que está o limite dos

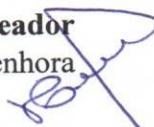


50% (cinquenta por cento)? Na LOA. Então a Emenda era pra ter sido na LOA. A Emenda era pra ter sido na Lei Orçamentária, que trata justamente dos percentuais. E aí, Presidente, a gente solicita que iremos aprovar ou reprovar hoje, mas que possa ter na análise esse cuidado de não cometer esse equívoco. Porque se você for consultar qualquer contador, qualquer pessoa que estuda, que trabalha com peça orçamentária vai entender justamente o que nós estamos dizendo. Todas as Emendas, desde o meu primeiro mandato até aqui, caso alguma emenda seja apresentada é à LOA, e não ao Projeto de remanejamento. De há três anos pra cá toda essa matéria vinha inserida, Josmá, dentro da LOA. O Tribunal de Contas, hoje, exige que se existe uma Lei específica pra isso, por isso que isso é tratada essa questão do remanejamento. Então a Emenda do Vereador Jamerson, repito Jamerson, eu concordo com o seu entendimento de reduzir o percentual, mas tinha que ser na Lei Orçamentária, e não no Projeto do remanejamento. Depois, quando você for buscar o entendimento com alguém, você vai entender justamente o que nós estamos falando. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Fernando Rodrigues** disse: “Senhora Presidente, como meus colegas viram, eu retirei a minha Emenda referente ao Projeto 35, e entendi perfeitamente o que o Vereador Sales está falando. O que o Vereador Sales quer dizer não tem valor, significa o que entrar a gente está autorizando o Prefeito remanejar, não é isso Vereador Sales? Milhões. Esses 50% (cinquenta por cento) porque o Projeto não está o remanejamento total, ou seja, 50% (cinquenta por cento). Não tem valor, milhões. O que entrar a gente está aprovando o Prefeito remanejar. Foi isso que eu entendi nas suas explicações, a terceira vez já. O que o Vereador Sales quer dizer Vereador Jamerson, que não está dizendo valor. Portanto, a sua Emenda, como a minha também, não podia dizer 10% (dez por cento). Dez por cento de que valor, se não tem valor o Projeto? Não existe valor o limite máximo, ou seja, milhões dois milhões, três milhões, dez milhões, o que entrar a gente vai aprovar, que vai ser aprovado, pra o Prefeito remanejar. A verdade é essa, pra ser mais específico pra que a população entenda, no meu palavreado, que eu acho que é fácil do povo entender.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “E outra coisa, Senhora Presidente, que precisa ficar claro, é que o orçamento do município não é uma conta exata, ele é uma previsão orçamentaria. Então, por exemplo, se falava aqui: ‘já votamos remanejamento pra isso, ou pra aquilo’, mas como é que se não ver se nós votamos aqui o remanejamento, crédito suplementar, crédito especial pra diversas obras, ações e programas que o município está fazendo? o Programa PAI foi um exemplo disso, a conclusão da UPA foi um exemplo disso, o acesso ao Geraldo Carvalho é uma prova disso. E tantas outras ações que nós votamos aqui justamente faz parte disso de crédito especial, de remanejamento, de suplementação, aquisição de veículos. Votamos aqui de última hora uma Emenda Impositiva de Erico e Nabor ao governo do Estado, o governador foi autorizar, mas precisava da autorização orçamentária nossa aqui, que não tinha previsão orçamentária. Então são situações como essas que nós queremos passar pra vocês, que é uma previsão orçamentária, não é uma conta exata. Então, repito, o total não é os 100% (cem por cento) do orçamento, é os 50% (cinquenta por cento) do limite que foi estipulado na Lei Orçamentária. Então os 10% (dez por cento) tinham que ser direcionados, Emano, na Lei Orçamentária. Depois, quando vocês forem consultar alguém, vocês vão entender o que nós estamos dizendo. Não é uma questão de entendimento, às vezes, preciso, imediato, mas quem vocês consultarem, vocês vão entender que o que nós estamos falando aqui, é defendendo, tem sustentabilidade. Obrigado.” Pela Ordem, o Vereador **Josmá de**

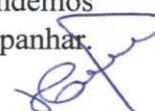


Oliveira disse: “O que é que está dizendo aqui, senhores? Olhe, aqui fala em percentuais sim, senhores, é só interpretação. ‘Autorizo remanejamento total. O total de uma coisa é 100% (cem por cento), preste atenção, parcial pode ser de 99,99% (noventa e nove, noventa e nove por cento) a 0,1% (zero, um). Preste atenção, nós estamos falando em termos percentuais aqui. Se lá é 50% (cinquenta por cento), que pode remanejar 50% (cinquenta por cento), como Sales está dizendo, os 50% (cinquenta por cento) lá representa 100% (cem por cento). E o Vereador Jamerson está dizendo o seguinte, aqui diz total, ou seja, ele pode remanejar os 50% (cinquenta por cento) do total de lá, que é de 50% (cinquenta por cento). E o Vereador Jamerson está dizendo ele não pode, a gente não vai permitir que ele remaneje os 100% (cem por cento) de lá, os 50% (cinquenta por cento), vai remanejar os 10% (dez por cento). É isso que está sendo descrito aqui, porque aqui fala de percentual sim. Isso aqui é lógica, isso aqui fala de percentual, pode ser parcial, que pode ser de um até cem por cento. Pode não ter números aqui, mas isso aqui é uma proporcionalidade, senhores. Essa é a visão que eu tenho. Em miúdos, o que é o vereador Jamerson está dizendo? ‘Prefeito, o senhor pode remanejar, mas o senhor não pode remanejar totalmente, o senhor pode remanejar tantos por cento’. Esses tantos por cento que ele determina aqui vai ser aplicado em cima do que ele pode mexer lá, se for 50% (cinquenta por cento) lá, os 10% (dez por cento) vai ser em cima do montante de 50% (cinquenta por cento) lá, que é equivalente. É isso o que está sendo dito, senhores. Isso aqui está falando sim em termos proporcionais e percentuais. E aqui não precisa saber se são valores exatos não, porque tendo o percentual ele oscila, se o valor for maior, vai ser maior o percentual. Então, Presidente, vamos votar, que essa discussão não vai chegar a canto nenhum.’” Colada em votação, a referida Emenda foi reprovada, por maioria. Votaram a favor da Emenda apresentada, os vereadores: Jamerson Ferreira, Josmá Oliveira, José Gonçalves e Patrian Junior. Votaram contra a presente Emenda, os vereadores: Decilânio Cândido, Fernando Rodrigues, David Maia, Cicera Bezerra, Sales Junior, Emanuel Araújo, Marco César, Ítalo Gomes, Kleber Ramon, Maria de Fátima e Nadigerlane Rodrigues. Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Presidente, nos termos do artigo 137, eu peço questão de ordem. Eu votei favorável na Emenda de nossa autoria, porque ao contrário do que quer o Vereador Sales Junior empurrar, uma narrativa que nós estamos querendo modificar a LOA, não existe. Eu vou votar favorável a LOA, porque não se vota desfavorável em LOA, não se vota contra orçamento que o Prefeito faz, se fiscaliza. Eu já disse isso desde o primeiro momento. Então nós não estamos emendando a LOA, nós fizemos Emendas Impositivas quando destinando valores. O artigo em questão permite remanejar até 50% (cinquenta por cento), nós até 10% (dez por cento) do valor que a Lei permite. Então nós não poderíamos modificar a LOA, e dizer que pode ser remanejado só 10% (dez por cento), porque seria uma perca, porque, se não, no decorrer do mandato do ano que vem como é que se vai novamente se

Emendar a LOA, depois do Projeto aprovado? Isso é uma sandice! Vereador, olhe pra mim, eu leio o que eu apresento. Eu leio viu, eu leio. Muito obrigado, Presidente.” A Senhora Presidente colocou em discussão e 1^a votação o PROJETO DE LEI Nº 35/2021 - AUTORIZA REMANEJAMENTO TOTAL OU PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional. Acompanhado de seus devidos Pareceres. Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Mais uma vez eu gostaria de reforçar para o senhor e a senhora



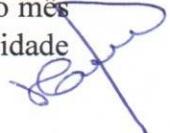
que nos acompanham em casa, algo errado não está certo, ou mandaram errado, ou querem mudar alguma coisa de forma substancial. Por que Vereador Josmá estão mudando dessa maneira? Porque, dessa maneira, fica mais fácil dar pedalada. Essa é a verdade. ‘Ah! Mais a Câmara autorizou’. É isso que está acontecendo, a Lei de responsabilidade fiscal praticamente deixa de existir com isso. A coisa pública não pertence a nós vereadores, não pertence a prefeito, não pertence a ninguém, pertence ao povo. E nós devemos ter responsabilidades, senhores. No setor privado, quando não tem dinheiro para pagar as contas, sabe o que é que a gente faz? A gente corta as despesas. No setor privado não tem como eu pegar a dotação orçamentária de pagar os funcionários ou de pagar a energia ou aluguel e transferir para outro setor não. Se não a empresa quebra. Não tem isso não, senhores. Aqui gastaram o dinheiro ou planejaram errado, porque aqui fica uma incógnita, aí ‘vamos remanejar pra cá, remanejar pra lá’, aí fica difícil. Se viesse específico aqui: ‘vamos remanejar para a saúde’, que é o problema de Patos. Fica difícil, senhores. A gente tem votado na maioria das propostas do Prefeito, pode mandar a LOA de todo jeito pra cá que eu voto a favor, agora execute do jeito que está dizendo ali as dotações também. Uma das coisas mais perigosas, para quem não sabe, que nós acompanha em casa, é essa questão de remanejamento, isso tem que ser olhado com cuidado para as contas públicas. Eu estou falando senhores, de contas públicas, tem que ter muito cuidado. Crédito extra, crédito suplementar, precisa-se ter muita responsabilidade e o debate precisa ser amplo. E a responsabilidade é grande também por parte do Poder Legislativo, tem que ter responsabilidade, porque a cidade de Patos vem no buraco há muito tempo. Todos que passaram na Prefeitura deixaram um rombo lá. Se tivesse a convicção de fazer o remanejamento das dotações orçamentárias fossem resolver os problemas de Patos, eu votaria a favor. Agora, não tem garantia nenhuma. Para gastar como quer, fica um negócio amplo. Ninguém do setor privado faz um negócio desses, ninguém assina um negócio desse, dizendo algo assim: ‘Autoriza remanejamento total ou parcial’. ‘Eu compro a sua casa, ou pago desse jeito ou pago de outro’, isso não existe. As coisas têm que ser específicas e têm que ser amarradas. Ano que vem é ano de eleição, aí fica aqui o cheque em branco para mexer o dinheiro como quiser. Desculpe-me, eu não vou votar nisso não. Respeito demais, eu não sou vereador, eu estou vereador para representar os anseios do povo de Patos. Enfim, eu não voto nisso aqui não. Muito obrigado, Presidente.” O vereador Sales Júnior, disse: “Senhora Presidente, em relação a matéria do remanejamento, eu não sei se observaram no Projeto que a matéria de remanejamento é especificado de onde sai a dotação e para onde vai, que é através do Decreto Executivo. Específico o Executivo, que não pode transferir de um canto para outro, como uma operação financeira, ou seja, não é que amanhã, primeiro de janeiro, dois de janeiro, fevereiro, o Prefeito vai precisar de um remanejamento, mas quando necessite, o Legislativo, parcialmente, através do limite que foi especificado na LOA, está autorizando. Como eu falei, o orçamento é imprevisível. As dotações que estão lá, depende de transferência da União, de repasse do ICMS, de arrecadação própria, do FPM e tudo isso oscila. Janeiro, fevereiro e março o FPM é lá embaixo, vem melhorar depois de abril, maio, junho. Nós entendemos que não é uma coisa em Patos não, isso é uma coisa no Brasil, em todas as Casas Legislativas, Poder Executivo. Tratam de matérias de peças orçamentárias nesse sentido em relação a remanejamento também. Sempre foi assim, buscando dar governabilidade nas ações e nos programas que o Prefeito tem imprimido, Presidente. Nós entendemos importante e necessário oferecermos. E nós estamos aqui, justamente para acompanhar.



Os Decretos são publicados, são mostrados, são publicizados através do próprio Diário Oficial do Município, onde podemos acompanhar de onde está sendo remanejado, transferido, suplementado ou algo parecido. Então, é nessa fala que a gente faz a defesa do Projeto de remanejamento para podermos continuar dando governabilidade ao Prefeito para estar imprimindo as ações importantes para o nosso município, fazendo com que os programas e as ações possam continuar acontecendo no nosso município.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira**, disse: “O Prefeito tem governabilidade, ele tem um orçamento trezentos e lapada de milhão, ele não gastou um sequer. Ele está pedindo mais dinheiro com o dinheiro na mão. Nós temos sim algumas previsões. Nós não temos por completo, mas nós temos uma média de repasse. Por exemplo, umas taxas que foram criadas já têm estimativa de receita, está aqui na LDO. Já tem expectativa de quanto vai arrecadar com IPTU, tem uma estimativa. Então, se o senhor Prefeito, ano que vem, mandar pra cá um Projeto pedindo suplementação, tem aqui, nós lemos. Pessoal, encargos pessoais, juros da dívida, outras despesas decorrentes, investimentos, no artigo 3º; no artigo 4º: órgão de programa diferente. Eu entendo que pode vir um novo programa e a Prefeitura conseguir um aporte, se precisar de remanejar. Isso aqui eu entendo. Eu sei o que é remanejar. O que eu não entendo, é porque uma autorização para remanejar um ano antes. Isso aqui é matéria que se chega em maio, junho. Porque o orçamento, eu entendo, que em que pese todo espólio de Ivanés, a equipe quase a mesma, mas eu entendia que o contador da Prefeitura, o orçamento, o prefeito organizou a Prefeitura, administrou com orçamento que não foi planejado por ele, esse foi. Esse aqui a contadora mostrou os repasses da saúde, esse aqui o Prefeito planejou: ‘o meu governo vai fazer assim’. Aí ele nem começou a colocar em prática o que ele planejou, e já quer autorização. Eu votaria favorável, como votei a respeito de uma ambulância. É claro, tem uma Emenda do Dr. Érico, e não tinha autorização orçamentária, você vai e autoriza. Isso é lógico. Isso não tem nada a ver uma coisa com outra. Mas, enfim, autorizar um remanejamento. Eu gostaria até de fazer uma pergunta ao líder do governo, cite duas cidades que estão remanejando agora no fim de ano até 50% (cinquenta por cento)?” O **Vereador José Gonçalves**, disse: “É uma incógnita, na verdade, esse Projeto aqui que autoriza esse remanejamento. Enche a boca aqui e diz: ‘Mas vai ser através de Decreto’. Pior! Porque o Decreto não passa nem aqui. Então nós já estamos antecipando a antecipação do orçamento que não foi gasto nenhum centavos. E foi amplamente discutido. Inclusive, mesmo depois de algumas divergências, algumas indagações, nós definimos aqui, depois da discussão: ‘é por aí mesmo’. Mas tem aqui, Parágrafo único do artigo 4º: ‘O Decreto que autoriza a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos nos limites específicos desta Lei, discriminará os valores remanejados e agregados, segundo as categorias definidas nos artigos 3º desta Lei’. Ou seja, quem vai definir é o gestor, não tem mais nenhuma discussão aqui na Câmara Municipal de Patos. Isso aqui é semelhante aquele Projeto para prejudicar os servidores, dizendo que o Prefeito tem carta branca para aumentar a contribuição dos servidores públicos municipais no PatosPrev, de 14%, (quatorze por cento) para 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento), 50% (cinquenta por cento), para 100% (cem por cento), 500% (quinquinhentos por cento). Pronto, quem decide é ele. Vai mandar um Projeto pra cá? Vai, mas não precisa mais nem doze votos, agora só precisa de nove. Esse aqui é pior, porque esse aqui é um Decreto. Ele vai fazer um Decreto, eu quero dinheiro para isso e acabou. Como eu disse anteriormente, é comer na frente feito roçadeira, e isso eu entendo bem porque eu fui agricultor.” Pela



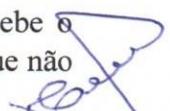
Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “O senhor e a senhora que nos acompanham em casa, eu vou tentar usar a linguagem de crianças de dez anos de idade. O TCE (Tribunal de Contas do Estado) fiscaliza as contas públicas, Câmara, prefeitos, governadores. Isso daqui, senhores, o que é que o Prefeito está fazendo? Nós temos um conjunto de regras que têm que ser seguidas, e essas regras são estabelecidas pelo Poder Legislativo. E o Prefeito está criando uma regra para dar o poder para ele fazer as regras, depois. É isso o que está acontecendo. Assim é bom demais. Em resumo, sabe o que é isso aqui? Pedalada, isso aqui é pedalada nas contas da Prefeitura de Patos, e, depois, quando o TCE bater na porta do Prefeito, o Prefeito diz sabe o quê? Está aqui, a Câmara autorizou, eu estou liberado. O TCE vai ficar lá, para cima e para baixo, daqui que o TCE vá achar o problema já acabou a cidade de Patos, o rombo de oitenta milhões já está em trezentos milhões. E me desculpem a expressão, e o povo que se lasque. Porque, senhores, não existe dinheiro público, cada centavo aqui desses milhões é dinheiro tomado da mesa das famílias, através de impostos. Isso aqui não é dinheiro de vereador não. Sambar com dinheiro dos outros é fácil, vá ali, tome autorização, duzentos milhões. Como se em Patos tivesse dinheiro sobrando. Nós temos que ter responsabilidade, a coisa pública não pode ser assim não. Quer gastar do seu dinheiro, neguinho, gaste, mas o dinheiro do povo não. O dinheiro do povo é suado, é sofrido, é sangue. Isso aqui é pedalada, não tem outro nome para isso não. Todo respeito, Vereador Sales, o Prefeito Nabor tem governabilidade aqui, a oposição é propositiva, a oposição não é irresponsável, e todas as matérias que a oposição questiona, sempre, depois, vem o arrependimento para esta Casa. Senhores, pelo amor de Deus, não dá não, vocês tomem cuidado onde vocês estão botando seus espinhaços, para depois não vir a chicotada do povo. Porque quem muito se abaixa, mostra as calças.” Colocado em votação, o referido Projeto de Lei foi aprovado, por maioria, em 1^a votação. Os vereadores: Josmá Oliveira, Jamerson Ferreira e José Gonçalves votaram contra o mesmo. Votaram favoráveis ao Projeto de Lei Nº 35/2021-PE, os vereadores: Decilânio Cândido, Fernando Rodrigues, Patrian Junior, David Maia, Cicera Bezerra, Sales Junior, Emanuel Araújo, Marco César, Ítalo Gomes, Kleber Ramon, Maria de Fátima e Nadigerlane Rodrigues. A Senhora Presidente colocou em discussão e 1^a votação o PROJETO DE LEI Nº 40/2021 - DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional. Acompanhado de seus devidos Pareceres. Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira**, disse: “Senhores, para quem entende, a Ementa do Projeto Dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público. Na verdade, isso já vem acontecendo na cidade de Patos, contratação de excepcional interesse público. Para o senhor, para a senhora que não sabe o que é que significa isso, a contratação de excepcional interesse público é aquela contratação excepcional, como o nome diz, que aquele servidor será contratado para um caso excepcional. Alguém está de férias, alguém adoeceu, durante a pandemia estava precisando de mais profissionais da saúde, isso é um excepcional. Não se pode passar mais de um ano, essas são as recomendações do TCE. E o TCE está de olho nas contratações da cidade de Patos, porque o Vereador Josmá fez uma denúncia lá, no mês de março, salvo engano, por conta das contratações bizarras, estranhas, aqui na cidade



de Patos. É o cabide de emprego. Tem que ter as contratações? É lógico que tem que ter, porque o município tanto precisa dos efetivos, como também precisa dos contratados. Sempre vai ter esse equilíbrio, e sou a favor de ambos. Agora o que não pode acontecer é ter a contratação desacerbada. Eu me volto aqui ao líder do governo, o Vereador Sales, eu faço a pergunta: Como é que ficam vereador Sales, os farmacêuticos classificados no último concurso, os professores da educação básica classificados no último concurso, que estão esperando? Como é que fica os vigilantes classificados no último concurso, os guardas civis, esse monte de gente que estão classificados e não foram chamados? Os farmacêuticos, por exemplo, parece que tem 04 (quatro) pessoas na lista de espera, contrataram 08 (oito). Depois da minha denúncia, para você que me acompanha, a Prefeitura de Patos, para maquiar, deu uma pedalada, e dá um pedalada Robinho lá no TCE, mudou a contratação de alguns profissionais para PJ, PJ, pessoa jurídica, pessoa jurídica, para ganhar tempo e tirar de tempo o TCE. Agora vem com isso aqui para contratar. É tipo assim, quando o TCE cair em cima, vai chegar e vai dizer assim: 'Não, os vereadores autorizaram, está tudo aqui'. A gente tem que discutir isso. E o bom é que vem tudo com urgência, é uma pressa danada para aprovar esses negócios aqui. Isso tem que ser discutido com mais tempo, mais paciência, porque no ano que vem, que é um ano de eleição, e nós sabemos como é que funciona a coisa pública no ano de eleição, até papagaio é contratado na Prefeitura. É capaz, Vereador Patrian, no ano que vem, que é ano de eleição, contratar até os cachorros no meio da rua, só porque é ano de eleição. Lá vem a justiça, aquele negócio. Para evitar aquelas ações na justiça, manda para esta Casa esse tipo de Projeto. Era bom que viesse nesse Projeto, assim: 'Dispõe sobre a contratação de médicos, para nenhuma UBS ficar sem médico'. Alexandra Kollontai, viesse assim: 'Pedimos permissão a Vossas Excelências, para contratar médicos para Alexandra Kollontai, UBS tal, tal, tal, para o povo de Patos não ficar sem médico'. Aí, meu amigo, eu votava com os dois pés e as duas mãos. Fica aqui esse questionamento. Os classificados no concurso vão ser chamados? Porque aqui não está dizendo nada. Vão colocar essa Lei para contratar temporários, para tirar de tempo os que estão classificados no concurso, vencer o prazo do concurso deles, e, depois, eles serem prejudicados, como que é isso?. Ou isso é para despistar o TCE durante o ano de eleição? Porque eu não estou entendendo nada. Outra coisa, se a gente autorizar isso aqui, as UBS, todo atendimento público de Patos vai funcionar bem direitinho? Não vai! Essa é a realidade. Eu ando pelado na rua de Patos, usando uma tanguinha cor de rosa, se isso aqui for aprovado e os problemas da cidade de Patos forem resolvidos, que não vai. Eu nem me preocupo com isso, porque eu já conheço isso aqui. Isso aqui, senhores, é só política, porque o ano que vem tem campanha. O Vereador Sales está todo sorridente para o meu lado. Vereador Sales faça eu andar pelado no meio da rua, vamos aprovar isso e vamos garantir que vai ter médicos nas UBS. Sejam sinceros vocês que estão aqui, vocês acreditam nisso? Ninguém acredita. Papafigo engana menino. Eu estou doido para escutar o Vereador Sales, que ele vai explicar pra gente quando é que vão chamar os classificados no concurso, e vai provar para a gente que isso aqui não é pedalada em ano de eleição. Estou doido para escutar também o Vereador Sales e o Vereador Jamerson. Obrigado, Presidente. Pela Ordem, o **Vereador José Gonçalves**, disse: "Mamãe sempre me orientou a teimar, mas não apostar. Companheiros e companheiras, eu fico extremamente preocupado com mais um inchaço na Prefeitura Municipal de Patos. Os dados do Sagres do mês de outubro, nós temos aqui 2368 (dois mil trezentos e sessenta e oito) servidores efetivos. A folha de pagamento chega a R\$ 

7.465,000,00 (sete milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil). Nós temos 406 (quatrocentos e seis) comissionados, a folha chega a R\$ 1.279,000,00 (um milhão duzentos e setenta e nove mil). Nós temos 1.066 (mil e sessenta e seis) contratos temporários, e essa folha chega a R\$ 1.883,000,00 (um milhão oitocentos e oitenta e três mil), ou seja, a folha de comissionado e contratados temporários, chega a mais de R\$ 3.000,000,00 (três milhões). É justamente isso aqui que está matando os servidores do quadro efetivo do município, que estão aí há seis anos com salários e gratificações congeladas, que há seis anos mais de 600 (seiscentos) servidores da saúde estão sem as progressões horizontais e verticais, que estão aí servidores que tem gratificação, que, inclusive, foram reduzidas, outras foram retiradas, os vigias e vigilantes, que tinham adicional noturno, e também os servidores que trabalham das 10 (dez) às 05 (cinco) da manhã, que tem direito ao adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento), hoje deveria estar recebendo R\$ 271,00 (duzentos e setenta e um reais) para quem ganha um salário mínimo, foi rebaixado para R\$ 60,00 (sessenta), R\$ 70,00 (setenta reais) pelo gestor anterior, e dado continuidade pelo atual. Ou seja, nós já temos aqui em Patos uma folha de pagamento inchada, sem necessidade. E vem esse Projeto de Lei Nº 40/2021, com vários erros. O artigo 1º § 1º diz: ‘Do contingente contratado será obedecido na forma da legislação municipal e nos respectivo instrumento convocatório de processo seletivo o percentual destinado aos negros, aos índios e aos portadores de deficiência. Gente, não existe portador de deficiência, existem pessoas com deficiência. É importante que se faça essa correção. Isso a gente vem solicitando aqui há muito tempo, mas os erros insistem. Outra aberração é que esse Projeto chega a semiescravidão ou a escravidão análoga, vamos ver o que diz o artigo 4º: ‘Admissão do pessoal para cumprir a carência da administração pública municipal, obedecido os seguintes requisitos: Artigo 5º § 1º: Excepcionalmente, considerando a curta duração do trabalho e a necessidade iminente de situação de urgência, perigo público, calamidade pública, assim reconhecidos por Ato do Poder Executivo Municipal, poderá ser autorizada a dispensa do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo na análise objetiva de qualificações técnicas e/ou experiência do profissional a ser contratado’. Ou seja, dispensa até o Processo Seletivo, rasga tudo, e não quer saber nem a capacidade da pessoa que está sendo contratada. Então aqui é escancarará mesmo, abrir a porteira para entrar qualquer um. Mais adiante fala sobre a contratação e algumas hipóteses, o prazo de validade do processo, o prazo de duração do contrato. Mais uma vez diz aqui: ‘O percentual destinado aos negros, aos índios e aos portadores de deficiência’. E os ciganos? Minoria. Por que não está citado aqui a comunidade cigana? Então, se tem negros, se tem índios, esquece os ciganos. É difícil você encontrar um índio em Patos, aqui é difícil. Inclusive, uma época tinha um índio, amigo meu, que morava no Juá Doce, eu aprendi muita coisa com ele, em Tupi Guarani. Eu aprendi muita coisa em Tupi Guarani. Mas não coloca os ciganos. E mais uma vez repete, portadores. ‘As contratações somente poderão ser feitas com observância a dotação orçamentária. O órgão ou secretaria solicitante da contratação temporária formulará Requerimento ao prefeito municipal’. Têm uma série de coisas, aqui, para serem realmente discutidas. Coloca aqui: ‘A remuneração, horário e local de trabalho do pessoal contratado com fundamentos nesta lei, será fixado no contrato celebrado. Artigo 10º: Os servidores contratados com base nesta Lei submeter-se-ão ao Regime de Direito Público de Natureza Administrativa, sendo admitidos para exercerem funções, e não cargos existentes na estrutura do pessoal do município. Observando o seguinte: I - Inexistência

de vínculo empregatício ou estatutário com a administração; II- Inexistência de estabilidade de qualquer tipo'. Olha o que está colocando aqui: 'Sujeição absoluta dos contratos'. Isso é um termo de escravidão mesmo. 'Possibilidade de rescisão unilateral dos contratos, sempre que se configurar desnecessária a continuação dos serviços, cessação da situação excepcional ou por cometimento de faltas disciplinares sem direito a qualquer indenização'. Bota o cara pra fora sem direito a nada. Mas tem coisa pior aqui. 'Parágrafo único - Os servidores temporários serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social, devendo incidir sobre sua remuneração os demais encargos obrigatórios, quando cabíveis'. Isso aqui, é mais uma lapada no PatosPrev, porque esses 1.066 (mil e sessenta e seis) contratados, com mais 406 (quatrocentos e seis) comissionados, com essa outra tropa que vai ser convocada aqui, chamada, contratada, comissionada, vão contribuir com o INSS, e mais uma vez definhar o nosso Instituto de Previdência. Mas veja que também esse Projeto é inconstitucional. Aqui ele está ferindo a Constituição. O artigo 12º, VII, alínea 'a', que fala do contrato, diz o seguinte: 'Você pode rescindir o contrato, ou não aceita ser convocado para serviço militar obrigatório, quando houver incompatibilidade de horário'. Isso está infringindo o artigo 472 da CLT, que diz o seguinte: 'O afastamento do empregado, em virtude das exigências do serviço militar ou outro cargo público, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador. Esse Projeto é inconstitucional, porque fere o direito do serviço militar, que é obrigatório em nosso país. Eu quero mesmo saber quem danado está preparando isso, porque eu não sou advogado, mas não sou enrolado enquanto esse povo está preparando Projeto dessa maneira, chamando pessoas com deficiência de portador. Portador é quem carrega uma xícara dessas, e quando coloca aqui, você já se livrou dela. Quem tem deficiência não se livra dela não. É igual a eliminar risco, não se elimina risco, se reduz. Não vão aprender não, vão precisar de uma aula de Zé Gonçalves, sem ser advogado? E a Prefeitura tem mais de 50 (cinquenta) advogados! Qualquer coisa me chama, que eu dou uma contribuição, porque eu defendo o trabalhador, e pelo menos essa turma aqui não vai ser prejudicada. Esse Inciso VII, letra "a", é inconstitucional, porque está dizendo aqui sabe o quê? Quem for servir o serviço militar não pode nem entrar. É essa a situação. Eu servi o Tiro de Guerra aqui em Patos, e sei a situação. A nossa preocupação, se o município hoje tem 2.368 (dois mil trezentos e sessenta e oito) servidores efetivos, 406 (quatrocentos e seis) comissionados, 1.066 (mil e sessenta e seis) contratados, isso os dados de outubro, pode ter certeza que já aumentou, ainda vai encher de contratados e comissionados, é que vai piorar a vida do servidor do quadro efetivo do município. E outra coisa, é um tapa na cara dos servidores, dos companheiros e companheiras que se submeteram ao concurso público, que tinha mais de 1.500 (mil e quinhentos) contratados na época, e o Dinaldinho para enganar, só fez para 298 (duzentos e noventa e oito) vagas, que era outro complicado nessa gestão. Nós temos aqui, mais de 5.000 (cinco mil) classificados no último concurso, todas as categorias, pode procurar de gari a doutor você encontra. É um tapa na cara desses companheiros e companheiras, porque eu descobri que tem servidor classificado, que ao invés da Prefeitura chamar para trabalhar, para efetivar, ele está como contratado. 'Ei tu quer trabalhar como contratado?' 'Mas eu fui classificado'. 'Não tem previsão de chamar, quer contrato ou não?' Você vai aceitar. Esse projeto aqui, companheiros, é mais um inchaço para a prefeitura e um prejuízo para esses servidores e servidoras que estão recebendo salário atrasado da saúde, não recebe o PREVINE BRASIL, muitos companheiros do magistério esperando esse rateio, que não



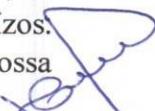
sai, todo mundo calado, dando o silêncio, é mais prejuízo. Por isso que eu voto contra a esse Projeto, porque ele prejudica os servidores do quadro efetivo e, sobretudo, até esses que vão ser contratados e comissionados, porque a Lei prejudica esses companheiros e companheiras.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior**, disse: “Esse Projeto de Lei, resumindo, ele trata da criação da Lei que regulamenta a Constituição, que dá legalidade às contratações por excepcional interesse pelo Município. Isso é o princípio da simetria, aquela que exige que os estados e o Distrito federal e os municípios adotem os princípios fundamentais da Constituição. Existe uma regulamentação constitucional, uma regulamentação federal que precisa ser seguida pelos estados, municípios quando se trata da contratação por excepcional interesse público. O município está fazendo nada mais, nada menos do que obedecendo o princípio da simetria, que os estados e os municípios precisam fazer o mesmo. Na justificativa do Projeto, onde fala que trata da regulamentação do contrato, o próprio Tribunal de Justiça, a Lei que está em vigência, acho que de dois mil e dezessete, que trata das contratações por excepcional interesse público, o próprio Tribunal de Justiça da Paraíba declarou que a norma atual que regulamenta a matéria foi tida como inconstitucional, e exigiu do município uma atualização e uma regulamentação em relação a legislação que trata das contratações por excepcional interesse público’. E o município regulamenta, atualizando a legislação, justamente obedecendo os princípios da simetria. Obrigado Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira**, disse: “Eu gostaria de sugerir ao Vereador Sales, que retirasse esse Projeto de pauta, para ser corrigido, Vereador Sales, para evitar o desgaste depois, porque eu vou entrar com uma ação e vou derrubar esse Projeto de Lei, caso seja aprovado. Para evitar o desgaste, mas fique à vontade. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira**, disse: “É só durante a campanha, terminou a campanha, como está no artigo 4º, II: ‘A contratação somente vigorará até o preenchimento das vagas através de concurso público ou até que cesse a necessidade ou o cumprimento máximo de 12 (doze) meses’. O que ocorrer primeiro. A Prefeitura vai realizar concurso público em ano de campanha? Não vai, vai deixar passar os 12 (doze) meses. Nós temos 1.066 (mil e sessenta e seis) contratados, fora os cuidadores que recebem pelo MEI, que não estão nesta conta, estão como Microempreendedores Individuais. A turma da educação que estava com o dinheiro atrasado, não recebi uma mensagem hoje, possa ser que pago já foi. Mas, enfim, em que que pese, entendo que tenham um atendimento a princípios constitucionais, aspectos que podem derrubar o Projeto na justiça, estão bem apresentados, como bem disse o Vereador Zé Gonçalves. Aqui é durante a campanha, 12 (doze) meses. E o princípio da simetria é justamente a questão do segmento da sua constituição municipal, estados e municípios. Senhora Presidente, tem muita coisa para a gente discutir, vamos votar.” Colocado em votação, o referido Projeto de Lei foi aprovado, por maioria, em 1ª votação. Votaram contra o Projeto de Lei Nº 40/2021-APPE, os Vereadores: Josmá Oliveira, José Gonçalves, Jamerson Ferreira e Patrian Junior. Votaram favoráveis ao mesmo Projeto de Lei, os Vereadores: Decilânio Cândido, David Maia, Cicera Bezerra, Fernando Rodrigues, Sales Júnior, Emanuel Araújo, Marco César, Maria de Fátima, Nadigerlane Rodrigues, Ítalo Gomes e Kleber Ramon. A Senhora Presidente disse: “Que conste em Ata o pedido de prorrogação desta Sessão. Em seguida colocou em discussão e 1ª votação o PROJETO DE LEI Nº 41/2021 - ALTERA A LEI Nº 4.249/2013 QUE DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS VALORES ARRECADADOS COM MULTAS DE TRÂNSITO E ZONA AZUL DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PATOS OU



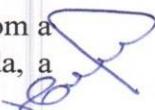
SOB SUA ADMINISTRAÇÃO. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional. Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Presidente. Vereador Sales. Esse Projeto é aquele que outrora Vossa excelência conversava comigo, que fora aprovado nesta Câmara, um Projeto, que é justamente esse 4.249/2013, que obriga a divulgação dos valores arrecadados com multa por bairro. A gente entende que é inviável a aplicação. Como é que eu vou saber de uma placa por bairro, por rua, na aplicação pela STTRANS? Até porque é o órgão executor das multas é o DETRAN, não é a STTRANS. A STTRANS opera, multa, mas quem cobra, quem opera é o DETRAN. Depois que a multa vai ao DETRAN, isso cabe o levantamento no DETRAN. Até porque no Projeto que fala num relatório no site da Prefeitura está divulgando as multas por mês e por bairro. É um pouco complicado, inclusive é alvo de denúncias no Ministério Público.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Júnior** disse: “É justamente o que Jamerson falava, existe um sistema no DETRAN chamado de CODATA, e no sistema não tem esse dispositivo de você identificar a multa por bairro. Existe você identificar a multa de vários sistema, mas por bairro não. Houve uma denúncia no Ministério Público, não sei de quem foi, e a STTRANS foi notificada para poder prestar esclarecimentos sobre essa Lei que existia e que não estava sendo cumprida. Foi apresentada a justificativa pela STTRANS, onde ainda não tinha como aplicabilidade dessa lei, porque o sistema do CODATA do DETRAN, não disponibiliza você identificar a multa por bairro. Essa Lei justamente vem para manter todo grau de transparência e de informação em relação às multas que estão sendo aplicadas no próprio sistema, mas que não por meio de bairros. Aqui retira esse dispositivo, porque o sistema que identifica as multas, que é o CODATA, não disponibiliza desse dispositivo. Obrigado.” Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Eu estava vendo aqui o Vereador Sales, o Vereador Jamerson, eu só queria perguntar ao Vereador Sales no Projeto de Lei, que é essa alteração, onde vai ficar esse item, artigo 1º, IV, a localização exata das obras, melhorias efetuadas com estes valores arrecadados e o valor empregado em tais obras. Onde na alteração contempla esse item? Porque estamos vendo aqui que o valor arrecadado pela exploração de Zona Azul tem também no anterior. A gente vê também um melhoramento na questão do estacionamento da Zona Azul, que fala da concessão, tudo bem, que é o parágrafo 1º. E a gente vê aqui o valor arrecadado com as taxas de inspeção, controle de fiscalização. Beleza. Apareceu esse item. A gente vê também o valor arrecadado de multas previstas na legislação. Tem também no antigo, que só vai retirar bairro. Divulgação de programas de educação, beleza. Tem no antigo, mas no novo a gente não tem a localização exata das obras e melhorias efetuadas com estes valores arrecadados e o valor empregado de tais obras. Eu não consigo enxergar, não vislumbro, eu gostaria que Vossa Excelência explicasse, onde esse item 4º na Lei anterior, que é a Lei nº 4.249/2013, está contemplada essa alteração, eu não consigo enxergar. Eu vi que teve alguns melhoramentos, mas onde é que esse item está sendo contemplado? Eu faço essa pergunta a Vossa Excelência.” O Vereador Sales Junior respondeu: “Na verdade, os itens que estão contemplados estão aqui na proposta do governo, no Projeto de Lei. Todos os itens que estão contemplados estão aqui nos seus artigos.” O **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Mas onde Vereador Sales? Qual o item aqui?” O Vereador Sales Junior respondeu: “Eu não estou falando de alteração, eu estou falando dos itens que estão citados no Projeto que nós estamos votando, estão elencados em todos os artigos. Retira a questão da localização das multas por meio dos bairros, que fica inviável. E outra alteração que teve foi essa questão das obras feitas e



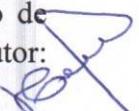
promovidas pela STTRANS, aonde isso é realizado pela Infraestrutura, não é realizado pela STTRANS. Obras são realizadas pela Infraestrutura. Essa Lei aqui, Vereador Josmá, eu acho foi construída pelo Vereador Góia, na época. Então alguns equívocos que foram detectados aqui foram retirados, foram alterados, foram modificados, e estão aqui apenas os que podem ser identificados e informados para o cidadão em relação a STTRANS: a multa, a zona azul, aquilo que é operacionalizado e executado pela STTRANS." Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Deixe eu lhe fazer uma pergunta, Vereador Sales, aquela sinalização, a instalação, não sei se é pedra, concreto, tachões, que foi feito aqui em frente ao cemitério São Miguel, para mim, aquilo é uma obra, aquela instalação ali." O Vereador Sales Junior respondeu: "Não é uma obra, não." O **Vereador Josmá Oliveira** insistiu: "Para mim é, porque foram instaladas pedras de concreto, alguma coisa desse tipo. Tudo bem, o entendimento é subjetivo. Essa Lei anterior, na minha visão, tudo tem, tem as anomalias, mas por que é que não veio nessa nova esse daqui? Quer dizer que a STTRANS não faz reparo em sinalização, não faz nada disso?" O **Vereador Sales Junior** explicou: "Vereador Josmá, obra é edificação. Reparo de sinalização, é sinalização, uma rotatória, a instalação de um semáforo, a execução dos trabalhos que são realizados pela empresa da zona azul, as multas. Então aqui trata em relação ao que o município arrecada, o que o município promove por meios da multas e dos serviços que são oferecidos. Obras, edificações, não é a STRANS que realiza." O **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Enfim, Presidente, eu não entendo dessa maneira, mas botar para votar aí." Colocado em votação, o devido Projeto de Lei foi aprovado, por maioria, em 1^a votação. O Vereador Josmá Oliveira votou contra ao devido Projeto de Lei, os demais Vereadores votaram favoráveis ao mesmo. A Senhora Presidente colocou em discussão e 1^a votação o PROJETO DE LEI N° 42/2021 - MUDANÇA DE DESTINAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS NA CIDADE DE PATOS-PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional. Acompanhado de seus devidos pareceres. Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: "Senhora Presidente, esse Projeto, ele teve um início de uma discussão na outra sessão, colhendo algumas informações, nós buscamos tanto para as comissões, quanto para alguns vereadores, trazer algumas informações que foram solicitadas, inclusive a planta baixa da área CI e algumas outras informações que eram necessárias. Apresentamos todas elas, consta aí no Projeto, e hoje estamos discutindo e votando a matéria, e espero que todos possam votar em favor do Projeto." Colocado em votação, o devido Projeto de Lei foi aprovado, por unanimidade, em 1^a votação. A Senhora Presidente colocou em discussão e 1^a votação o PROJETO DE LEI 43/2021 - REVOGA A LEI MUNICIPAL N° 4.237 DE 2013 E DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional. Acompanhado de seus devidos pareceres. Pela Ordem, o **Vereador José Gonçalves** disse: "Veja bem, esse Projeto do CI eu acho que ele deveria ter passado também pela Comissão de Finanças, até porque ele trata de cobranças. Ele tem uma tabela, no final, que trata de vistoria, laudo de inspeção, serviço de inspeção de origem animal e vegetal. Mas eu acho que é importante esse Projeto porque ele favorece a esses produtores, inclusive, na colocação de seus produtos nas prateleiras identificados. E, hoje, muitos têm prejuízos. Eu também tive a oportunidade de conversar com o Secretário Ferré e a nossa



companheira sindicaliza, médica veterinária, que faz o trabalho na Secretaria de Agricultura. Eu fiz a leitura desse Projeto, antes, e, na verdade, essa tabela aqui não assusta muito, é uma tabela até simbólica. Tudo bem que é por evento. Você ver aqui: ‘Inspeção sanitária animal, vistoria de laudo de inspeção de terreno, área não edificada, R\$ 40,00 (quarenta reais)’. Mais o REFIS, que deve estar em R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos). Vistoria e laudo técnico sanitário, prévio de adequação no estabelecimento, área edificada fica em R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais). Então é uma tabela que não dificulta muito a vida dos produtores aqui em nosso município. Basicamente essa informação, mas eu tenho essa dúvida, eu acho que ele deveria ter passado pela Comissão de Finanças, até porque trata de finanças nesse Projeto de Lei 043/2021. Só isso.” Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Eu fiquei até confuso com a fala do colega Zé, porque na verdade nós estamos tratando da revogação. Eu queria ver com o Vereador Sales, porque eu estava lendo, e isso daqui é uma burocracia danada, é uma coisa bem complexa que eu acho que a gente revogando. É bem complexa essa Lei que existe no município, que, no meu modo de ver, dificulta até a vida de quem vai empreender. Eu gostaria de ver do Vereador Sales com mais detalhes, porque a gente está removendo, Sales, e como é que fica contemplado isso, para eu poder entender essa visão.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “Na verdade, as legislações são sempre atualizadas, e na questão sanitária, inspeção, não é diferente. Então, se vocês observarem, Zé Gonçalves falou que existe uma melhoria para os produtores, consequentemente existe para os consumidores, na questão de fiscalização, de acompanhamento, de inspeção. Então tudo isso vem justamente para reforçar e dá uma margem maior de acompanhamento em relação a qualidade desses produtos. Então, Vereador Josmá, é apenas uma adequação, uma atualização em relação a legislação que existe hoje. Basicamente é isso.” Pela Ordem, o **Vereador Patrian Junior** disse: “Zé Gonçalves contestou a não passagem desse Projeto na Comissão de Finanças. Pode ser direcionada a senhora também, em relação de não passar.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “Presidente, o Vereador Patrian está questionando o porquê do Projeto não ter passado pela Comissão de Finanças, já que trata de valores.” A Senhora Presidente respondeu: “Vereador Patrian, essa informação não posso responder, porque as Comissões se reuniram para fazer os seus devidos pareceres. Quando eu perguntei se tinha Projeto para Comissão de Finanças, disseram que estava tudo ok.” Pela Ordem, o Vereador Jamerson Ferreira disse: “Senhora Presidente, eu gostaria de fazer só um encaminhamento, nós já vamos dar o parecer desse Projeto do São João. Eu vou votar favorável ao Projeto, eu me senti contemplado na explicação do Vereador Ferré, eu entendo que é uma atualização, mas todo esse amontoado de papel que está sobre a mesa da senhora, a maioria deles foi na segunda-feira, que foi um dia muito corrido. Então eu pediria líder Sales, que a gente retirasse esse Projeto de pauta, colocasse junto ao Projeto do São João, e a gente passaria para Dr. Gustavo, e ele retiraria essa dúvida, sobre o pretexto de ou ser questionado judicialmente, até por um produtor. Enfim, eu acho que a coisa poderia ficar mais amarrada. Cabe a Vossa Excelência assim destinar, é apenas para não prejudicar, porque nós vamos apenas votar favorável.” O **Vereador Sales Junior** disse: “Presidente, já que na correria dos amontoados de pareceres, que houve diversas reuniões, é até normal de um Projeto passar despercebido. Então a Presidente pode retornar para a Comissão de Finanças, para que o parecer possa ser providenciado, e voltar para votação junto com a outra matéria.” Pela Ordem, o **Vereador José Gonçalves** disse: “Só uma dúvida, a



preocupação é de não poder fazer essa cobrança, esse trabalho, caso esse Projeto não seja aprovado, porque ele terá que ser.” A Senhora Presidente disse: “Vereador Zé Gonçalves, como esse Projeto está sendo retirado de pauta, amanhã as Comissões já estão convocadas. Então a Finanças poderá dar o parecer, a assessoria irá analisar, e na próxima quinta-feira nós poderemos votar em duas votações.” O Vereador **José Gonçalves** disse: “Porque a minha preocupação é justamente essa, de não ser aprovado esse ano e ter prejuízo. Eu estou lá no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, e há uma demanda disso aqui. Isso aqui é histórico aqui em Patos. essa manteiga que você encontra por aí, de todo tipo, com isso daqui vai dar uma regularizada, vai melhorar a qualidade dos produtos para os consumidores. Então basicamente é isso.” Dessa forma, o Projeto de Lei 43/2021-APPE foi retirado de pauta pelo líder do governo. Votaremos as Emendas Impositivas, e justificando a ausência do Vereador Willa, que, motivos superiores, não pode estar presente, e que as Emendas Impositivas do Vereador Willami Alves não poderão serem votadas na noite de hoje: as Emenda Impositivas 11/2021, 74/2021, 75/2021, 76/2021, 77/2021. A Senhora Presidente colocou em discussão e votação, em bloco, acordado com os demais Pares, as Emendas Impositivas: PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 01/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (mamógrafo) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 02/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autor: Vereador João Carlos Patrian Junior. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 03/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (mamógrafo) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 04/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autor: José Ítalo Gomes Cândido. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 05/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autor: Josmá Oliveira da Nóbrega. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 06/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autor: Vereador Kleber Ramon da Silva Araújo. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 07/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autor:



Marcos César Sousa Siqueira. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 08/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autora: Vereadora Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes.

PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 09/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autora: Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes.

PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 10/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autora: Vereadora Valtide Paulino Santos.

PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 12/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autora: Vereadora Cícera Bezerra Leite Batista.

PROJETO DE EMENEDA IMPOSITIVA Nº 13/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autor: Vereador David Carneiro Maia.

PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 14/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autor: Vereador Decilânio Cândido da Silva.

PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 15/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autor: Emanuel Rodrigues de Araújo.

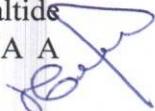
PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 16/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autor: Vereador Fernando Rodrigues Batista.

PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 17/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Objetivo: Aquisição de um aparelho de mamografia (mamógrafo) e um aparelho de endoscopia (vídeo laparoscopia) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Júnior.

EMENDA IMPOSITIVA Nº 18/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autora: Vereadora Valtide Paulino Santos.

EMENDA IMPOSITIVA Nº 19/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autora: Vereadora Valtide Paulino Santos.

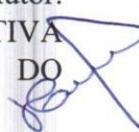
EMENDA IMPOSITIVA Nº 20/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A



LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador José Ítalo Gomes Cândido. EMENDA IMPOSITIVA Nº 21/2021 – EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador José Ítalo Gomes Cândido. EMENDA IMPOSITIVA Nº 22/2021 – EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador José Ítalo Gomes Cândido. EMENDA IMPOSITIVA Nº 23/2021 – EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Emanuel Rodrigues de Araújo. EMENDA IMPOSITIVA Nº 24/2021 – EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Emanuel Rodrigues de Araújo. EMENDA IMPOSITIVA Nº 25/2021 – EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Emanuel Rodrigues de Araújo. EMENDA IMPOSITIVA Nº 26/2021 – EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Emanuel Rodrigues de Araújo. EMENDA IMPOSITIVA Nº 27/2021 – EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Emanuel Rodrigues de Araújo. EMENDA IMPOSITIVA Nº 28/2021 – EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Emanuel Rodrigues de Araújo. EMENDA IMPOSITIVA Nº 29/2021 – EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Decilânio Cândido da Silva. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 30/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Decilânio Cândido da Silva. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 31/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Decilânio Cândido da Silva. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 32/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereadora Cícera Bezerra Leite Batista. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 33/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Fernando Rodrigues Batista. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 34/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autora: Vereadora Cícera Bezerra Leite Batista. Sendo esta retirada de pauta a pedido de sua autora. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 35/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autora: Vereadora Cícera Bezerra Leite Batista. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 36/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Fernando Rodrigues Batista. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 37/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autora: Vereadora Cícera Bezerra Leite Batista. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 38/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS.

EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereadora Josmá Oliveira da Nobrega. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 39/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereadora Maria de Fatima Medeiros de Maria Fernandes. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 40/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autora: Vereadora Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 41/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Fernando Rodrigues Batista. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 42/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Fernando Rodrigues Batista. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 43/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador David Carneiro Maia. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 44/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador David Carneiro Maia. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 45/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador David Carneiro Maia. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 46/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador David Carneiro Maia. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 47/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador David Carneiro Maia. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 48/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador David Carneiro Maia. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 49/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador David Carneiro Maia. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 50/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Marco César Souza Siqueira. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 51/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Marco César Souza Siqueira. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 52/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Marco César Souza Siqueira. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 53/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Marco César Souza Siqueira. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 54/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Marco César Souza Siqueira. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 55/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Decilânio Cândido da Silva. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 56/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022.

Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 57/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 58/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 59/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 60/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 61/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 62/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 63/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 64/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 65/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 66/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 67/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 68/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 69/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Junior. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 70/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Junior. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 71/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Junior. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 72/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Junior. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 73/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Junior. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 78/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022.

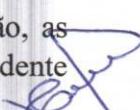


MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autora: Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 79/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autora: Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 80/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autora: Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 81/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autora: Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 82/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autora: Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 83/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autora: Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 84/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador João Carlos Patrian Junior. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 85/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador João Carlos Patrian Junior. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 86/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador João Carlos Patrian Junior. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 87/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador João Carlos Patrian Junior. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 88/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador João Carlos Patrian Junior. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 89/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Kleber Ramon da Silva. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 90/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Kleber Ramon da Silva. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 91/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Kleber Ramon da Silva. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 92/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Kleber Ramon da Silva. PROJETO DE EMENDA IMPOSITIVA Nº 93/2021 - EMENDA IMPOSITIVA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE PATOS, EXERCÍCIO 2022. Autor: Vereador Kleber Ramon da Silva.

Nº 01/2021 a de Nº 10/2021; as Emendas Impositivas de Nº 12/2021 a de Nº 73/2021, como também as Emendas Impositivas de Nº 78/2021 a de Nº 93/2021. Pela Ordem, o Vereador Josmá Oliveira disse: "Senhores, cada um tem suas Emendas, e eu só peço Vereador Sales, que o senhor leve a mensagem ao Prefeito, que cumpra as Emendas. A

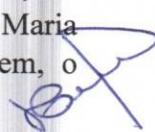


gente teve o maior cuidado para elaborar essas Emendas. O meu assessor foi lá na Prefeitura, passou uma semana lá, cutucando com Poliana, para não ter erro nessas Emendas. E a gente pede o apreço, que as Emendas sejam executadas ano que vem, porque, se não, é brincadeira, chegar aqui e ficar com esse negócio de Emenda exequível.” Pela Ordem, o **Vereador José Gonçalves** disse: “Eu queria aqui fazer um agradecimento especial a Dra. Poliana, pelo esforço que ela fez. Esse pacote que está aí, pode-se dizer noventa e nove por cento foi ela que construiu. Parabéns!” Pela Ordem, o **Vereador Fernando Rodrigues** disse: “Serei breve, só para agradecer a Poliana por ter nos ajudado com a construção dessas Emendas.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Presidente, apresentei a Emenda ao AQJP da Fundação Cultural de Patos, Lucimar, no valor de dez mil reais, para a AQJP. Entendo a importância dessa Associação, entendendo que subvenção continua o mesmo valor, e que o valor da realização das juninas inflacionou devido a pandemia. Tudo aumentou, o valor do som não vai ser o mesmo, porque o frete aumentou, o valor de tudo será mais caro. Então, na verdade, é uma correção. Também apresentamos cinco mil reais para o projeto de Equoterapia, apresentamos também um valor de quinze mil novecentos e trinta e cinco reais para a Praça Joaquim Leitão, no Bairro Jardim Lacerda, para que seja instalado lá de alvenaria a futebol de mesa. Apresentamos cinco mil reais para a Associação de Pais e Amigos dos Autistas da cidade de Patos, algo que somos da causa, e tínhamos nos comprometido, quando da eleição, dez mil reais, que foi o valor para o Patos Moto Fest. Lamentar essa mixaria, essa merreca, essa esmola que a Prefeitura deu esse ano. Então, que ano que vem possamos ter um valor maior. E quinze mil reais para associação ADOTA PATOS, que faz um trabalho muito importante. E cinco mil reais para Associação dos Vaqueiros realizar outra manifestação de cultural popular, que é a vaquejada.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Júnior** disse: “Senhora Presidente, o nosso compromisso é de justamente tentar buscar esse entendimento, Vereador Josmá, da execução dessas Emendas Impositivas. Eu acho que após aprovadas as Emendas, o ano que vem nós não precisamos, mas nós devemos ter uma reunião com o Prefeito para discutir essa questão das Emendas Impositivas, por exemplo, até sugiro que o vereador que apresentou Emenda para uma instituição, para uma associação, possa fazer essa programação com o Prefeito, junto com a associação, fazer um cronograma, dependendo do valor do pagamento dessa subvenção, se em um vez, duas vezes, vai depender muito dos valores. A gente tem Emenda Impositiva que se consegue pagar de uma vez, outras não. Depende muito do valor. E é aí é aonde vai entrar essa articulação, essa negociação do vereador com a instituição e com Poder Executivo. Agora não se pode, por exemplo, a gente apresenta uma Emenda Impositiva e não vai nunca lá buscar uma programação para execução. Por exemplo, o ADOTA PATOS vai realizar uma campanha em junho, julho e agosto, então seria bom que essa Emenda Impositiva fosse executada nesse período. Marca uma reunião com o governo, e busca fazer esse cronograma de pagamento, de execução dessas Emendas, porque a Emenda já diz, Emenda Impositiva, está impondo o governo a executar. Obrigado.” A Senhora Presidente disse: “Quero aqui, diante mão, já agradecer a todos por ter nos acatado, e nossa gratidão a todos por terem aceitado o mesmo ideal de fazer essas Emendas Impositivas na coletividade. Então isso foi um ponto muito positivo para todos nós, e, se Deus quiser, esse vai ser uma ação que nós iremos apresentar diante os quatro anos. Muito obrigado a todos por ter aceitado a nossa opinião.” Colocadas em votação, as Emendas referendadas acima foram aprovadas, por unanimidade. A Senhora Presidente

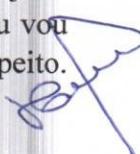


colocou em discussão e 1^a votação o PROJETO DE LEI Nº 34/2021 - ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PATOS, PARA O EXERCÍCIO 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional. Acompanhado de seus devidos pareceres. Pela Ordem, o Vereador Jamerson Feereira disse: “É função do vereador fiscalizar. Eu aprendi com o Vereador em saudosa memória, Ivan Lacerda, acompanhando as sessões desta Casa, que ninguém vota contra orçamento. Orçamento é uma programação, é um planejamento, e esta Câmara, Vereador Sales Júnior, discutiu a exaustão essa matéria. Esta Câmara, Senhora Presidente, ao passo que a lhe parabenizo por isso, Poliana esteve aqui, a turma das Finanças esteve aqui, nós discutimos tudo. Cabe a nós agora fiscalizar, cabe ao vereador estar acompanhando os empenhos, cabe ao vereador estar fazendo o seu exercício de fiscalizar. Então ninguém, eu peço vênia aos colegas, eu aprendi com Ivan Lacerda, nos áureos tempos de oposição, nunca votou contrário a orçamento. Então que nós votemos e fiscalizamos o orçamento, porque também tem um pouco da construção coletiva com a sociedade, porque mesmo em pandemia, teve a questão do orçamento cidadão. As reuniões aconteceram nas comunidades, como preconiza, determina a Lei. Senhora, Presidente, muito obrigado.” Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Só para registrar Presidente, rapidinho, o quanto a oposição aqui é colaborativa. A gente não vem aqui para discutir coisas que não tem fundamento. E a gente sempre se posiciona aqui de forma técnica, analisando os dados, e com entendimento. Pode mandar Prefeito, os Projetos, que a gente não vai fazer birra, Vereador Sales, para estar discutindo bobagem. Tem Projeto que a gente vai ter o entendimento diferente, faz parte, mas a gente não está aqui, mais uma vez, de forma alguma para fazer oposição irresponsável. A gente vai votar, eu tenho certeza que é o entendimento dos outros meninos também, a gente vai votar favorável, sem nenhum questionamento. Agora a gente vai fiscalizar também a execução. Obrigado, Presidente.” Colocado em votação, o Projeto de Lei Nº 34/2021-APPE foi aprovado, por unanimidade, em 1^a votação. A Senhora Presidente colocou em discussão e votação o VETO Nº 09/2021 – VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 143/2021. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional. Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “Senhora Presidente, eu não vou entrar muito na discussão das razões do Veto, até porque está aqui exposto no próprio Veto, quando é encaminhado para esta Casa, o município, através da sua assessoria jurídica. Constitui, dentro das suas razões do Veto, a questão da constitucionalidade do Projeto, quando se trata da questão da iniciativa do Projeto, vício de iniciativa, quando aponta que matéria deveria ser do Executivo, e não do Legislativo. Então eu finalizo a minha fala por aqui, as razões do veto na íntegra estão expostas na matéria que estamos discutindo, inclusive, anexadas algumas jurisprudências pela assessoria jurídica. E a orientação do governo é que votemos a favor do Veto, para podermos assim discutir e tratar essa matéria dessa forma. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Presidente, meus amigos vereadores, minhas colegas amigas vereadoras, ao passo em que saúdo todos e todas, pela disposição enorme em discutir os problemas, as questões de Patos. Veja bem, com a melhor das boas intenções, com a melhor intenção possível, eu apresentei esse Projeto, farmácia solidária. ‘Fica instituído no âmbito municipal o programa farmácia solidária, cujo objetivo é a coleta de medicamentos ou equipamento médicos básicos, muletas, cadeiras de roda, para distribuição a pessoas carentes’. Quando eu aqui, e chamo a atenção do Vereador Décio, escusa a Vossa Excelência,

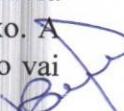
quando eu disse que me sentia ferido junto ao Prefeito, porque é a cópia do projeto de Vossa Excelência. O Projeto do Vereador Décio, sobre o banco de rações, chegou aqui, e nós tínhamos um entendimento que a criação de um banco criaria despesa, de certa, forma ao município. A Comissão entendeu dessa forma, veio ao plenário, os colegas entenderam que não, que o Projeto do Vereador Décio estava correto, foi para a sanção municipal, e foi sancionado. A linha tênue do tempo prova isso, pós sansão do Vereador Décio, eu peguei o Projeto do Vereador Décio, porque estava feito o entendimento, que um banco não traria gasto para o município. Então, com precedência do Projeto de Décio, permita-me assim chamá-lo, apresentei o meu. E ficará, como estou chateado, ao passo que cito o Vereador Décio, dizer: só porque Décio é da base, e eu sou contra. Eu não sou contra a Prefeitura, eu não sou contra o Prefeito, eu sou contra alguns questionamentos. Acabei de votar favorável em três matérias do Prefeito, inclusive, contrariando o meu colega opositor Josmá Oliveira. Aqui somos livres. Então eu peço aos senhores, o meu Projeto não tem nada de inconstitucional, tanto que no próprio Veto do Prefeito é constitucional. Não tem nenhuma alegação jurídica, aqui é questão pessoal, aqui é questão meramente que o Procurador que erra, não errou no Projeto de Patrian, diminuiu o Prefeito? O Prefeito Nabor Wanderley, ele é menos prefeito hoje? O Procurador é menos Procurador hoje? Atentai! ‘As razões suficientes à garantia ao direito da saúde para todo e qualquer cidadão deve ser assegurada na administração pública para que haja uma melhor qualidade de vida, já que muitos enfrentam barreiras quando se trata do fornecimento de medicamentos. Apesar dos bons propósitos, o ônus do gestor público impele ao voto’. Então, apesar de ser bom, o Prefeito é contra. Razões suficientes, mas não diz uma. ‘A maioria dos medicamentos são de alto custo’. Eu não estou falando qual medicamento vai ser doado, o meu Projeto diz: ‘Todo medicamento ou equipamento coletado deverá fazer parte do cadastro geral, com o seguinte critério: relação de doadores e relação geral dos medicamentos’. Lá no final, no artigo 6º, eu coloco: ‘O Poder Executivo regulamentará por Decreto’. O Prefeito faz do jeito quiser, do jeito que ele quiser ele implanta. Vereador David comprou, que não precise de usar, quatro caixas de Rivotril, usa duas. Na Arapuan, pergunte a Isaías, pergunte a João, pergunte a Paulo Costa, recebia, como recebo na Universidade, diversas, cadeiras de rodas só essa semana foram três. Você chega com a cadeira de rodas: ‘Tome Prefeitura’. Entrega. Você vai até a Prefeitura e entrega, a Prefeitura regulamenta, Fofa. Não cria um real de despesa para a Prefeitura. Eu tenho o medicamento, entrego para a Prefeitura, ela entrega a quem precisa. Como é hoje, eu compro o Rivotril, com minha receita, ele é meu, eu não preciso mais, dou para Zé tomar. Não é pior assim, exemplificadamente falando? Então eu peço a Vossas Excelências que não deixem uma iniciativa tão boa como essa ao tempo, a exemplo da iniciativa do Vereador Patrian. O Prefeito não é menos Prefeito. O Veto é meramente político, o veto vem no momento em que críticas veredas fizemos. Mais que não misturemos, porque eu não misturo, o que for bom, favorável para Patos, eu voto. Então eu espero que dessa forma, faça-me, portanto, melhor entender. Então eu me faço melhor entender Presidente, e peço aos demais pares colegas que não deixemos a farmácia solidária se acabar.’’ Colocado em votação, o Veto Nº 09/2021, o mesmo foi mantido, por maioria. Votaram contra o referido Veto, os Vereadores: Jamerson Ferreira, Josmá Oliveira, Fernando Rodrigues, David Maia, Patrian e José Gonçalves. Votaram pela permanência do Veto, os Vereadores: Decilânio Cândido, Marco César, Emanuel Araújo, Cícera Bezerra, Maria de Fátima, Nadigerlane Rodrigues, Kleber Ramon e Ítalo Gomes. Pela Ordem, o



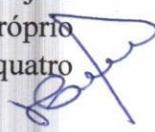
Vereador Jamerson Ferreira disse: “Senhora Presidente, eu gostaria de só, mais uma vez, fazer a declaração do meu voto. Votamos favorável ao nosso Projeto, e agradeço aos colegas David, Zé, Nandinho, Patrian e Josmá, por entender que nós podemos sim contribuir. A cidade de Patos acaba de perder a oportunidade de um remédio que estava ainda em vencimento, como diz no Projeto, que poderia ser regulamentado, poderia ser utilizado, o Prefeito mostrou mais uma vez, que não tem coração, não pensa na população, ele pensa na raiva. Movido pela raiva, pelas veladas críticas que fiz à sua incompetência, improbidade do governo frente ao ato errado da licitação da Zona Azul, ele quis descontar, descontando no povo. No mês que vem, na volta do trabalho, reapresentarei o Projeto, junto com o ficha limpa, todos os Projetos nossos que forem vetados, que o governo quiser triturar, a semente está plantada, ela germina novamente, virá enquanto tempo eu puder. Em todos os Projetos, em todas as iniciativas que nós tivemos, que o governo derrota, voltaremos novamente.” A Senhora Presidente colocou em discussão e votação o VETO Nº 10/2021 – VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 145/2021. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional. Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Senhores, eu gostaria primeiro, educadamente, de ouvir do vereador Sales qual o motivo do envio desse Veto. Depois que Vossa Excelência explicar, por gentileza, eu me pronuncio.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “As razões do veto estão expostas, espero que Vossa Excelência tenha lido, porque Vossa Excelência tem esse costume de ler todas as matérias, e sempre tem buscado também as contrariedades que, às vezes, tem de uma matéria para outra, então que Vossa Excelência tenha observado isso. Então as razões do Veto é justamente o que tem exposto aqui, Vereador Josmá, que é a inconstitucionalidade, por conta do vício de iniciativa, onde existe a usurpação de competência legislativa, ou seja, é uma prerrogativa na matéria que Vossa Excelência apresentou, o governo entende, através de sua assessoria jurídica, que fere os princípios da iniciativa. Então é uma matéria que deveria ser de iniciativa do Poder Executivo. Mas isso não impede Vossa Excelência de apresentar um Projeto de indicação, uma matéria indicativa, pedindo ao governo mandar essa matéria para a Câmara, para nós discutirmos e votarmos. O motivo e as razões do Veto estão expostos aqui, pelo jurídico do município, que é justamente o vício de iniciativa, que é uma prerrogativa do município a iniciativa de matérias como essa. Obrigado.” Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Eu gostaria que Vossa Excelência, se possível, lesse a opinião da CCJ em relação, o Parecer da Comissão, a esse Veto.” O 1º Secretário fez a devida leitura: “PARECER DA COMISSÃO. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação tem competência para apreciar todas as matérias quanto a sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, manifestando, entre outros aspectos relevantes, sobre a regularidade da matéria no que abrange ao poder de iniciativa e a competência legislativa, caso deverão ser observadas as normas constitucionais aplicáveis à espécie. Dessa forma, opinamos pela rejeição do Veto 10/2021 ao Projeto de Lei nº 145/2021, em comissão, acompanhando, assim, o voto do Relator. É o Parecer. Willami Alves de Lucena - Vereador Relator, David Carneiro Maia - Vereador Presidente, Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro - Vereador Vice-Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Obrigado. Voltando aqui, o senhor e a senhora que nós acompanham em casa, a verdade é que não tem nada de inconstitucional nesse Projeto. Esse Veto é um Veto político. Talvez o Prefeito não esteja nem sabendo disso, eu vou considerar assim. Não vem tratando a oposição, com a oposição trata ele, com respeito.



Eu acho que esse não é o caminho, Vereador Sales. Eu acho que a oposição merece o respeito. Então, se as palavras do Vereador Sales, que estão gravadas aqui nessa comissão, forem de fato verdade, o outro Projeto de minha autoria das placas, de identificação das ruas, é ilegal. Se for pelo entendimento dele. Mas não é. Esse Projeto passa pela minha assessoria jurídica com o maior cuidado. Passou na CCJ. Inclusive, Vereador Sales, o seu Projeto é idêntico ao meu, para ser votado aqui, só muda o produto, mas a ideia do Projeto é a mesma. Até Vossa Excelência disse aqui: ‘Josmá, eu estou apresentando um Projeto igual ao seu, só que vai ser de placas de publicidade. E eu estive lendo. O meu é de lixeira. O que é que trata, o senhor cidadão que está em casa? O meu Projeto, trocando em miúdos, nada mais é do que dar a permissão, fica autorizado no município de Patos a realização de parcerias público privadas. As empresas instaladas no município de Patos podem confeccionar lixeiras, doar ao município, e o município posicionar essa lixeiras nas ruas e bairros da cidade de Patos. Não gera despesa de nenhum centavo de dinheiro público, não tem vício de iniciativa, porque a competência para legislar sobre tal matéria é do Poder Legislativo. Com todo respeito, o advogado da Prefeitura que deu esse parecer é um semianalfabeto ou ele está mal intencionado. Eu não sei nem quem é, ele está mal intencionado, porque eu teria vergonha de fazer uma faculdade, para está emitindo um parecer desses. Não tem nada a ver. Isso é ridículo! Aí o senhor, a senhora, que fez requerimento para todos esses vereadores, eu tenho certeza que até o Vereador Sales recebeu esse tipo de requerimento: ‘Vereador, por favor, faça pedido para fazer uma lixeira na minha rua, porque os cachorros estão rasgados os lixos’. Eu tenho certeza que todos aqui fizeram esse pedido. Jumento, tudo está rasgando. Os animais, coitados, porque eles não sabem o que é. E todos aqui, não sei o Vereador Sales, que é líder do governo, mas nem todos foram atendidos cem por cento, na íntegra, e os cidadãos ficam cobrando. Aí, senhores, qual é o problema de votar um Projeto desses, dando a possibilidade das empresas produzirem as lixeiras e disponibilizarem para o município, só porque vai ter uma propaganda da empresa que está contribuindo com a lixeira para o município, onde vai economizar dinheiro público. E a gente tem possibilidade de colocar lixeiras nos bairros, onde a Prefeitura não colocou essa lixeira. Qual a dificuldade disso, gente? Assim fica muito difícil, a gente vem aqui para somar, mas tem hora que o prefeito não quer. Aí fica difícil! A política é uma via de mão dupla, a gente precisar trabalhar junto, mas desse jeito, Prefeito! A gente vem para contribuir, mas o Prefeito não quer, aí fica difícil desse jeito, não tem diálogo. Presidente é só isso. Eu lamento muito, peço o apreço dos demais pares. Isso aqui é para o povo não é para mim, não, senhores. Não é Lei minha não, é do município, de todos os vereadores. Peço aos demais pares que a gente derrube, pelo, menos esse Veto, e deixe essa possibilidade para as empresas que doaram essas lixeiras, e quem sabe o dia a gente resolver esse problema. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Eu já adianto, na volta dos trabalhos o Prefeito virá fazer a abertura, eu já me inscrevo para utilizar da fala, que não tem no Regimento que é sessão especial. Não vale mais acordo aqui, vale o Regimento. Eu vou ler na íntegra o Veto ao meu Projeto. Tem toda uma pauta para eu perguntar ao Prefeito, e espero que ele responda. O Prefeito Nabor Wanderley ali, naquele microfone, ele disse: ‘Ambos em um mister dando respostas às velhas demandas da cidade de Patos’. O Prefeito disse ali. Vale a palavra. Vale o que a palavra do Prefeito na Tribuna? Será que é alguma, coisa assim, com uma empresa de lixo. A empresa tem medo que vão devolver as delas? Será que é isso? Será que o Prefeito vai

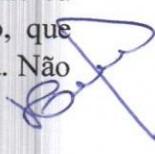


vetar o Projeto de Sales? Será que vai? E se vetar e voltar para cá será que vão derrubar? E será que o Prefeito é menos Prefeito, porque o Projeto das chibatadas, ele levou mais chibatadas naquele Projeto, da população? Ele levou. Eu disse assim na rádio: Prefeito veta Projeto das chibatadas e leva chibatadas da população. O Prefeito ia para o chicote, literalmente, que aqui não é pessoal, aqui não é físico, aqui é o debate, a figura de linguagem no nível da discussão. Se o Prefeito tivesse vetado o Projeto do Vereador Patrian, ele seria achincalhado na rua. Achincalhado na rua! Como é que nós vamos para as ruas agora, para as rádios dizer que o Prefeito de Patos, ele não quer e a Câmara também, Vossas Excelências não quiseram, Fofa não quis, Marco não quis, Emano não quis, quem votou contra não quis que você doasse um remédio. Os que votaram contra aqui não vão querer que uma empresa possa usar a logomarca dela para uma lixeira. Lixeira essa que não tem na rua. Vá ao Santa Clara lá de Ramon, vá ver a imundice que é lá em Ramon. É o bacurim comendo o lixo, o cachorro comendo o bacurim e o dono querendo dar uma chicotada no cachorro. E o Prefeito levando chicotada do dono. É assim. Então nós estamos aqui para contribuir. Eu vou perguntar ao Prefeito, porque tem a assinatura, eu nunca assino nada que eu não tenha lido. Então, eu não vou aqui inocentar o Prefeito de nada. Não vou inocentar o Prefeito de nada. Vou perguntar ali na tribuna. Amanhã já tem matéria minha da minha assessoria: ‘Câmara Municipal reprova Projeto da Farmácia Solidária’. E vou divulgar quem votou contra e quem votou a favor. Quando eu votar contra em qualquer coisa, pode colocar foto minha em qualquer canto. Agora, nós estamos aqui para quê? Para dar nome de rua? Estamos aqui para quê? Para botar voto de aplauso? Tem vereador que quer passar vinte anos só fazendo isso. Problema seu. Problema da senhora. Voto de pesar, faça o que quiser. Eu não fui eleito para isso não. Não é? É! Então está aí. Peço a Vossas Excelências que seguremos as palavras. Quem votar no Projeto de Sales aqui, quando o Prefeito vetar, se votar, segura o pau do barraco. Por que é isso? Por que a gente aprova uma coisa, o Prefeito manda de lá para cá, o entendimento muda? Nos meus Projetos, por favor, derrubem. Daqui a pouco tem um, vote contra. Só vote a favor quem segurar o pau do barraco, porque eu fui homem para segurar o Projeto de Marco. Talvez não tão quanto ele para segurar o meu agora, mas eu fui homem para segurar o voto dele. O Prefeito vetou um Projeto dele, segurei o pau do barraco. Eu não votei a favor. Vote contra, homem! Projeto para dar vida às crianças de Patos a gente aprova, aí chega o Prefeito e veta. Aí vota favorável? É votar contrário ao Projeto. Vote contra no nascimento. Por favor! Então, está aqui mais um voto que a assessoria do Prefeito manda. Eu aqui não o inocente. Prefeito que não assina o que ler era Pedro de Bambão de Cacimba de Areia. Não é? Esse não assinava. Acabou no que acabou.” Pela Ordem, o **Vereador Decilânio Cândido** disse: “Não sei por que o Vereador Jamerson está exaltado desse jeito. Ele arquivou dois Projetos meus, e eu não fiquei com raiva do senhor, Vereador. E você votou contra. Esse Projeto parecido que passou agora você não votou nele. Não assinou. Não assinou dois Projetos já, Vereador, você não assinou, e você está desse jeito. Não sei por que motivo.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** respondeu: “Senhora Presidente, como eu fui citado. Vereador, refaça a frase de Vossa Excelência. Eu não votei contra o Projeto de Vossa Excelência, não. Eu votei favorável. Não fui eu que arquivei, foi a Comissão. Foram três. Não. Eu só estou pedindo que segure o pau do barraco. Eu só estou dizendo. Voto contra lá e cá. Eu tive o entendimento que o Projeto de Vossa Excelência era inconstitucional porque o próprio Vereador Willa, o próprio Vereador Davi, nós entendemos que criava. Mudou. Agora, não. Eu já tenho quatro

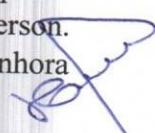


Projetos, inclusive, parecidos com o de Vossa Excelência para trazer para cá. Então não é a pessoalidade das discussões. O que eu estou dizendo, eu não estou mentindo em nada. Vetou o Projeto de Marco, veio para cá, eu segurei o pau do barraco. Eu só voto matérias que eu posso segurar. Essa liberdade eu quero ter no meu mandato. Eu não quero entender uma coisa e depois ter o entendimento que o Prefeito tem. Eu vim para cá para não mandar na minha votação, é melhor eu não vir, homem. Repito, não quero dez mandatos dessa forma não, eu quero um. Eu sou vereador de um mandato. Um mandato assim. Agora, dez. Eu não passo fome, Vereador, se amanhã eu não for vereador. Eu tenho de trabalhar. Então eu não preciso de ir por fora não.” Colocado em votação o Veto Nº 10/2021, o mesmo foi mantido, por maioria. Votaram contra o citado Veto, os Vereadores: Jamerson Ferreira, Josmá Oliveira, David Maia, Patrian Junior e José Gonçalves. Votaram pela permanência do Veto, os Vereadores: Decilânio Cândido, Fernando Rodrigues, Cicera Bezerra, Sales Júnior, Emanuel Araújo, Marco César, Maria de Fátima, Nadigerlane Rodrigues, Kleber Ramon e Ítalo Gomes. Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Senhores, isso fica mais claro do que nunca que se trata de um veto político. Não está em discussão aqui o que é melhor para Patos, está em discussão aqui o que o Prefeito quer. E eu acho que a Câmara de Vereadores deve ser a Câmara dos Vereadores, não deve ser boneco do Prefeito. Com todo respeito. Não adianta votar um Projeto para depois o Prefeito mandar desfazer. Isso é muito feio, senhores. Com todo respeito. Isso não é a Câmara dos Vereadores. É melhor nem votar. Voto não, porque eu não vou votar para depois ficar feio, porque o Prefeito mandar desfazer. Isso é muito feio, senhores. As pessoas veem isso. Quem votou a favor do Veto votou contra a possibilidade das empresas de Patos disponibilizarem lixeiras com suas logomarcas para serem instaladas nas ruas de Patos, para os animais não saírem espalhando o lixo ou o lixo ficar jogado na rua. Olha só o que é que votaram contra. Senhores, por amor de Deus! Aí depois não adianta vir aqui fazer discurso meia boca, dizendo que defende o povo de Patos, porque desse jeito não está defendendo, está defendendo tudo que o Prefeito manda. Isso é muito chato, senhores. Votei a favor para desarquivar o Projeto do meu colega Décio. Votei contra o veto que veio contra o meu colega Marco César, porque o meu entendimento é esse. Se eu votei a favor do Projeto, por que diabos eu vou votar para vetar o Projeto, se não tem uma fundamentação técnica? Com todo respeito, isso não é função de vereador. Eu fico até chateado com isso. Melhor ficar até na sessão remota em Casa. Só para concluir com a frase: ‘Respeito sempre, mas submissão jamais!’ Submissão não presta para ninguém. A pessoa que é submissa é uma pessoa pequena. Pessoas grandes criam asas e voam. Pensem nisso. Obrigado, Presidente.” Com a palavra, o 1º Secretário disse: “Temos nove Projetos do Legislativo para 1ª votação. Podemos votar em bloco? O **Vereador Jamerson Ferreira** respondeu: “Eu gostaria de pedir destaque para o 202/2021 e 254/2021. A Senhora Presidente colocou em discussão e 1ª votação, em bloco, acordado com os demais Pares, os Projetos de Lei: PROJETO DE LEI Nº 232/2021 – DENOMINA RUA SOUTO MAIOR, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Kleber Ramon da Silva Araújo. PROJETO DE LEI Nº 246/2021 – OFICIALIZA EVENTO “JESUS É BOM D+”, NO CALENDÁRIO DE EVENTOS E NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Júnior. PROJETO DE LEI Nº 248/2021 – CONCEDE TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO PATOENSE A SENHORA 

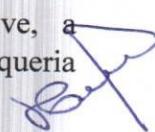
MICHELLE ÂNGELA NÓBREGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Josmá Oliveira da Nóbrega. PROJETO DE LEI Nº 249/2021 – CONCEDE TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO PATOENSE A SENHOR SIDKLEY DA COSTA OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Josmá Oliveira da Nóbrega. PROJETO DE LEI Nº 250/2021 – INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE PATOS O ENCONTRO DE FUSCAS E CARROS ANTIGOS. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. PROJETO DE LEI Nº 253/2021 – DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO HONORÍFICO AO SENHOR MARCO CÉSAR SOUZA SIQUEIRA, MAIS CONHECIDO POR MARCO. Autora: Vereadora Valtide Paulino Santos. Todos os Projetos de Lei acompanhados dos seus devidos Pareceres. Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: Senhora Presidente, nosso Projeto de Lei Nº 250/2021 inclui no calendário e eventos do município de Patos um encontro de fuscas e carros antigos. O evento sempre acontece nos meses de agosto e setembro. Houve uma intermitência por conta da pandemia, ano passado, mas voltou a ser realizado esse ano. Está no calendário. Já é sentimental dos amantes, no calendário mais que cronológico, no calendário das grandes realizações, e precisa de aporte, de ajuda da Prefeitura. O evento aconteceu este ano sem a Prefeitura dar um real sequer. Então, a gente, por primeiro, pleiteia que ele faça parte do calendário de eventos do município de Patos. E, depois, aí a gente sim tem a legitimidade de pleitear a questão da subvenção e tudo mais. Estou vendo aqui a iniciativa de número 246, que oficializa o Jesus é bom demais no calendário de eventos da programação cultural. O evento já tinha essa oficialização. E aí, no entendimento com o EMEP, não é vereador Sales Júnior, o evento recebeu algumas modificações na sua realização, motivo pelo qual hoje estamos apenas atualizando.” Colocados em votação, os referendados Projetos de Lei foram aprovados, por unanimidade, em 1^a votação. A Senhora Presidente colocou em discussão e 1^a votação o PROJETO DE LEI Nº 202/2021 – DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DIVULGAÇÃO, NO SÍTIO VIRTUAL E EM MÍDIAS E REDES SOCIAIS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E BENFEITORIAS PÚBLICAS PARALISADAS. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. Acompanhado dos devidos Pareceres. Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Presidente, a obra que tiver paralisada, a Prefeitura deverá explicar os motivos de sua paralisação. Nós temos o CIE paralisado, nós temos a Vila Olímpica paralisada, nós temos o Canal do Frango, Novo Horizonte paralisados. Apenas isso. Sítio virtual da Prefeitura, motivo da paralisação. Faltou verba, houve oficialização da empresa, somente. Nada demais. Então, peço aos colegas que votemos favorável, se tiverdes pois a disposição de quando for vetado a gente fazer valer essa Lei. Do contrário, votaremos favorável e vir veto e a gente votar contra, de nada serve uma lei tão importante. Transparência na administração pública é um dos princípios da impessoalidade, transparência. Nada demais. Aqui não culpa ninguém. Já tinha o Roberto Clébio que está recebendo muito dinheiro da Prefeitura para trabalhar, ver os empenhos dele para o site da Prefeitura. Muito dinheiro! Só trabalhar mais um pouquinho. Já tem o site da Prefeitura, não precisa nem contratar, como estão fazendo agora, umas empresas para gerir o site da Prefeitura. Não gera nem custo nenhum. O sítio da Prefeitura. Está lá no site. Como eu apresentei um requerimento, pedindo para os animais que forem, por exemplo, que sejam apreendidos pela correição, Vereador Patrian, uma foto no site da Prefeitura. Não



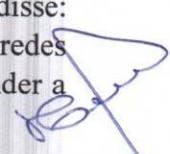
tem custo nenhum. O Tairam está lá na Prefeitura, e recebe mil duzentos e alguma coisa, não dá um prego numa barra de sabão, não tira foto de nada. É só trabalhar. Então é essa a nossa intenção de ajudar. A sociedade saber por que não tem no site de não sei o que. Dona Maria, ela não tem acesso. A democratização. No site do TCE lá só tem a homologação da licitação. Ela ir ao site da AGU, da CGU não vai. O Site da Prefeitura é fácil. Obra parada. Vamos torcer que, por exemplo, venha aí um pacote de quarenta e três milhões de obras, não abriram o pacote ainda, mas quando abrir o pacote e vier a primeira obra, se ela paralisar, aí é só dizer por que está paralisada. O que não incrimina ninguém. Mas, repito, se for para votar e vir o voto, derrubar, reprove agora.” Pela Ordem, o Vereador Josmá Oliveira disse: “Senhores, o senhor e a senhora que está até tarde, acompanhando a TV Câmara, pelas mídias digitais, eu queria que tivessem duzentas e tantas pessoas assistindo. As pessoas deveriam se preocupar com o que é feito com o seu dinheiro. Os princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade. A tudo que é público dê-se toda e total publicidade. É interesse de todos, ou seja, todos são donos, é público. E o Projeto do meu colega, Vereador Jamerson, é de transparência pública. As pessoas têm o direito de saber quais são as obras inacabadas na cidade de Patos, porque, infelizmente, nem todas as pessoas tem acesso a informação. E o maior problema hoje do ser humano. O maior problema, a maior dificuldade do ser humano, nós estamos na era da informação, maior desvantagem que ele tem é ele não ser informado. Quando ele não é informado, ele é manipulado, ele é enganado, ele é roubado. E a transparência pública nós precisamos vigiar sempre com mais publicidade, com mais transparência pública. Cuidado com o dinheiro do povo! As pessoas confiam nos políticos, mas mesmo assim elas precisam conferir, tem que estar ali demonstrando como é gasto o seu dinheiro, como está o andamento da administração pública, porque administração pública não é coisa privada. Então o cidadão não pode estar escondendo nada do povo. Aí a gente sabe aqui na cidade de Patos quantos elefantes brancos têm. Eu sei, mas o povo não sabe. Dona Mariquinha, lá da periferia, não sabe. E a Lei vem para isso. Isso não onera em nada, não gera despesa nenhuma para o município. O agente público que é contra transparência pública e contra publicidade, ele é um agente público mal intencionado. Eu quando estiver aqui no meu mandato, estiver andando na rua como vereador, podem apontar para mim todas as câmeras, podem tirar foto, podem fazer de tudo, porque eu sou funcionário do povo. Pode fazer. Agora, quando eu estiver lá em casa é outra história. Aí sim lá em casa eu tenho meu direito de imagem. Quando eu estiver exercendo o meu mandato, eu sou pessoa pública. A imagem pública pertence ao povo que paga o meu salário. Tem gente que nem sabe disso. Eu não vejo problema nenhum. Nós devemos zelar a administração pública. Esse é o compromisso dessa Casa com o povo de Patos. Não adianta dizer que trabalha pelo povo e votar matérias contra o povo. Uma coisa bem simples aqui. Posiciono-me favorável. Peço o apreço dos pares, que a gente aprove Projetos nesta Casa, a Casa do povo, de interesse do povo. E botem uma coisa na cabeça dos senhores: nós não aprovamos matérias aqui, Projetos de Lei, de autoria do Vereador, não. É dos vereadores, é do Poder Legislativo. E não é contra a gestão do Prefeito Nabor, não, Senhores. Nós vamos morrer, o Prefeito Nabor vai morrer, vai passar, a cidade vai ficar, as leis vão ficar aqui. São leis para o povo de Patos. Que isso fique bem claro. Peço o apreço dos demais pares para que a gente possa aprovar essa matéria de relevante colocação do nosso colega Vereador Jamerson. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Fernando Rodrigues** disse: “Senhora



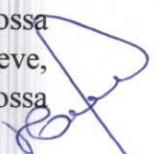
Presidente, eu queria parabenizar o Vereador Jamerson pelo Projeto. E gostaria eu que esse Projeto dele tivesse sendo exercido, porque aqui em Patos eu custumo dizer o seguinte: essas obras que estão inacabadas, meu amigo, que moléstia tem que não acaba mais. O Rivaldão já faz cinco anos que está daquele jeito. Como Josmá costuma dizer, ‘esse elefante branco’, não termina mais não. Porque eu creio que se começarem hoje a construir aquelas torres dos Estados Unidos que caíram, terminam primeiro. A verdade é essa. E outra coisa, Vereador Jamerson, o senhor pode notar que quando eu votar em um Projeto, eu digo aqui, de qualquer um, se vier um veto do Prefeito, eu voto contra o veto dele, porque eu sei no que eu estou votando. Certo? E eu sou favorável ao Projeto do senhor. O Vereador Nandinho aqui é pau de dar em doido. A verdade é essa.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “A orientação do governo é que já existe disponibilizado. Inclusive, o Vereador Josmá, logo no início do ano, detectou que algumas obras não tinham placas, e solicitou que tivessem essas identificações, até por que era uma questão obrigatória. E assim foi feito. Nas obras se identificam a empresa que está realizando, o CNPJ da empresa, o valor da obra, o objeto da obra, o prazo de entrega da obra. E existem também alguns portais, a exemplo do próprio portal do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que trata de diversas informações, do andamento da obra em relação a aplicabilidade, e eu me refiro a valores e como estão sendo feitas as medições das obras. Então, o governo entende que é um Projeto de Lei que já atende, está sendo executado. E a orientação é pela reprovação do Projeto do Vereador Jamerson, porque o Governo tem buscado toda e total transparência em relação as informações que são realizadas, não só de obras, mas também dos recursos que são investidos no município por meio de programas e de ações. Então essa é a fala em relação a matéria que estamos hoje discutindo, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Presidente. Dona Maria tem mais facilidade em buscar o site da Prefeitura do que o Tribunal de Contas, que tem vereador do Brasil todo que não sabe nem usar. Não estou dizendo daqui de Patos não, do Brasil todo não sabe nem achar. A placa do Rivaldão está dizendo lá que tem três milhões, naquela escrotagem política de Patos. Roubaram o Rivaldão, roubaram pedras e recursos. A história dirá. A história punirá quem roubou o Rivaldão. E roubaram o Rivaldão. Roubaram pedras do Rivaldão. Roubaram recursos do Rivaldão. A história será contada, porque no ciclo divino as coisas vão para o seu divido lugar. Então a placa lá do Canal do Frango nem está lá. A placa vem dizendo o número do convênio, o CNPJ da empresa. Nós queremos saber por que parou. Para quem está no Jatobá por que parou o CIE? Por que é que a Prefeita da época lança uma obra: ‘Está pronta! O deputado arrumou um milhão de Emenda. Vai terminar’. E está lá. Por que é que Vereadores aqui estiveram lá no teatro, o lançamento de mais uma etapa do teatro. É para rir! É Odorico Paraguaçu. Quando deram a ordem do teatro não era para terminar não? Por que é que está lá? Por que é que paralisou o teatro? É isso que a gente precisa saber. Nós vamos caminhar. Pode ser derrotado hoje, ano que vem, a partir de fevereiro, volta. O que não passa, o que não derrotam é a nossa vontade de fazer valer um mandato de vereador combativo. O que for favorável, o que for de bom para o município a gente vota. Só queria que os nobres parlamentares votassem pela transparência. É esse o pedido, Excelência.” Pela Ordem, o **Vereador José Gonçalves** disse: “Eu fico aqui matutando por se falar em tanta transparência aqui em Patos. E eu acho que um Projeto desses é tão importante, porque favorece, inclusive, a administração. Eu lembro que quando o Prefeito esteve aqui, ele falou que queria



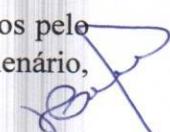
parceria com o Legislativo. Que parceria é essa? Um simples Projeto desses vai só evitar Vereador Jamerson, da gente fazer as visitas a essas obras inacabadas. Só isso! Que é muito mais desgastante. Então uma coisa tão boba, tão simples, tão fácil de repassar essas informações. Por exemplo, a gente está com uma obra paralisada, que recomeçaram e não cumpriram, lá no Poço Comprido, um convênio com o DNOCS, está lá, fizeram a inauguração sem ter um pingo d'água. Um pingo d'água! Chegou água na caixa, estourou os canos, não chega às casas. É muita dificuldade. Gente, quando se enche o peito e diz: ‘Queremos transparência, queremos o bem para o povo de Patos’, eu acho que esse empenho deve ser de todos. A começar pela transparência, porque a situação dessas obras é um grande prejuízo para a população. A Vila Olímpica! Quanto prejuízo já tivemos com esse Rivaldão, que não era nem para ter mexido. Não era nem para ter mexido. Quanto tempo às obras do José Cavalcanti não são concluídas? As creches que vieram para cá. Não é? Então isso me preocupa muito. Eu acho que esse somatório, a Câmara Municipal, os dezessete vereadores, Prefeito e Vice deveriam estar realmente empenhados em que ter essa obra aqui, está com essa dificuldade, ser transparente, está faltando isso, inclusive se estiver faltando recurso. Todo recurso aqui em Patos enchem o peito e dizem: ‘Mas, o Deputado Hugo Motta está trazendo’. Só tem Hugo Motta? A gente tem Frei Anastácio, do PT, que mandou para cá uma emenda de uma emenda de duzentos e cinquenta mil, tem Wellington Roberto, que é do partido do Vereador Jamerson e têm outros parlamentares que podem contribuir. Ou seja, ao invés da gente se juntar aqui para ver a coisa resolvida, não, um simples Projeto pedindo informação, a orientação do governo é votar contra. Pelo amor de nossa Senhora do Bom Parto!” colocado em votação, o referido Projeto de Lei foi reprovado, por maioria, em 1^a votação. Votaram a favor do Projeto de Lei acima, os Vereadores: Patrian Junior, José Gonçalves, Jamerson Ferreira, Fernando Rodrigues e Josmá Oliveira. Votaram contra o mesmo Projeto de Lei, os Vereadores: Decilânio Cândido, David Maia, Cicera Bezerra, Sales Júnior, Emanuel Araújo, Marco César, Maria de Fátima, Nadigerlane Rodrigues, Kleber Ramon e Ítalo Gomes. Em Questão Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Presidente, nos termos do Artigo 137, que diz que declaração de voto é o pronunciamento do vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favorável, peço questão de ordem. Votei favorável ao nosso Projeto por entender que é um dos princípios parlamentares à administração pública. Agradeço aos Vereadores Nandinho, Patrian, Zé Gonçalves, Josmá Oliveira, que votaram favoráveis. Hoje eu me senti vencedor, porque não adianta votar a favor aqui, mas quando o Prefeito mandar de lá para cá, balançar a cabeça como ele manda. É melhor assim. Que derrotem todos daqui para frente! O que não me façam é fazer papel de besta, como quiseram imputar ao Vereador Marco César, e nós não deixamos. Mas, enfim, nós vamos apresentar. Essa cabeça aqui tem uma penca de Projetos para serem apresentados. Eu não me sinto derrotado. Derrotado está o mandato de quem não está aqui para fazer valer. Então, o meu mandado não sai daqui derrotado. O Projeto foi reprovado, como muitos outros serão. Agora, quando a gente aprova uma lei, aí ela, de fato, merece elogio, porque temos várias Leis aprovadas aqui na Câmara. Então, essas iniciativas de transparência, de legitimidade vamos seguir trazendo. Senhora Presidente, portanto, é esse o motivo da declaração do meu voto, nos termos do artigo 137 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Patos, Casa Juvenal Lúcio de Sousa.” O **Vereador Josmá Oliveira** disse: Presidente, usarei também o artigo 137. Os senhores que nos acompanham pelas redes sociais, o meu voto é baseado nas minhas promessas de campanha. Prometi defender a



Constituição do Município de Patos e o interesse do povo de Patos. E o povo de Patos clama por mais transparência pública. O povo de Patos que saber para onde vai cada centavo do dinheiro dos seus impostos. Eu não consigo entender, por isso que eu voto a favor de todas as matérias, pode ser de qualquer um, tudo o que for de transparência pública pode contar com o meu voto. Não quero nem saber sobre o Projeto, sendo transparência pública, eu voto sim. Sabe por quê, Senhores? Porque é assim que tem que ser a coisa pública. Parabenizo o Vereador Jamerson. Parabenizo o Vereador Patrian pelo compromisso com a transparência pública. O Vereador Nandinho, o Vereador Zé Gonçalves, Jamerson, todos os que votaram a favor, porque o dinheiro não é nosso. Eu repito sempre. E eu queria saber o que é que tem na cidade de Patos que tanto querem esconder do povo. Votando contra esse tipo de matéria, senhores, dá para aentender que querem esconder as coisas. Desculpem-me, mas é isso que está acontecendo. Eu fico logo com as orelhas esticadas quando eu vejo alguém que é contra a transparência pública. A gente não pode ter essa postura. O meu posicionamento é o mesmo, desde sempre, defendendo o interesse de Patos. Por isso que votei a favor. E repito, toda a matéria que for a favor de transparência pública a gente vai se posicionar favorável. Sempre respeitando os demais pares, mas a gente vai sempre fazer esse combate pelo interesse público. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Marco César** disse: “Senhora Presidente, só para responder ao meu amigo Jamerson, que falou que já defendeu o meu Projeto várias vezes aqui. Vereador Jamerson, você defendeu o Projeto, o Veto do Prefeito, você vai ser contra todos os vetos do Prefeito. Não é só o meu não, porque você é oposição a ele. Então, você não defendeu o meu por que quis, não, defendeu porque o Prefeito vetou. Então, como você é oposição a ele, você vai votar contra toda vez. Não é só o meu Projeto não, é o de todos.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Presidente, como eu fui citado. Vereador Marco, Vossa Excelência quando fala, fala pouco, e o pouco que fala erra quando fala. Eu não voto contra as matérias do Prefeito. Acabei de votar em quatro aqui. Os vetos que não têm motivos políticos nós votaremos contrário para defender. Quando eu votei, o vereador que me antecedeu, contra o veto foi porque eu vi, eu senti a importância da matéria de Vossa Excelência, que não foi perdida. Mesmo vetada, a matéria de Vossa Excelência, que sentia a flor da pele a raiva de Vossa Excelência, o sentimento de querer colaborar com a camisa de moto táxi, algo que não tinha custo nenhum para a gestão. Eu vi um Projeto muito bom. Elogiava e disse que queria eu ter apresentado a iniciativa de Vossa Excelência. A gente constrói. Hoje nós poderíamos ter informações que não onerariam a Prefeitura em nada, mas por entendimento outro que não é jurídico, meramente político, nós sempre vamos acompanhar dessa forma. O veto do Vereador Patrian por que é que deram para trás? Pressão popular. Veto político. Então nós estamos aqui, Vossa Excelência não tenha raiva, eu apenas defendi o seu Projeto com argor. Eu faço uma oposição, Vereador, responsável. O Prefeito de Patos cancelou uma licitação de quatrocentos mil mensais, para iluminação pública, porque eu fui para aquela Tribuna. O Prefeito de Patos não vai responder por improbidade administrativa, o grau que deveria, porque ele cancelou, e ouviu os apelos. Eu votei na primeira votação, favorável a zona azul. Sou favorável, desde que democrática, e não com aquela forma de cobrança . Então, nós fazemos uma oposição responsável. Nunca fui a essa Tribuna e fui desmentido. Vamos seguir dessa forma. E torço para que Vossa Excelência, no próximo ano, apresente bons Projetos, como Vossa Excelência já teve, bons requerimentos, não apenas nomes de ruas, não apenas título de cidadão. Que possa

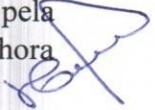


contribuir e mais com a cidade de Patos com belíssimos Projetos, que eu me sinto muito contemplado com algumas iniciativas de Vossa Excelência. Apresente-as, e quando igual à dos moto taxistas vetado por veto político, eu estarei aqui para defender o mandato de Vossa Excelência com argor.” O **Vereador Fernando Rodrigues** disse: “Senhora Presidente, invocando o artigo 137, declaração do voto. Vereador Jamerson, eu não me arrependo de ter votado no Projeto do senhor. Que outros Projetos venham, e pode ser de qualquer um dos meus colegas, dos meus companheiros, que eu votarei. E como eu já disse, o que eu votar, se vier o veto do Prefeito ou de sua assessoria, eu sei do que estou votando e votarei para derrubar o veto. Tenham certeza disso. Obrigado, Presidente.” O Vereador Patrian Junior disse: “Eu vou só convocar o artigo 137. É rapidinho. Votei a favor porque transparência nunca é demais. Sabemos que existe o portal da transparência, existem outras formas de prestação de contas, como placas em frente as obras, mas a população quer saber o motivo de está parada, não da placa que está lá em frente. Ela quer saber porque não concluíram ainda. Eu estou em Patos há quinze anos, e nesse período que eu estive aqui se eu vi uma ou duas obras serem concluídas eu acho que foram muitas. Então, assim como vereador e como um cidadão patoense que eu sou hoje, eu gostaria de saber o motivo que não se concluem essas obras. Então votei a favor porque sou a favor da transparência. E assim que sejam todos os gestores, eles façam por ter a transparência demonstrada a população. Então votei sim, e votarei como qualquer um dos vereadores que apresentaram esses Projetos em relação à transparência. Esse é o meu papel. Esse foi meu compromisso com a população patoense. E fica aqui o meu voto, que já foi declarado claro pela Presidente. Obrigado.” A Senhora Presidente colocou em discussão e votação o PROJETO DE LEI Nº 251/2021 – DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA (ENERGISA), PROCEDER À PODA ECORTE DE GALHOS DE ÁRVORES QUE OBSTRUÍ FIOS DE BAIXA, MÉDIA E ALTA TENSÃO, NO MUNICÍPIO DE PATOS. Autor: Vereadora Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes. Acompanhado dos seus devidos Pareceres. Pela Ordem, a **Vereadora Maria de Fátima** disse: “Boa noite, Presidente, boa noite a todos os vereadores e vereadoras dessa Casa. Serei breve já por conta do avanço da hora. Esse Projeto eu me reuni com diversas pessoas aqui no meu bairro e de outros bairros pra elaborar esse Projeto. É um Projeto é muito importante, haja vista que a gente está vendo o problema da ENERGISA com essas podas.” A Senhora Presidente disse: “Vereadora Fatinha, enquanto Vossa Excelência falava, o 1º Secretário dava uma olhada no parecer da Comissão. O relator deu o Parecer favorável a constitucionalidade, e a Comissão deu pelo arquivamento. Então nós ficamos sem entender.” A **Vereadora Maria de Fátima** disse: “Pois é Presidente, porque eu mandei esse Projeto pra doutor Zé Lacerda, ele olhou e disse que era constitucional. Eu mostrei também ao advogado desta Câmara, Doutor Gustavo, ele também disse que era constitucional. Então, por isso a dúvida.” Pela Ordem, o **Vereador David Maia** disse: “Acredito que houve uma troca de papel. Tem como olhar Emano o número do Parecer? O 1º Secretário fez a seguinte leitura: “PARECER DA COMISSÃO. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação tem competência para apreciar as matérias quanto a sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, manifestando-se, entre outros aspectos relevantes, sobre a regularidade da matéria no que tange o poder de competência legislativa, casos em que devam ser observadas as normas constitucionais aplicáveis a espécie. Desta forma, opinamos pelo arquivamento dentro do Projeto de Lei Nº 151/2021, em comissão e plenário,



acompanhando, assim, o voto relator.” O Vereador David Maia disse: “Eu acho aqui que houve uma divergência ou alguma troca na hora da digitação, mas não houve nenhum arquivamento de Projeto, foi dado pela constitucionalidade e legalidade.” A Senhora Presidente disse: “Vereadora Fatinha, eu aconselharia a Vossa Excelência retirar de pauta, para a própria Comissão refazer esse equívoco que está aqui no Parecer do Projeto de Vossa Excelência.” Pela Ordem, o **Vereador Italo Gomes** disse: “Senhora Presidente, os vereadores que compõe a comissão estão em plenário, então vamos colocar em votação, porque de toda forma o Projeto da Vereadora vai prejudicado, porque nós estaremos encerrando os trabalhos na quinta-feira. Então eu acredito que a Senhora pode colocar o parecer pra votação, deliberação do plenário, e colocar o Projeto da vereadora em votação.” A Senhora Presidente disse: “Vereador, eu creio que na próxima quinta-feira esse Projeto poderia ser votado em duas votações, uma vez que o Vereador Jamerson e o Vereador David Maia estão aqui, e a própria comissão está admitido que houve um erro.” O **Vereador Italo Gomes** disse: “Houve o erro na comissão, colocaram essas folhas trocadas, então eu acredito que pode deliberar em plenário, Senhora Presidente. O Projeto da Vereadora pode ser votado. Se o Parecer foi pela constitucionalidade não a problema para colocar em votação.” A Senhora Presidente disse: “O Parecer da comissão não, Vereador, apenas do relator.” O **Vereador Italo Gomes** disse: “Exatamente, se o relator disse que é constitucional qual o problema de colocar em votação, por um erro meramente formal?” A Senhora Presidente disse: “Vereador Italo, a comissão assinou o relatório dizendo pelo que foi arquivamento.” O **Vereador Italo Gomes** disse: “E não estou contestando a sua fala, eu só estou dizendo que o Vereador David acabou de dizer um erro formal. Então, se houve um erro formal, não há motivos para a retirada do Projeto da Vereadora de pauta, Senhora Presidente. Isso aí pode ser resolvido.” O 1º Secretário disse: “O Vereador Jamerson não aceita.” A Senhora Presidente indagou: “Vereador Jamerson, Vossa Excelência aceita que esse parecer seja refeito na comissão?” O **Vereador Jamerson Ferreira** respondeu: “Senhora Presidente, eu gostaria de ouvir a autora do Projeto, até porque, Vereadora Fatinha, o Projeto de Vossa Excelência tem algumas não constitucionalidades, mas inconsistências que a própria ENERGISA poderá submeter a judicialização. Nós não estamos falando de uma empresinha besta não, nós estamos falando de uma Empresa rica. A senhora com modos propósitos, melhor deles, se juntou com a população, faltou nessa reunião um advogado. Vamos lá, Artigo 1º: ‘Fica a empresa concessionária de energia elétrica no município de Patos obrigada a fazer a poda de árvores que estejam prejudicando fios de baixa e média tensão’. Quem vai dizer quais os fios. § 1º: ‘A recolha e descarte e demais resto de poda que vier a ser realizado, atingindo a rede elétrica, é determinado pela Prefeitura Municipal de Patos. Quem fiscaliza o Projeto da senhora? Não tem dizendo. Tem dizendo de uma multa muito sui generis. Vereadora, aqui é para colaborar. ‘Pelo descumprimento no desposto nessa Lei aplicada a concessionária em primeira via advertência por parte do município, caso a mesma resista em descumprir, pagará multa no valor compatível com o fato descumpriido’. Compatível com o quê? Quando a gente bota uma multa, tem ser tantas UFIRs. Então eu acho muita inconsistência na lei de Vossa Excelência. E eu acredito que a ENERGISA em um estalo de dedo derrube essa lei. Ela constitucional, ela tem inconsistência jurídica. Eu, inclusive, orientaria a senhora retirar não dessa votação, mas sim representar. A Senhora procuraria o procurador o PROCON, tem muito acesso a Prefeitura, procuraria o Procurador desta Casa, um advogado melhor do que o”

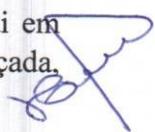
Procurador do Município, porque se depender dele a senhora deixa o Projeto ainda pior. Então é isso. Mais sobre a votação, eu acredito que o que vale é papel. A gente acordar uma coisa, e, depois, pedirem a cópia de todo o procedimento de votação, é um pretexto, nós estamos produzindo uma prova. E aí nós pedimos mais uma vez desculpas. Aconteceu um erro, o Projeto de Fatinha chegou, e eu até a parabenizava, um Projeto bacana, só tem umas questões que pode ser melhoradas. Mas eu a parabenizava. Então fica a discricionariedade de Vossa Excelência. Agora a senhora está dando um motivo, e aí nós pedimos desculpa, para derrubar facilmente. Poderia votar na próxima quinta, já vai ter o do São João, já vai ter o que o Vereador Sales tirou, do SIM, e teremos o da senhora. Não tem prejuízo nenhum. Só para colaborar e deixar todo amarradinho pra quinta. Vereadora Fatinha, o Projeto é da senhora.” Pela Ordem, o **Vereador David Maia** disse: “Como Jamerson já falava, amanhã tem a nova reunião da CCJ, e poderemos ver novamente esse Projeto, colocar em pauta. E dizer que pode ter sido, como a reunião foi feita aqui no meu gabinete, de forma mais tumultuada, como se diz, sem espaço e pode ter havido aquela troca, porque todo processo foi feito no gabinete. Como tiveram também muitos Projetos, para zerar a pauta, então pode ter ocorrido a troca de algum parecer.” Pela Ordem, o **Vereador José Gonçalves** disse: “Eu estou preocupado aqui com essa palavra ‘obrigação’. A gente vai obrigar uma empresa privada a fazer isso? Ora, a gente não tem poder de aqui de nem convocar a empresa, tem que convidar. E foi convidada, e ela não veio. Então esse Projeto aqui, primeiro a gente sabe que a ENERGISA faz a poda da maneira que ela quer, deixa resto árvore, não está nem aí, tira só o do meio. Que essa empresa é inimiga do povo. Então, veja bem, ‘dispõe sobre uma obrigação’. A gente vai obrigar uma empresa privada a cumprir isso aqui? Eu acho que nós não temos prerrogativa para isso. E, além disso, proceder a poda e corte de galhos de árvores que obstruem fios de baixa, média e alta tensão’. Alta tensão não responsabilidade da ENERGISA, é da distribuidora. Então são esses vícios nesse Projeto que devem ser observados. A intenção foi boa, mas eu acho que, de cara, esse Projeto é inconstitucional.” Pela Ordem, a **Vereadora Nadigerlane Rodrigues** disse: “Presidente, eu não quero entrar no mérito em relação a constitucionalidade do Projeto da vereadora Fatinha, até porque eu não sou advogada, e não sei é opinar em relação a isso. Porém, eu entendo que houve sim uma divergência dos pareceres, mas que, segundo foi lido aí pelo Vereador Emano o Parecer, eu vi que teve sim um erro na comissão. Ficou muito claro no que foi lido, a comissão escreveu e que estava acompanhando como se o relator tivesse dando um parecer pelo arquivamento. Então, felizmente, o relator deu um parecer favorável, mas a comissão, na hora de dá seu parecer, parece até que copiou colou. Pode acontecer isso aí. Eu não quero tecer críticas à comissão. Mas eu entendi que pode ter sido um erro na hora da digitação. Eu acho que questão não está em relação a ter alguns erros no Projeto não, o Projeto tem um parecer de constitucionalidade dado pelo relator, o Projeto foi consultado o advogado da Câmara, o Procurador da Câmara, o assessor jurídico da Câmara, e a Comissão, infelizmente, na hora de proceder com o parecer, se enganou ou confundiu, não sei. Então eu acho o seguinte, a comissão está em plenário, existe um parecer, então é a comissão reconhecer, se aconteceu de fato esse erro, e que a gente vote o Projeto. Eu não sou a maioria, eu só respondo pelo meu voto, agora eu acho quando a gente erra só tem que entender que errou e tentar corrigir. Não está se decidindo aqui em relação ao o Projeto ser erro esse é ou aquele não, o parecer é pela inconstitucionalidade.” Pela Ordem, a **Vereadora Maria de Fátima** disse: “Senhora



Presidente, eu sei errar é humano, eu reconheço isso. Eu sou muito humilde pra aceitar isso. Agora, o que eu quero: se a comissão está aí, bote pra votar. Se for aprovado tudo bem, se não for, eu aceito da mesma forma.” Pela Ordem, o **Vereador Italo Gomes** disse: “Senhora Presidente, eu acompanho a ideia apresentada pela Vereadora Nadir e também entendo a posição dos vereadores. Eu acredito foi um equívoco que ocorreu na comissão. Agora, se a comissão, claro que o Vereador Willa não está em plenário, que é o relator, mas nós estamos em plenário com dois vereadores que compõem a comissão, o Vereador Jamersom e o Vereador David. Eu não veja nenhuma necessidade real de retirar o Projeto da vereadora de pauta. Eu acredito que a vereadora não pode ficar prejudicada por causa de um erro meramente formal da comissão. Então se erro ocorreu, e o Vereador David reconheceu em plenário agora, está gravado nos anais desta Casa, então o Projeto da Vereadora tem que ser colocado em pauta, e cada vereador se posicione se vai ser contrário ou se ser favorável. A Vereadora Fatinha não pode ser prejudicada, Senhora Presidente, o Projeto tem sim de ser votado, até porque foi pautado. Então eu entendo que a senhora vai agir com isonomia e vai botar sim o Projeto da Vereadora para votação. E, depois, a comissão corrigi, até porque vai ter a segunda votação na quinta-feira. A comissão corrigi amanhã, e, na quinta-feira, Vereadora Fatinha, a gente vota em segunda votação. Agora o seu Projeto não pode ficar prejudicado, e a gente precisa votar Senhora Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “Na verdade, o que eu tinha entendido aqui, na fala de todos os vereadores, é que ninguém está querendo prejudicar a matéria da Vereadora Fatinha, muito pelo contrário, estão querendo é dá segurança jurídica para que, futuramente, a empresa queria encontrar um argumento para derrubar bem facinho, e encontra. Já ficou claro aqui que foi um erro de digitação, até porque no mérito do parecer da comissão, fala em legalidade, constitucionalidade, iniciativa legislativa, tudo, e lá em baixo coloca: ‘opino pelo arquivamento’. Foi um erro de digitação. Então a ideia, Fatinha, foi justamente de corrigir, amanhã, na comissão, e para quinta-feira nós já temos aqui programadas duas matérias para duas votações, aí o Projeto de Vossa Excelência não será prejudicado, irá fazer parte desse bojo de Projetos que estaremos votando na quinta-feira, em duas votações. Quinta-feira o Projeto de Vossa Excelência não ia ser votado em segunda-votação? Continuará sendo. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Só para contribuir aqui e encerrar o assunto. Vocês leram o resolução da ANEEL sobre isso? É taxatório na resolução da ANEEL, a responsabilidade de podas de árvores, se as árvores estiverem na via pública é do município, se tiver no terreno privado é do dono do terreno. Essa é a resolução da ANEEL. E a ENERGISA vai trabalhar de acordo com a resolução da ANEEL. A ENERGISA corta os galhos das árvores, quando as árvores estão gerando um conflito, por questão de segurança, mas a responsabilidade é do município. Eu voto favorável. Mesmo a Vereadora Fatinha votando a favor dos vetos para derrubar as minhas matérias, eu votaria a favor da matéria dela. Mais a ENERGISA vai entrar com uma ação e vai mandar revogar essa lei, porque está lá na resolução da ANEEL, ‘a competência é do município’. E ela só corta as árvores porque está colocando em risco a rede elétrica, ela faz aquela poda de emergência, mas a competência é do município. Presidente, só isso.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Fatinha, a que pese a gente questionar o mérito, nós já falamos aqui da importância do Projeto de Vossa Excelência. E faço minhas as palavras do Vereador Sales Júnior. Então, em que pese tudo isso já citado, não se deixe levar por entendimento outro.

Vereadora Fatinha, o Projeto da senhora será votado na próxima quinta-feira. Tem o Projeto do São João, aumentando o valor, tem o Projeto do serviço de inspeção municipal, entraria o da senhora. É só para amarrar a questão da votação, a senhora não vai perder nada com isso. É só isso que eu gostaria. Agora, como o Projeto é da senhora, e chamo a atenção, a Ata da sessão não vai ser sancionada com Projeto não. Então palavra de vereador aqui não vai servir de nada, o que vale é papel. E o papel, nós pedimos desculpa, está errado. Somente Vereadora, não tem problema nenhum, não se polua por algo. Seus colegas estão querendo contribuir, mas vai da senhora. Se pegue com Maria que vai.” A **Vereadora Maria de Fátima** disse: “Presidente, eu sou de um tipo de pessoa que gosta realmente de quem consegue encarar mesmo quando erra. Eu sou desse tipo, se eu errar, eu digo: errei; se eu não errar, eu digo: não errei. Então, para evitar uma discussão sem necessidade, eu peço para retirar, e eu vou pedir a Dr. Zé Lacerda que ele me passe escrito um parecer, porque aí eu já fico documentada e posso colocar em pauta para votação.” A Senhora Presidente perguntou: “Então Vossa Excelência não aceita que esse Projeto entre em pauta na próxima quinta-feira?” A vereadora Maria de Fátima respondeu: “Sim. Mais eu acredito que amanhã eu posso pegar um parecer para mim mesma, entendeu? Concordo.” Em seguida a Senhora Presidente disse: “Então o Projeto de Lei Nº 251/2021, da Vereadora Fatinha Bocão, foi retirado de pauta, a pedido da autora. E já comunico aos Senhores Vereadores, que amanhã ele irá para comissão da CCJ.” A Senhora Presidente colocou em discussão e 1^a votação o PROJETO DE LEI Nº 254/2021 – DISPÕE SOBRE A SINALIZAÇÃO E PLACAS DE PUBLICIDADE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PATOS/PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Júnior. Acompanhado de seus devidos pareceres. Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “Senhora Presidente, conversando com a Secretária de Meio Ambiente, Manoela, nós entendemos que existia uma demanda lá em relação a essas placas, outdoors, enfim, essas estruturas que são edificadas e instaladas no município de Patos, que não existe nenhuma regulamentação ainda em relação a isso. Estavam chegando e colocando aonde queriam, da forma que queriam, sem ter nenhuma autorização prévia do município. Então, nós conversamos com a secretaria e começamos a construir um Projeto. Conversamos com Josmá também, baseado no Projeto de Lei das placas de denominação de ruas, pegamos alguns artigos e incrementamos na matéria, para tentar construir um Projeto, ao qual nós entenderíamos que seria correto. Quando eu dei entrada no Projeto eu observei o voto do Projeto do Vereador Josmá, então eu até conversei com Jamerson. Retirei o Projeto de pauta logo no dia da leitura, porque eu precisava buscar o entendimento em relação a alguns pontos que necessitavam ser assegurados, que é a questão da compensação e a questão da regulamentação. E um outro ponto que nós colocamos também no nosso Projeto, é que toda a instalação precisa ter uma autorização prévia, apresentando o croqui da área, mostrando se realmente a área tinha viabilidade para se instalar a estrutura naquele local, a questão da compensação. E também no nosso Projeto, no artigo 7º fala: ‘Esse formato de parceria não gerará nenhum gasto ou ônus ao município de Patos, havendo a destruição total ou parcial do equipamento em razão de mal tempo, sinistro ou prática por terceiro, ficam seus proprietários obrigados a restituir o estrago ou retirar o material no prazo de 48 horas após o ocorrido’. Outro artigo que nós colocamos aqui, o artigo 2º, trata o seguinte: ‘A instalação do equipamento pórtico, semipórtico, painel de triedo será realizado por meio de contrato com a administração pública, respeitando os ditames

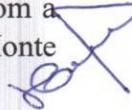
estabelecidos pelas leis que regulamentam o procedimento de convênio de cooperação técnica ou parceria pública privada'. Então nós modificamos algumas coisas para tentar buscar esse entendimento da provação dessa matéria, porque é preciso existir essa regulamentação, que hoje não tem. Josmá falava aqui, recentemente, que muitos desses proprietários estão sendo multados, e eu fui conferir Josmá, essa afirmação, é multa de oito mil, de doze mil reais, porque, justamente, colocam as placas, os outdoor e os painéis aonde querem, locais inadequados. Então estão passando por essa situação. Então a nossa matéria vem justamente para regulamentar toda a situação dessas informações que estão sendo colocadas na cidade, por meio dessas estruturas. Presidente, é essa a minha fala em relação a essa matéria." Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Eu parabenizo Vereador Sales, eu voto a favor da sua matéria. É igualzinho ao meu, só vou fazer uma pequena correção na sua fala, o meu, o Prefeito mandou para cá, por constitucionalidade de vício de iniciativa. Mais não é verdade, a iniciativa é nossa, por isso que eu voto a favor da sua matéria. E se o Prefeito mandar para cá, vetando a matéria do Vereador Sales, que ele não vai mandar, e se mandasse os vereadores iriam acatar o veto dele, eu votaria contra também o veto dele. Mais eu voto, e parabéns vereador Sales. E conte com o meu apreço." Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: "Senhora Presidente, essas matérias vêm para fazer organização da cidade. Eu fico muito entusiasmado quando viajo por aí, eu fui para Bahia Formosa, um dia desses, e tinha faixa de tecidos espalhadas por toda cidade, e Patos não tem mais. E a gente viaja por aí, Tabira no Pernambuco, Nandinho já foi por lá, Serra Talhada, Salgueiro, essas cidades do Pernambuco, desculpe-me, respeitosamente, o Estado, não têm organização nenhuma. Maranhão, já passei por lá, cidades do Ceará, não têm organização nenhuma, não tem essa discussão que a gente tem. Tem cidade maior do que Patos, Vereador David, que não tem discussão que nós estamos tendo, matérias importantes. Essa iniciativa do Vereador Sales é tão importante, pareia a do Vereador Josmá, que autorizava as empresas a fazer parceria público privada e ofertar lixeira. O Vereador Décio apresentou um Projeto, o primeiro Projeto de Vossa Excelência, sobre parceria público privada com praça. Projeto baca, parecido com o Projeto do Vereador Josmá, análogo ao Projeto de Sales Júnior. A diferença é que há uma seletividade, o Projeto de Sales Júnior vai ser aprovado, vai ser sancionado, porque há uma seletividade. Nós estamos aprovando aqui Projetos importantes, que estão sendo não sepultados, mas em stand-by. O primeiro meu que foi vetado, volta para cá em fevereiro. Falando sobre a Secretaria de Meio Ambiente, um dia desses eu conversei com ela, o Projeto das sucatas já está pronto ali no meu gabinete, refazendo uma Lei, porque está uma verdadeira esculhambação essas sucatas nos bairros de Patos. Eu chamava até a atenção do Prefeito, mandei o Projeto, a nossa ideia, o Prefeito ficou de mandar para cá. Agora o mesmo Projeto, talvez se eu colocar, o Prefeito vete. Então, mais uma vez, lamentar. E parabenizar o Vereador por essa discussão. Não estamos aqui para título de cidadão, nem voto de pesar e nem de aplausos, nós estamos aqui para iniciativas como essas, que dão resultados na organização do município. Vou além, tem também um Projeto nosso, um requerimento para discutirmos aqui o plano diretor e o código urbanista da cidade. Tem um requerimento nosso, que pudéssemos fazer isso, porque aqui nós discutimos as coisas exaustivamente. aliás, eu não me exausto de discutir nada." Pela Ordem, o **Vereador José Gonçalves** disse: "Na verdade, essa discussão dessa poluição existente aqui em Patos começa logo pela Prefeitura. No PA Maria Marques tem uma placa na calçada,



nas UBS tem placa na calçada. Então a desorganização começa já pela gestão municipal, que ali não é local para colocar placa. Quando não é calçada, é frontal, que a placa, às vezes, já tem até caído. Ninguém ver mais nada, porque eu nunca vi uma tinta tão ruim como essa que a STTRANS usa, como também essa pintura das placas aqui em Patos. O que me preocupa também são essas placas que são colocadas nos semáforos, porque tiram a atenção. E, inclusive, isso é proibido, mas aqui em Patos é normal. Você vai subir na Floriano Peixoto, antes do Hospital São Francisco, tem uma bem grande. Próximo ao antigo terminal rodoviário tem outra também grande, depois da ponte do São Sebastião tem outra, e, assim, sucessivamente. E agora estão colocando nas cabeças das pontes. Ou seja, essa parceria público privado tem que ter limite também, porque, nesse caso, a cidade está poluída. Então eu acho fundamental isso aí. E também a gente ver essa questão das concessionárias de carro aqui em Patos, as lojas de carro, saída para Campina Grande, a placa colocada no acostamento. As sucatas, como Jamerson falou aqui muito bem, eu fiz uma solicitação, Vereador Jamerson, no primeiro semestre, da secretaria, a relação de todas as sucatas existentes aqui em Patos, e não deram resposta. Só sucatas que estão sendo instaladas vizinho as residências. Ali no Jatobá você ver uma. As antigas até tudo bem, mas estão instalando agora, e está tudo normal. Tem no Jatobá, tem no Belo Horizonte, em frente ao Rancho tem outra, no contorno tem outra. O prazer do sucateiro é jogar a sucata as margens da BR. Você vai aqui para Santa Terezinha, antes do posto, inclusive, quando eu estava ainda fazendo a campanha, Sales, disseram: ‘Como você quer ganhar voto criticando a gente?’ Ora, ali é um trânsito enorme, quem sai daquele posto da entrada da Maternidade até o Residencial Itatiunga, e têm carros estacionados ali, sucatas, de uma lateral a outar, que atrapalha. Então, eu acho que é importante nesse sentido. E qualquer coisa, Vereador Jamerson, se a gente observar que somente os Projetos dos vereadores da base passam aqui, a gente pode pensar, e, inclusive, contribuir, ao invés da gente apresentar, para não ser derrotador, a gente prepara e pede para um vereador da situação assinar, para passarem todos. Pode ser uma boa sugestão a partir do próximo semestre.” Colocado em votação, o referido Projeto de Lei foi aprovado, por unanimidade, em 1^a votação. A Senhora Presidente colocou em discussão e 2^a votação o PROJETO DE LEI Nº 244/2021 – INSTITUI O DIA MUNICIPAL EM DEFESA DAS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA PATOENSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador José Italo Gomes Cândido. Pela Ordem, o **Vereador Italo Gomes** disse: “Senhora Presidente, a minha fala é somente para agradecer aos nobres parlamentares a aprovação desse importante Projeto de Lei, que vai favorecer a classe de advogados da cidade de Patos. então eu quero agradecer a cada parlamentar que votou favorável, e dizer que muito me honra esse Projeto ser aprovado por unanimidade. Muito obrigado, Senhora Presidente.” Colocado em votação, o referido Projeto de Lei foi aprovado, por unanimidade, em 2^a votação. a Senhora Presidente colocou em discussão e votação os Requerimentos de Nº 2056/2021 ao de Nº 2092/2021. Pela Ordem, o **Vereador José Gonçalves** disse: “Eu quero destacar aqui esse voto de aplausos a associação dos motociclistas de Patos, a AMA Patos, que tem o companheiro Misael Nóbrega à frente, que realizou essa brilhante atividade neste final de semana, inclusive, um evento gratuito, não tem fins lucrativos, que movimenta muitos recursos. E o que a gente presenciou aqui em Patos foi justamente ocupação dos hotéis, restaurantes com essa turma da moto. E um evento dessa magnitude o apoio da gestão foi à quem deu aconteceu. E uma coisa mais importante ainda que a gente observou, é que a entrada foi



justamente assegurado dois quilos de alimentos, e esses alimentos foram direcionados para a ação solidária da Diocese de Patos. Então são Projetos desses aqui, atividades dessas, que eu acho mais importante do que o São João. Quando você junta várias atividades dessas, movimenta a cidade, e o dinheiro, com certeza, fica aqui, não foi levado pelos motoqueiros não. Ficou aqui. Agora, quando se faz um São João, que contrata Léo Magalhaes, pra levar um milhão daqui, e pagar quinhentos conto a Zé Nilton do Acordeon, aí o dinheiro vai lá pra fora. É porque muita gente pensa o São João em Patos com medo de perder voto, mas eu ainda quero descobrir, vou ter uma oportunidade, se Deus quiser, se acontecer São João no próximo ano, pra a gente analisar aqui custo benefício. Os dois milhões, se a Prefeitura for investir, vai ter retorno? Vamos analisar o custo benefício. Duzentos mil ainda ia, agora dois milhões, quem viver verá.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Tem um requerimento aqui que eu já iria votar contra, mas eu vi que era do Vereador Josmá. Se fosse de outro vereador eu ia votar contra, porque diz assim: ‘Solicito do Secretário de Serviços Públicos um coletor de lixo’. Você pede ao secretário um coletor de lixo, e vota contra um Projeto pra fazer parceria pra lixeira. Então quem votou contra, não apresente aqui, porque eu voto contra. Quer uma lixeira na rua, e quando a gente dar oportunidade do poder público fazer parceria, o Prefeito não quer. Então o que vier eu voto contra. Gostaria de pedir para subscrever o requerimento do Vereador Patrian, pedindo a abertura do Centro de Comercialização Calçadista de Patos, ali na Rua João da mata, o antigo Sacolão ali funcionou, ao lado da sede do Fisco. Está lá algo muito importante que não funciona, está lá pra SINEP ser entregue, e não tem uma palavra. Eu acho interessante, o governador vem aqui, um bocado de gente entupiu o Hospital Regional de Patos, de pandemia, o diabo aquático, de bafo de babão, era um bafo de babão perto do governador, no Hospital, que fazia pá, quando abria a porta. Aí ninguém chamou o governador pra ir na Casa da Cidadania para ver a porcaria que está lá. É uma vergonha você sair daqui pra Catingueira, ninguém pegou na orelha do governador, e disse: ‘Bora ali governador ver a folegarem que está essa SINEP’. Na Casa desse Sem Cidadania toda semana eu divulgo na segunda-feira, na rádio, toda semana, emprego para São Bento, Itaporanga, Guarabira, mas o SINE de Patos está fechado, e tem um bocado de parasita recebendo do governo do estado, sem trabalhar. Então muito bem valioso o requerimento do Vereador Patrian de nº 2089/2021, peço a Vossa Excelência para subscrever Vereador. Outra iniciativa importante que eu também peço de Zé Gonçalves, a realização do Patos Moto Fest, que merreca, que derrubança o Prefeito dar dez contos. Joãozinho vale dez, mas custou cinco. Dizem que gastaram mais de cinco, seis mil contos lá no Parque Walter Play, com o Ministro. O que é que traz mais dinheiro pra Patos, para o turismo, o Patos Moto Fest ou a vinda do Ministro? Têm outras despesas supérfluas que eu vou trazer depois. Locação de impressora, uma impressora custa dois mil, alugada por mil e quinhentos. Aí dez mil reais para o Patos Moto Fest. Isso aqui é fazer cultura à força, e dizer que dar força para a cultura. Isso aqui é fazer turismo à força, e dizer que dar força para o turismo. É muito pouco, Prefeito, dez mil contos pra um evento daquele. Se não fosse o Shopping abraçar, talvez nem teria sido feito. Então peço para subscrever o requerimento do Vereador Zé Gonçalves. Muito obrigado, Excelência.” Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Senhores, eu trago aqui o requerimento, mais uma vez, das lixeiras, eu apresentei dois outros requerimentos das lixeiras na Rua Peregrino de Carvalho com a Rua do Prado, lá na Rua Sérgio Lima com a José Mariano; uma rua também no Monte



Castelo, inúmeras ruas que os cidadãos vieram atrás de mim. Eu conversei com o Vereador Sales, nos corredores, pra o Secretário Josmá deixar de politicagem e tentar atender a demanda do povo, colocando essas lixeiras, pra que o ano que vem eu não comece o ano tratando dos dados que eu tenho dos contratos de lixo e das lixeiras, dos valores, porque, senão, eu vou jogar merda no ventilador. Merda mesmo, pra feder. Muito obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Fernando Rodrigues** disse: “Presidente, primeiramente parabenizar o Vereador Zé Gonçalves pelo requerimento que ele traz dos motociclistas, e pedir a ele para subscrever. E também parabenizar nosso grande amigo, o jornalista Mizael Nóbrega pelo evento que ele realizou, um grande gesto de humildade, de simplicidade. E também pedir ao Vereador Patrian pra subscrever o seu requerimento, que trata do Centro Calçadista de Patos. Obrigado, Presidente.” Colocados em votação, os requerimentos foram aprovados por unanimidade. A Senhora Presidente passou a EXPLICAÇÃO PESSOAL, em seguida disse: “Convido a todos os vereadores, amanhã nós teremos audiência pública, às dezenove horas, com o tema moradia, aliás hoje, porque já passa da meia noite. E também convoco as comissões CCJ e Finanças para dar os devidos pareceres aos Projetos. Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Presidente, eu gostaria de me voltar ao Vereador Décio. Abraçar o Vereador Décio, e dizer que a gente sinta o senhor com alguns Projetos importantes que o senhor vem trazendo pra esta Casa. não há derrota quando nós estamos aqui em um mandato propositivo, de luta. Repito e finalizo, prefiro o espinho da independência do que me ajoelhar para o poder. Muito obrigado e boa noite.” Não havendo nada mais a tratar, agradecendo a presença de todos, a Senhora Presidente deu por encerrada a presente Sessão, a meia noite e dezesseis minutos, convidando a todos para a próxima Sessão Ordinária, que acontecerá no dia dezesseis de dezembro do corrente ano, às dezoito horas.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS/PB (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). EM, 14 DE DEZEMBRO DE 2021.



VALTIDE PAULINO SANTOS
Presidente



EMANUEL RODRIGUES DE ARAÚJO
1º Secretário



MARCO CÉSAR SOUZA SIQUEIRA
2º Secretário